



IMETRO

A Marca da Educação

Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola



**Centro de
Estudos e
Investigação
Científica**

www.ceicin.com. | ceincin@ceicin.com. | +244 990 939 243

BARÓMETRO – ANO 2025

**ECONOMIA EM PAUTA: DESAFIOS DE
FINANCIAMENTO PARA PROJECTOS DE
MINERAÇÃO EM ANGOLA**

Todos os Direitos Reservados para o Centro de Estudos e Investigação Científica

Barómetro de Conjuntura Socioeconómica

Publicação Conjuntural do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEICin) do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO).

Director Geral: Prof. Dr. Zakeu A. Zengo

Coordenador Técnico: Prof. Dr. Chocolate Brás

Assistente de Pesquisa: Dr.^a Denise António

Equipa de Editorial:

Prof. Dr. Lubanza Pedro (Coordenador Editorial);

Prof. Dr. Chocolate Brás (Editor-Chefe);

Prof. Dr. Zakeu A. Zengo (Supervisor)

MSc. Macaba Nobre Pedro (Investigador Sénior);

MSc. Lupini Toni (Investigador Sénior);

Dr.^a. Denise António (Assistente de Investigação)

Textos (compilação e organização): Prof. Dr. Lubanza Pedro e MSc. Macaba Nobre Pedro

Revisão: Prof. Dr. Zakeu Zengo e Prof. Dr. Chocolate Brás

Projecto gráfico, Paginação e Capa: Grupo Quitanda

Editorial

Caros leitores,

É com elevada satisfação que apresentamos mais uma edição da Revista Barómetro de Conjuntura Socioeconómica, publicação que reafirma o compromisso do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO), por intermédio do seu Centro de Estudos e Investigação Científica (CEICin), com a produção e difusão de conhecimento científico rigoroso, relevante e orientado para a compreensão crítica da realidade socioeconómica angolana, africana e global.

O presente número coloca a economia em pauta, com especial destaque para os desafios de financiamento dos projectos de mineração em Angola, tema central que dialoga directamente com a agenda nacional de diversificação económica, captação de investimento privado e promoção do desenvolvimento sustentável. A análise aqui apresentada resulta, entre outros contributos, de um inquérito realizado pelo CEICin, no âmbito de uma parceria com a empresa Bumar Mining, que permitiu avaliar as perspectivas, compromissos e constrangimentos dos bancos privados que operam no financiamento do sector mineiro em Angola.

Num contexto interno marcado por esforços de estabilização macroeconómica, controlo da inflação, crescimento do Produto Interno Bruto e reforço da inclusão social, esta edição oferece uma leitura abrangente dos avanços e obstáculos que o país enfrenta na consolidação de um modelo de crescimento mais resiliente e sustentável. Estudos como o que analisa o efeito da inflação no crescimento económico de Angola entre 2008 e 2024 contribuem para uma compreensão mais profunda da relação entre estabilidade de preços, poder de compra das famílias e desempenho económico.

Paralelamente, a revista apresenta reflexões estratégicas sobre o crescimento económico sustentável e inclusivo, evidenciando o papel central do PIB per capita como condição essencial para a valorização do capital humano, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2023–2027), a Agenda 2030 das Nações Unidas e a Estratégia de Longo Prazo Angola 2050.

No plano internacional, esta edição oferece ainda um panorama actualizado da economia mundial, analisando os impactos das tensões geopolíticas persistentes - nomeadamente os conflitos Rússia-Ucrânia, Israel-Hamas e Israel-Irão - sobre os mercados financeiros, os preços da energia, das *commodities* e os fluxos globais de investimento. Estes factores continuam a influenciar directamente as perspectivas económicas de Angola e de outros países em desenvolvimento, com especial incidência no continente africano, reforçando a necessidade de políticas económicas adaptativas e estratégias de resiliência.

A dimensão político-económica também é abordada nesta edição, com destaque para a análise das tensões sociais e da justiça económica em contextos urbanos, nomeadamente no caso de Luanda, bem como para a reflexão sobre a independência do banco central enquanto instrumento fundamental no combate à instabilidade de preços. Complementam este número os estudos sobre a percepção histórica do crescimento

económico angolano no período pós-independência e os relatórios do Observatório do Diamante e do Petróleo, referentes ao primeiro semestre de 2025.

Este conjunto de contribuições reforça o papel do IMETRO e do CEICin como espaços privilegiados de debate científico, formação de quadros qualificados e apoio à formulação de políticas públicas baseadas em evidência. Convidamos os nossos leitores - académicos, decisores, estudantes e profissionais - a reflectirem criticamente sobre os desafios aqui apresentados e a participarem activamente na construção de soluções inovadoras e sustentáveis para o desenvolvimento de Angola.

A equipa do Centro de Estudos e Investigação Científica agradece, de forma especial, a todos os autores, investigadores, colaboradores e leitores pelo contínuo apoio e interesse na nossa missão. Permanecemos abertos a comentários, observações e críticas construtivas que contribuam para o aprimoramento contínuo desta publicação.

Boa leitura!

Centro de Estudos e Investigação Científica – CEICin

Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola

Prof. Doutor Chocolate Brás

Editor-chefe

Sumário

Perspectivas económicas de Angola, África e do Mundo	6
Desafios de Financiamento para Projectos de Mineração em Angola	10
Efeito da inflação no crescimento económico de Angola (2008-2024).....	23
Crescimento económico sustentável e inclusivo como condição para um capital humano angolano de qualidade: uma análise de tendência do PIB per capita (2002-2003) com projecção para 2027, 2030 e 2050.....	37
Economia Política na Consolidação da Justiça Económica em Contextos de Tensão Social: Uma Análise do Caso de Luanda, Angola (2025).....	45
Percepção do Crescimento Económico de Angola Pós-Independência.....	73
Independência do Banco Central: A Receita Adequada contra a Instabilidade de Preços?.....	94

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS DE ANGOLA, ÁFRICA E DO MUNDO

De acordo com o recente relatório (*World Economic Outlook -WEO-2025*), o Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em baixa o crescimento da economia angolana para 2,4%corresponde a um corte de 0,6pontos percentuais face aos 3,0% previstos em Janeiro para 2025 e também a uma queda de 2,0% pontos percentuais face a 4,4% do PIB realizado em 2024. Ao mesmo tempo o FMI reviu em alta a inflação de final de período de 18,9% para 20,1%. Na base, está essencialmente a revisão em baixa do preço médio do barril de petróleo que poderá fixar-se no 66,94USD/barril abaixo dos 69,76USD/barril previsto pela instituição multilateral no início do ano, já que este preço está abaixo dos 70USDpor barril definido pelo executivo no OGE 2025, o que tem pressionado a capacidade de o Governo executar as políticas de gastos e acelerar a depreciação cambial nos últimos 20 meses.

Mas, na sequência do “ Conflito de 12 dias” entre Israel e Irão, retomaram as preocupações dos investidores nos mercados sobre possíveis disrupções na logística de fornecimento e sanções mais rigorosas contra os produtores de petróleo da região, com receio sobre o Estreito de Ormuz (controlado por Irão, na costa norte e por Omã, na costa sul, uma roda onde passa cerca de 20% do petróleo mundial), os preços do barril do barril de petróleo tem ultrapassado a fasquia dos 75USD ou seja 76,65USBD/ barril no mercado de Nova York e chegando perto de 80 USD em Londres. Trata-se dos níveis mais altos desde Outubro de 2023, altura em que teve início o conflito Israel-Hamas Um eventual bloqueio deste Estreito, motivado por tensões militares ou sanções, poderia limitar a oferta global de crude e os preços facilmente poderiam ultrapassar os 100 USD/barril.

O Governo angolano é mais optimista, aguarda um crescimento na ordem dos 3,8% enquanto o Banco mundial, no seu relatório “Pulsar de África “aponta para um crescimento de 2,7% e o *Standard Bank* prevê uma taxa de 2,9%. Estas previsões metem o PIB crescer novamente a um ritmo ligeiramente inferior ao crescimento populacional (3,1% ao ano). Quanto à inflação, o Banco Nacional de Angola BNA) projecta uma taxa de 17,5% e o Governo espera por uma taxa em volta de 16,6%

No discurso proferido a 30 de Junho de 2025, pelo Presidente João Lourenço, na qualidade de Presidente da União Africana, na 4ª Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, realizada na Sevilha/Espanha, as seguintes abordagens podem ser destacadas:

- A Conferência representou oportunidade para encontrar mecanismos mais ágeis e mais funcionais, para a mobilização de recursos financeiros que permitam enfrentar os desafios recorrentes com os quais se deparam os países em desenvolvimento (com destaque para os países africanos), como os choques climáticos, as flutuações dos preços das *commodities*, a erosão da confiança no sistema multinacional, acima de tudo, o peso insustentável da dívida (externa) que consome mais recursos do que os destinados à saúde e à educação em conjunto e limita drasticamente a margem de manobra para financiar o desenvolvimento dos países em desenvolvimento.
- Esta situação constitui um obstáculo claro a realização dos “ODS” da Agenda 2030 e ao cumprimento da Agenda 2063 que almeja a transformação de África num continente industrializado.
- Não haverá desenvolvimento no continente africano sem infra-estruturas sólidas e funcionais, sem a capacidade exígua de produção e transportação de energia eléctrica, com fraca rede de estradas e auto-estradas a interligar os países africanos.
- Ao baixo investimento em telecomunicações e tecnologia de informação e outras representam no seu conjunto factores que entram crescimento económico e o desenvolvimento, condicionando gravemente o comércio e a indústria, a circulação de pessoas e bens, a agricultura e criação de empregos.
- Com referência à “Declaração de Lomé” (capital da República de Togo) sobre a Dívida Africana “adoptada em Maio de 2025 pelos Chefes de Estado e de Governo do continente cujo âmbito foram formuladas propostas concretas para enfrentar a crise da dívida, o Presidente da U.A. pediu implicitamente a suspensão do serviço da dívida (ou seja solicitou o perdão da dívida africana) em caso de choques externos e incentivo ao uso de moeda local por forma a reduzir a exposição ao risco cambial.
- Sendo a África uma das regiões mais vulneráveis, mas paradoxalmente uma das menos responsáveis pelas emissões de gás de efeito estufa, o Presidente” JLo” sugeriu também aumento significativo do financiamento climático para o processo de adaptação e mitigação, apoio a transição energética justa e incentivos para a conversão da dívida em acções ambientais concretas. A resiliência climática deve andar de mãos dadas com o alívio da dívida e com a construção de modelos económicos sustentáveis.

- No âmbito da União Africana, é agendada a realização de uma conferência subordinada ao tema “Infra-estruturas como Factor de Desenvolvimento em África” a ter lugar em Angola em Outubro de 2025.

No entanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) também reviu em baixa as suas previsões para o crescimento da economia mundial para 2,8” este ano, face aos 3,3% que apontou em Janeiro de 2025. Para 2026, a instituição estima um crescimento de 3% inferior aos 3,3% que também estimava e Janeiro de 2025. A rápida escalada das tensões comerciais e os níveis extremamente elevados de incerteza e instabilidade geopolítica deverão ter um impacto significativo na actividade económica mundial

Assim, no mesmo relatório sobre as Perspectivas Económicas Mundiais, o FMI projecta que o crescimento nas economias avançadas seja de 1,4% em 2025, estimando que o crescimento nos EUA abrande para 1,8% um valor 0,9% inferior ao projectado devido à maior incerteza geopolítica, às tensões comerciais e à menor dinâmica da procura. Já o crescimento na área do euro de 0,8% deverá abrandar 0,2% pontos percentuais face ao estimado em Janeiro. Nos mercados emergentes e em desenvolvimento, o crescimento deverá abrandar para 3,7% em 2025 e 3,9% em 2026 com descidas significativas para os países mais afectados pelas recentes medidas comerciais com a China.

O efeito “Trump” nas relações comerciais e de imigração teve um impacto significativo tanto a nível global quanto nas relações entre os EUA, a China e a União Europeia. A política comercial de Trump, marcada por tarifas e barreiras aduaneiras, desencadeou guerras comerciais, especialmente com a China, e tensões com a UE. Em relação à África e ao mundo, a política de imigração de Trump foi controversa, com restrições e maior rigor na concessão de vistos, impactando negativamente a mobilidade e as relações com diversos países.

Guerra Comercial EUA-China e UE-EUA:

- **Efeito “Trump”:** O governo Trump adoptou uma postura mais proteccionista, impondo tarifas sobre produtos chineses e questionando práticas comerciais consideradas desleais.
- **Guerra Comercial:** A imposição de tarifas e outras barreiras comerciais entre os EUA e a China escalou para uma guerra comercial, afectando o comércio global e as relações bilaterais.

- **Tensões com a UE:** A política comercial de Trump também gerou tensões com a União Europeia, com a imposição de tarifas sobre aço e alumínio, por exemplo, levando a retaliações.

Política de Imigração de Trump:

- **Maior Rigor:** A política de imigração de Trump foi marcada por maior rigor na concessão de vistos, restrições a viagens e aumento da segurança nas fronteiras.
- **Impacto Global:** A política afectou cidadãos de diversos países, incluindo aqueles na África e em outras regiões, com dificuldades para entrar nos EUA e restrições à mobilidade.

A título de ilustração, a 13 de Junho de 2025, a imprensa americana (citada pelo jornal Expansão nº 831 de 20 de Junho de 2025), divulgou um memorando assinado pelo secretário de Estado, Marco Rubio, onde foram identificados diversos critérios que, na avaliação do Governo Norte americano, não estavam a ser cumpridos pelos Estados e que seriam motivos suficientes para simplesmente impedir o acesso dos seus cidadãos ao EUA.

A lista do Departamento de Estado inclui 54 países dos quais 37 africanos e 17 asiáticos e sul americanos que têm 60 dias para alterar algumas deficiências detectadas ou seriam acrescentados a uma das duas listas “amarela” ou “vermelha”.

No entanto, a Cimeira dos BRICS decorreu no Rio de Janeiro /Brasil de 6 a 7 de Julho de 2025 e tinha como tema central “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governação mais Inclusiva e Sustentável”. Angola, enquanto país convidado foi representado pelo Presidente João Lourenço.

DESAFIOS DE FINANCIAMENTO PARA PROJECTOS DE MINERAÇÃO EM ANGOLA

Francisco Ngongo

Centro de Estudos e Investigação Científica
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola
fkapalun@gmail.com

Lubanza Pedro

Centro de Estudos e Investigação Científica
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola
pedrolubanza@hotmail.com

Introdução

Apresenta-se neste texto o relatório decorrente do inquérito realizado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola, entre os dias 12 e 23 de Agosto de 2024, no âmbito de um acordo de prestação de serviço entre este Centro e a empresa Bumar Mining, tendo como finalidade a produção de respostas técnicas sobre a perspectiva e compromissos dos bancos privados que operam em Angola e financiam as empresas do sector mineiro.

Com base numa análise da literatura disponível sobre práticas e políticas de crédito para a actividade mineira, e a par de dados decorrentes de sondagem aplicada, este relatório informa as conclusões reunidas para as seguintes problemáticas: 1) Proporção de bancos comerciais que financiam o sector mineiro; 2) Principais riscos para o financiamento do sector mineiro; 3) Principais financiadores do sector mineiro; 4) Estudos de caso de bancos comerciais que financiam o sector mineiro na África ao Sul do Saara; 5) Observações e sugestões para impulsionar o financiamento do sector mineiro pelos bancos privados em Angola.

Proporção de crédito de bancos comerciais ao sector mineiro em Angola

Foram recolhidas evidencias que indicam que os bancos comerciais não estão dispostos a investir no sector mineiro. Para verificar este dado, os seguintes bancos comerciais em operação em Angola foram abordados: Banco Angolano de Investimento (BAI), Banco de Fomento Angola (BFA), Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Banco Caixa Geral de Angola (BCGA), Banco Keve (BK), Banco de Poupança e Crédito

(BPC), Banco Sol (BS), Banco de Investimento e Crédito (BIC), Banco Millennium Atlântico (BMA) e Standard Bank Angola (SBA).

Na generalidade nenhum destes bancos se disponibilizou a fornecer informação e dados primários relevantes sobre relação creditícia com as empresas da indústria mineira angolanas no tempo limite da pesquisa, revelando assim a inexistência de políticas de crédito específicas para esse sector. Excepto o Banco Keve que concedeu informações relevantes sobre o financiamento de projecto de mineração. Os dados secundários analisados dão uma visão geral sobre o financiamento dos bancos comerciais ao sector mineiro.

Tabela 1. A história do Crédito da banca por actividade de 2022 a Jun. 2024 (Milhões KZ)

Actividade	2022	2023	JUNHO 2024 (I Semestre)	Varição % 2023/JUN.2024
Indústria Extractiva ¹	203,4	354,0	329,7	- 6,9
Indústria Transformadora	539,0	625,5	639,8	2,3
Outras actividades ²	3873,5	5131,4	5733,5	11,7
TOTAL	4615,9	6110,9	6703,0	9,7

Fonte: BNA apud *Jornal Expansão* n° 786 de 26/7/2024, p.30).

De 2022 a Junho de 2024, o stock do crédito bancário para o financiamento de projectos de mineração representa apenas 26,6 milhões de KZ, equivalentes a 3% de um total de 887,1 milhões de KZ concedidos à indústria extractiva (cuja taxa de variação homóloga de 2023 a Junho de 2024 é de - 6,9%).

a) Crédito à Indústria Extractiva vs Crédito Total (2022-Jun.2024):

$$(887,1 / 17.429,89) * 100 = \mathbf{5,1\%}$$

b) Crédito à Indústria Mineira vs Crédito Total (2022-Jun.2024):

$$(26,6 / 17.429,89) * 100 = \mathbf{0,153\%}$$

Tal como dito, estes dados publicados recentemente no *website* do BNA, demonstram claramente a *insignificância*, a **quase inexistência do financiamento para projectos de mineração, *greenfield* ou *brownfield***.

A ENDIAMA divulgou, de forma provisória, a lista de 15 (novos) projectos (greenfield) em seis províncias com um espaço territorial a concessionar, de um total de

¹Essa indústria inclui o sector petrolífero e gás, assim como o sector mineiro em geral, que tem apenas um peso de 3% no total da indústria extractiva tanto na estrutura das exportações como na formação do PIB.

²“Outras actividades” abrangem os restantes 20 sectores de actividade económica cujos maiores beneficiários de stock de crédito bancário são, entre outros, os seguintes: Comércio; Transportes e armazenagem; Particulares (consumo); Administração Pública, Defesa e Segurança Social; Actividades imobiliárias; outros serviços, etc.

43.674 km². Caso se consiga captar investidores e financiamentos (créditos) bancários consequentes para estas minas, será dado um passo importante para colocar o País no top3 dos maiores produtores mundiais. (JORNAL EXPANSAO n° 787 de 2/8/2024, p.34).

Principais riscos enfrentados pelo sector mineiro

A procura de recursos naturais está a aumentar à medida que a população mundial, africana e Angolana em particular, continua a crescer. Isto significa que os operadores do sector mineiro levam a cabo um difícil acto de equilíbrio, com a procura cada vez maior de matérias-primas face às limitações dos recursos finitos da Terra, enquanto enfrentam desafios como o risco geopolítico, as flutuações dos preços das matérias-primas e a pressão social por soluções mais ecológicas, que são todos ingredientes para um ambiente operacional muito complexo.

Ora, durante a sessão “*Invest Africa Mining*”, em Fevereiro de 2024³, Paul Pryor, líder global de práticas mineiras da Aon Plc⁴, salientou que embora a face da mineração esteja a mudar, não há como negar o papel proeminente que o sector desempenha em muitos países como África do Sul, que está classificado como o sexto maior produtor de minérios do mundo, com uma receita total de 654 mil milhões de rands só em 2023.

Tabela 2. Os dez principais riscos da indústria dos recursos naturais

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1. Interrupção de negócios2. Alterações Regulatórias/Legislativas3. Risco de preço das <i>commodities</i>/escassez de materiais4. Danos à propriedade5. Ciberataques/violação de dados6. Risco Ambiental7. Risco Político8. Clima/Catástrofes Naturais9. Alterações Climáticas10. Governação Social Ambiental (ESG)/Responsabilidade Social Corporativa (RSC) |
|--|

A literatura existente prova que “A indústria dos recursos naturais enfrenta uma série de desafios complexos, voláteis e em constante mudança. No mais recente Global Risk Management Survey, da Aon⁵, verificou-se que os riscos mais importantes relativos à indústria actualmente são: interrupção de negócio, alterações regulamentares ou

³<https://www.investafrica.com/invest-africa-events-calendar/miningseries24>

⁴Aonplc, é uma empresa global de serviços profissionais que oferece uma gama de produtos de mitigação de riscos.

⁵<https://www.aon.com/en/about>

legislativas e risco de preços de *commodities* ou escassez de materiais, classificados como os três primeiros.

Risco de crédito, garantias e outros riscos

O risco de crédito é um aspecto importante a ser considerado no contexto empresarial, tendo papel crucial na tomada de decisões financeiras. Esse risco refere-se à probabilidade de uma empresa ou indivíduo, que recebe um crédito, não conseguir cumprir com suas obrigações financeiras, resultando em créditos malparados e perdas para o credor.

O crédito malparado é o termo financeiro dado ao montante que o titular de um crédito não consegue reembolsar a uma instituição financeira. Por vezes também designado de “crédito vencido”, refere-se, assim, a uma situação que surge quando as famílias deixam de pagar os seus empréstimos e, conseqüentemente, entram em incumprimento (Jornal Expansão, 2024)⁶.

Diversos factores são levados em consideração pelas instituições financeiras durante a análise para concessão de crédito. Alguns dos principais incluem:

- Histórico de crédito;
- Score de Crédito;
- Renda e capacidade de pagamento;
- Garantias; Finalidade do crédito;
- Relacionamento prévio com a instituição financeira.

As Garantias de Crédito

As garantias de crédito são instrumentos que facilitam o acesso ao crédito. Instituições como um Fundo ou uma Sociedade de **Garantias de Crédito**, assumem o compromisso de pagar a dívida do cliente bancário, caso este entre em incumprimento.

Fundo de Garantia de Crédito (FGC) em Angola

O FGC foi criado por Decreto Presidencial a 4 de Maio de 2022. **A sua acção visa facilitar acesso ao Crédito/Financiamento Bancário das MPMES.**

⁶<https://expansao.co.ao/empresas/interior/credito-malparado-cresceu-322-mil-milhoes-kz-em-2023-117265.html>

O FGC foi distinguido, este Domingo, 18/8/2024, na Gala da 31ª Edição da Expo Huíla 2024 pela AAPCIL (Associação Agropecuária, Comercial e Industrial da Huíla) promotora da Expo pela valiosa contribuição e apoio ao evento. As empresas são beneficiárias de mais de 500 milhões Kz de financiamento.

Riscos elevados na base da resistência em conceder créditos

A Banca comercial angolana “foge” ao financiamento de projectos mineiros. Empresas mineiras querem financiamento, mas esbarram na resistência dos bancos. Gestores bancários justificam os receios com o “elevado risco” de não terem retornos dos seus financiamentos. (Revista Valor Económico, nº 422 de 14/8/2024).

Para a mesma revista, os bancos comerciais não possuem carteiras de crédito destinadas ao sector mineiro, apesar de o BNA ter publicado o Aviso 10/22, que abre a possibilidade de apoio ao financiamento para projectos mineiros ligados a rochas ornamentais e para os semi-industriais para a exploração de diamantes

De acordo com o Director Nacional dos Recursos Minerais André Buta Neto (do MIREMPET), os bancos justificam – se com “elevado risco do sector”. “Apenas 10% dos projectos de prospecção (*greenfield*) chegam às minas”, revelou Buta Neto, durante o Fórum da Banca e Mineração realizado no dia 19/7/2024 no Hotel Intercontinental no âmbito (para os Sectores Bancário e Mineiro) de identificarem estratégias para conceber plataformas que tornem viável e sustentável a cadeia de valor da actividade mineira do país.

O Dr. André Buta ainda realçou o facto de que o investimento no sector mineiro é de alto risco e de longo prazo e o retorno dos investimentos na actividade de prospecção dos minérios tem um carácter muito aleatório.

Contudo, durante o mesmo fórum, o Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET), o Prof. Doutor Diamantino Pedro Azevedo, pediu aos bancários “*que conheçam mais os meandros da mineração para considerar a hipótese de ter como garantia para o acesso ao crédito o cálculo de reservas e o próprio título mineiro*”.

No 3º Fórum Seguros e Mineração do dia 30 de Julho de 2024, operadoras defendem uma regulamentação que obrigue o sector mineiro a ter seguros. A obrigatoriedade de subscrição de seguros específicos para o sector mineiro ainda não existe, sendo que as seguradoras defendam que deve ser o Estado a liderar este processo.

A ARSEG (Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros) diz que está a estudar o assunto.

Outros Factores de Risco

Para além do risco de crédito, existem outros factores de risco, tais como:

- a) Incertezas extremas relacionadas às tendências e características voláteis dos mercados, devido a imprevisibilidade de choques externos (principalmente nos preços das *commodities*, do sector mineiro em particular);
- b) Risco das taxas de juros (o aumento das taxas a nível global tem implicado elevados custos de capital, subida de serviço da dívida e tornando o crédito bancário inacessível; acabando assim por inviabilizar os investimentos na economia);
- c) Pressões inflacionistas elevadas desencadeadas por fortes depreciações cambiais que têm provocado quedas drásticas nos salários e no poder de compra afectando negativamente os meios de subsistência e a poupança.

Capital de risco na indústria mineira no mundo

BHP Ventures, Equinor Ventures, Fourstones Papermill Co. Ltd., Freeport-McMoRan Inc e Guoxin Capital Co., Ltd. Estão entre os 5 maiores investidores de capital de risco na indústria mineira no mundo em 2023 em termos de volume de negócios. Em termos de divisão geográfica, 2 em cada 10 dos 10 maiores investidores de capital de risco do mundo na indústria mineira estão sediados na América do Norte, enquanto 5 estão sediados na Ásia, 2 estão sediados na Europa e o restante 1 está sediado na Oceânia. Empregaram um total de 106.428 pessoas em 2021.

O acordo de financiamento Série C da Jetti Resources foi um dos principais negócios de capital de risco no sector mineiro em 2021. A Jetti Resources LLC, uma empresa de recursos naturais com sede nos EUA que desenvolveu uma nova tecnologia hidrometalúrgica para extrair metais, garantiu 50 milhões de dólares em financiamento de risco da Série C liderado pela Mitsubishi Corporation.

Outros investidores na ronda incluem a Freeport-McMoRan Inc, a BHP Ventures, a Orion Resource Partner e outros. O negócio foi concluído no segundo trimestre de 2021. O financiamento da Série A da Lithium de France foi outro grande negócio de capital de risco no sector mineiro em 2021.

A Lithium de France (LDF), uma empresa de lítio, angariou 8 milhões de euros (9,27 milhões de dólares) em financiamento da Série A financiamento da Equinor Ventures juntamente com a participação da Langa SAS, Fourstones e outros. O negócio foi concluído no quarto trimestre de 2021.

O acordo Lilac Solutions-MercuriaEnergy foi outro grande negócio de capital de risco no sector mineiro em 2021. A T. Rowe Price Associates Inc atuou como consultor financeiro da Lilac Solutions. A Lilac Solutions Inc, uma empresa de extração de lítio com sede nos EUA, garantiu 150 milhões de dólares em financiamento de risco liderado pela Lowercarbon Capital com a participação da MercuriaEnergy Trading, Valor Equity Partners, Breakthrough Energy Ventures e The Engine. O negócio foi concluído no terceiro trimestre de 2021.

Tabela 3: OS 10 maiores investidores de capital de risco na indústria mineira no mundo

No	Instituições Financeiras	Sedes
1	NGP Capital	Estados Unidos da América
2	S2G Ventures	Estados Unidos da América
3	Untitled Ventures	Reino Unido
4	GSR United Capital	China
5	Estar Capital	China
6	China Venture Capital Co., Ltd.	China
7	One Angel	
8	Kesheng Venture Capital	China
9	Galaxy Venture Capital	China
g10	Business Angels	Reino Unido

Investimentos de capital privado na indústria mineira da África subsaariana: oportunidades e crescimento

A indústria mineira na África Subsaariana incluído Angola tem atraído cada vez mais a atenção dos investidores de capital privado que procuram capitalizar os abundantes recursos naturais da região.

Estes investimentos não só proporcionam o capital necessário para o desenvolvimento e expansão das operações mineiras, como também contribuem para o crescimento económico e a criação de emprego na área. À medida que a procura global de minerais e metais continua a aumentar, o potencial da África Subsaariana e Angola em particular para projectos mineiros rentáveis tem crescido, tornando-se um destino de investimento atractivo para empresas de capital privado.

Contudo, os investimentos de capital privado na indústria mineira da África Subsaariana também apresentam certos desafios e considerações. Os investidores necessitam de navegar os riscos relacionados com a instabilidade política, as incertezas regulamentares e as restrições infra-estruturais, entre outros.

Apesar destas barreiras, as oportunidades para o capital privado criar valor no sector mineiro são imensas, uma vez que trabalham para desenvolver práticas mineiras sustentáveis e éticas que cumpram os rigorosos padrões Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa mantidos por investidores e mercados em todo o mundo.

Potencial da Indústria

A indústria mineira na África Subsaariana possui uma riqueza de recursos, incluindo minerais como a platina, o ouro e os diamantes. As novas tecnologias e o foco na segurança e na sustentabilidade tornaram as operações mineiras mais eficientes e amigas do ambiente, proporcionando uma licença social para operar. Além disso, o crescente interesse pelas energias renováveis está alinhado com o abundante potencial de recursos da região.

Principais players e Perspectivas de Investimento

Várias empresas de capital privado e instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) desempenharam papéis significativos na indústria mineira da África Subsaariana. Os principais *players* incluem a Helios, a Actis, a Ethos e o Grupo CDC, entre outros. Estas empresas investem capital, obtido junto de sócios comanditários (LP), sob a forma de capital próprio ou dívida em operações mineiras. Ao investirem no sector mineiro da África Subsaariana, promovem o crescimento económico, o desenvolvimento de infra-estruturas e a criação de emprego.

Ecossistema de Private Equity na África Subsaariana

O ecossistema de capital privado (PE) na África Subsaariana tem amadurecido ao longo da última década e continua a desempenhar um papel vital no desenvolvimento económico da região. O aumento dos fundos de PE que investem na indústria mineira gerou criação de valor e contribuiu para a maturidade dos mercados de capitais. À medida que a indústria cresce, as considerações ambientais, sociais e de governação (ESG) também se tornaram mais proeminentes, moldando as decisões de investimento e influenciando as empresas do portefólio.

Uma combinação de estabilidade macroeconómica, elevado potencial de crescimento, recursos abundantes e oportunidades emergentes em energias renováveis tornam a indústria mineira da África Subsaariana atractiva para investimentos de capital privado. Isto levou a um aumento dos fluxos de capitais internacionais, a um ecossistema maduro e a uma melhoria global das operações mineiras da região.

Boas práticas dos bancos privados no financiamento do sector mineiro

Desde 2013, os bancos africanos estão a desempenhar um papel cada vez mais significativo na nova geração de minas do continente, fornecendo fundos para os projectos considerados demasiado arriscados ou caros para mercados agitados e credores internacionais cautelosos (Reuters)⁷.

A África Central e Ocidental alberga alguns dos maiores depósitos inexplorados de ouro, minério de ferro e outros minerais do mundo, mas os projectos mineiros promissores exigem muitas vezes o gasto de milhares de milhões de dólares em pontes, estradas, caminhos-de-ferro e portos.

Este nível de investimento, combinado com os riscos percebidos de corrupção e incerteza política em África, está a revelar-se demasiado para os mercados bolsistas e de dívida sob pressão e para os inquietos bancos estrangeiros que sofrem um aperto de cinto forçado desde a crise financeira.

Uma solução, no entanto, parece estar à porta das próprias empresas mineiras, com os acordos recentes a sugerirem que os bancos locais poderiam proporcionar uma tábua de salvação aos mineiros juniores da região.

Na África Ocidental, bancos como o Ecobank, com sede no Togo, e o Banque Atlantique, da Costa do Marfim, estão a avançar com projectos mineiros, encorajados pelo conhecimento especializado local adquirido através das suas extensas redes de agências (Reuters, 2013).

O Ecobank acordou um empréstimo de 63 milhões de dólares com a empresa de mineração de ouro Avocet, focada no Burkina Faso, que tem um valor de mercado de 44 milhões de dólares. Aumentou também a sua participação num empréstimo de 200

⁷ Stephen, Eisenhammer (2013). *Africa's local banks offer mining lifeline where others fear to tread*, Reuters

milhões de dólares junto da empresa mineira de minério de ferro da Serra Leoa, London Mining, o equivalente a quatro quintos do valor de mercado da empresa.

A IMIC, uma empresa de investimento que está a comprar a empresa mineira Afferro, focada nos Camarões, assinou um empréstimo com o Banque Atlantique no valor de 27 milhões de dólares. A Afferro tem um valor de mercado de 150 milhões de dólares.

Compensar a Lacuna

O Ecobank, cotado na Nigéria e no Gana, expandiu-se rapidamente e opera em 35 países africanos. O Banque Atlantique opera em oito países, com foco na África francófona, outrora dominada por empresas como o BNP Paribas, SocGen e Credit Agricole, que reduziram os empréstimos estrangeiros para aumentar a força do seu capital.

O investimento chinês, embora presente em empresas como a empresa mineira de minério de ferro African Minerals, também não correspondeu às expectativas.

No entanto, os bancos em expansão de África estão prontos para compensar parte da lacuna, afirma o responsável pela banca empresarial e de investimento do Standard Bank, o maior credor do continente.

"Há um grupo emergente de bancos africanos mais locais que são sofisticados, têm balanços fortes e procuram construir a sua capacidade de banca de investimento e de financiamento de projectos estruturados", disse David Munro⁸, do Standard Bank, acrescentando que a tendência também se estende a outros capitais.

Para os bancos internacionais, incluindo os grandes sul-africanos com uma presença africana significativa, como o Standard Bank e o Nedbank, os credores locais podem ser parceiros importantes para partilhar o risco associado às minas em partes remotas e muitas vezes voláteis do mundo.

⁸David Munro reformou-se após uma carreira de 27 anos no Grupo Standard Bank, que incluiu funções como CEO da companhia de seguros de longo prazo listada separadamente do grupo, Liberty Holdings Limited, CEO dos negócios de Corporate and Investment Banking do grupo e, mais recentemente, como Group Executive do Grupo Standard Bank responsável pela integração das operações bancárias e de seguros após a compra das minorias Liberty.

O Nedbank tem uma aliança com o Ecobank e está também afiliado através de obrigações que poderão ser convertidas numa participação de 20% no seu rival mais pequeno.

Fevereiro de 2024, por ocasião do MiningIndaba Forum, o maior encontro mundial de players mineiros, o Rawbank, o banco líder na República Democrática do Congo (RDC), anuncia que angariou 200 milhões de dólares no mercado internacional para apoiar a cadeia de valor do sector mineiro na RDC⁹. O Rawbank confirmou agora a sua posição de banco estratégico para o sector mineiro congolês. Independentemente de quaisquer obstáculos ao longo do caminho, Munro, do Standard Bank, acredita que o papel dos bancos locais de África na mineração só irá aumentar.

Considerações finais

A principal conclusão desta investigação é que os bancos comerciais em Angola estão pessimistas em injectar fundos no sector mineiro que eles consideram arriscados. O estudo de caso neste relatório mostra que já tem Bancos comerciais africanos que ofereçam empréstimos as empresas mineiras fornecendo assim financiamentos a cadeia de produção na indústria de mineração incluído os projectos considerados demasiado arriscados ou caros para mercados agitados e credores internacionais cautelosos.

Assim, iniciativas como o “Banca – Indústria Maneira” deverão ser incentivadas e multiplicadas no sentido de promover o diálogo capaz de encontrar estratégias rentáveis para impulsionar o financiamento dos bancos comerciais aos empreendimentos mineiros. Vamos concluir este relatório com as seguintes perguntas frequentes:

- **Quais são as principais tendências nos investimentos de capital privado na indústria mineira?**

Nos últimos anos, os investimentos de capital privado na indústria mineira da África Subsariana concentraram-se em sectores como o ouro, o cobre e as minerais raras. Os investidores veem potencial nestes recursos devido à sua procura em diversos sectores, principalmente na tecnologia e na electrónica. Além disso, há um interesse crescente no financiamento de práticas de mineração ecológicas e no desenvolvimento de tecnologias verdes.

⁹<https://www.kapitalafrik.com/2024/02/05/rawbank-announces-a-200-million-injection-into-the-congolese-mining-sector-via-an-international-fund-raising-operation/>

- **Como é que as empresas de capital de risco abordam os projectos mineiros em fase inicial em África?**

As empresas de capital de risco avaliam geralmente os projectos mineiros em fase inicial em África com base em factores como a viabilidade económica do projecto, a qualidade e dimensão do depósito mineral, a localização geográfica e a estabilidade política. Consideram tanto os potenciais retornos financeiros como os riscos inerentes envolvidos. Para mitigar os riscos, as empresas de capital de risco estabelecem frequentemente parcerias com intervenientes ou governos locais para garantir que têm acesso aos recursos e conhecimentos necessários.

- **Qual é o papel das empresas financeiras mineiras na indústria africana?**

As empresas financeiras mineiras desempenham um papel crucial na indústria mineira africana, uma vez que fornecem capital e apoio financeiro aos projectos mineiros. Este apoio pode variar desde a facilitação de empréstimos e fornecimento de financiamento de capital até à oferta de assistência técnica e aconselhamento. Estas empresas ajudam a colmatar a lacuna entre as empresas mineiras e os investidores, permitindo que operações mais pequenas ou menos estabelecidas tenham acesso ao capital tão necessário para a exploração e o desenvolvimento.

- **Quais são os países da África Subsaariana que atraem mais investimento de capital privado para a mineração?**

Embora vários países da África Subsaariana tenham atraído investimento de capital privado no sector mineiro, exemplos proeminentes incluem a África do Sul, a Nigéria e a República Democrática do Congo (RDC). Factores como reservas minerais substanciais, infra-estruturas estabelecidas e regulamentações favoráveis contribuem para a sua atractividade para investimentos de capital privado.

- **Que papel desempenha a indústria mineira no desenvolvimento da tecnologia e dos telemóveis em África?**

A indústria mineira é fundamental para o desenvolvimento da tecnologia e dos telemóveis em África, uma vez que fornece minerais essenciais como o cobalto, o lítio e os elementos de terras raras utilizados na produção de baterias e outros componentes electrónicos. Ao investirem no sector mineiro, as empresas de capital privado contribuem

para o desenvolvimento global do sector tecnológico e permitem o crescimento das indústrias tecnológicas e de telemóveis em África.

- **Quem são os principais intervenientes e fundos de capital privado que impulsionam os investimentos no sector mineiro em África?**

Alguns dos principais intervenientes no sector mineiro africano incluem o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, com uma carteira que totaliza 1,09 mil milhões de dólares em investimentos aprovados, e a Corporação de Investimento Privado Estrangeiro (OPIC). Outros fundos importantes de capital privado incluem o Fundo Africano de Investimento em Infra-estruturas, o Grupo Abraaj e a Helios Investment Partners, entre outros. Estas organizações ajudam a impulsionar os investimentos no sector mineiro do continente e a promover o desenvolvimento sustentável na indústria.

Referências bibliográficas

<https://expansao.co.ao/empresas/interior/credito-malparado-cresceu-322-mil-milhoes-kz-em-2023-117265.html>

<https://www.aon.com/en/about>

<https://www.investafrica.com/invest-africa-events-calendar/miningseries24>

<https://www.kapitalafrik.com/2024/02/05/rawbank-announces-a-200-million-injection-into-the-congolese-mining-sector-via-an-international-fund-raising-operation/>

Stephen, Eisenhammer (2013). Africa's local banks offer mining lifeline where others fear to tread, Reuters

EFEITO DA INFLAÇÃO NO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA (2008-2024)

Juliana Segunda Filipe André

Departamento de Ciências Económicas e Gestão
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola

julianajelembi@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa tem como objectivos analisar o efeito da inflação no crescimento económico de Angola de 2008 a 2024; avaliar os principais instrumentos de controle da Inflação; apresentar o comportamento do Produto Interno Bruto e Inflação; estudar a relação entre Produto Interno Bruto e Inflação, avaliar o poder de compra das famílias. Para a realização da pesquisa, foram utilizados os métodos quantitativo e qualitativo. Relativamente aos efeitos da Inflação no crescimento económico, constatou-se que a inflação afectou negativamente em 0,27573. Foi possível verificar a correlação existente entre as variáveis (60%) e constatou-se, de igual modo, que 36% das variações que ocorreram na variável produção foram explicadas pela Inflação.

Palavras-chave: Inflação; Crescimento; Economia.

Abstract

The objectives of this research are to analyse the effect of inflation on Angola's economic growth from 2008 to 2024; to assess the main instruments for controlling inflation; to present the behavior of Gross Domestic Product and inflation; to study the relationship between Gross Domestic Product and inflation, and to assess the purchasing power of families. Quantitative and qualitative methods were used to carry out the research. Regarding the effects of inflation on economic growth, it was found that inflation had a negative effect of 0.27573. It was possible to verify the correlation between the variables (60%), and it was also found that 36% of the variations that occurred in the production variable (Gross Domestic Product) were explained by Inflation.

Keywords: Inflation; Growth; Economy.

Introdução

Embora Angola seja um país rico em recursos naturais, como petróleo e diamantes, as condições socioeconómicas, políticas e geográficas, bem como a forte dependência do preço internacional dos recursos naturais, especificamente do petróleo, ainda condicionam a economia angolana, pois a economia sempre ressentiu os grandes acontecimentos internacionais (choques externos).

Segundo da Rocha (2008), depois da guerra civil, em 2002, a economia angolana sofreu grandes transformações; o período, de 2002 a 2008, permitiu que houvesse uma grande desaceleração dos elevados níveis de inflação e um crescimento acentuado do PIB, com valores nunca registados anteriormente, o que permitiu melhorar o poder de compra.

Entretanto, a partir de 2009 assistiu-se a uma queda significativa no preço do barril do petróleo, o que levou a uma desvalorização da moeda Nacional (Kwanza), incrementando a inflação, colocando em causa o preço das estruturas orçamentais das famílias, das empresas e do estado.

A depreciação do Kwanza colocou pressão nos preços de bens e serviços dos agentes económicos devido à forte dependência de bens importados, tornando a inflação uma questão estrutural, pois o país não cresceu e a produção de bens e serviços diminuiu, não sendo capaz de satisfazer a procura interna.

Krugman e Obstfeld (2010, p.331) apontam que a política monetária tem como um dos principais objectivos estabilizar os preços, bem como o crescimento económico e o pleno emprego; entretanto, os instrumentos de política monetária pouco têm feito para a atenuação deste aumento de preços, dificultando o crescimento económico de Angola.

O controlo da inflação é fundamental para que as famílias e as empresas tenham poder de compra, pois o controlo dos preços contribui também para estabilidade do sistema financeiro, protegendo a economia da sua vulnerabilidade a choques externos, gerando assim benefícios para os agentes económicos. Mas, a realidade angolana tem mostrado que, nos últimos anos, os agentes económicos têm sofrido com as drásticas subidas dos preços dos principais bens e serviços com rendimentos cada vez mais reduzidos e políticas monetárias ineficazes, o que não permite a estabilidade de preços, pois são necessários cada vez mais Kwanzas para comprar a mesma quantidade de bens e serviços, uma vez que os rendimentos não têm aumentado de

forma proporcional, originando a perda progressiva do poder de compra das famílias, empresas e Estado.

O estudo visa essencialmente responder a seguinte questão: Qual foi o efeito da taxa de Inflação em Angolano no período de 2008 a 2024? Para respondermos a esta questão de partida, vamos tratar de analisar os efeitos da inflação no Produto Interno Bruto, de modo a aferir a contribuição na variável de resposta.

A realização desta pesquisa vem da necessidade de se verem adoptadas medidas mais adequadas para o controlo da inflação em Angola, com o intento de combater ou minimizar os efeitos da subida dos preços e promover a estabilidade de preços, permitindo assim o crescimento económico.

A pesquisa segue uma metodologia quantitativa e qualitativa. No aspecto qualitativo, foi feita a pesquisa bibliográfica, envolvendo os temas de inflação e como está afecta o produto real. Como fontes, foram utilizados livros, decretos, assim como publicações de instituições que abordam o assunto, tais como o Banco Nacional de Angola (BNA) e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Em busca da resposta para a pergunta macro sobre o efeito da inflação no produto interno Bruto de Angola, usou-se o modelo de regressão linear simples. Desta forma, para elaboração do modelo de estimação, as variáveis estudadas são: O Produto Interno Bruto (PIB) e Inflação. Com ajuda do programa Excel, os dados foram compilados e organizados em tabelas e gráficos, possibilitando, desta forma, o cálculo de estatísticas das variáveis importantes tais como: coeficientes de determinação e correlação.

Revisão da Literatura

Nesta secção, a análise está voltada para a evolução das variáveis em estudo, e as principais medidas de políticas monetárias adoptadas pela autoridade monetária.

Política monetária e inflação

Nos últimos anos, a economia angolana revelou uma evolução e crescimento consideráveis, o que permitiu com que Angola assumisse uma posição importante no mundo; entretanto, o período de 2008 a 2024 foi o de mais quedas nas taxas reais de crescimento do PIB com grandes volatilidades dos preços do petróleo, desacelerando a economia e afectando a vida das famílias, empresas e Estado. Sendo que o governo teve muitas vezes que alterar a política monetária, isto é, a oferta de moeda para conter os preços dos bens e serviços. Dado que Blanchard (2017, p.104) mostra que a expansão monetária determina a taxa de inflação - “um aumento de 1% na expansão monetária leva a um aumento de 1% na taxa de inflação”.

A inflação é uma elevação do nível geral de preços da economia - A taxa de inflação é a taxa em que o nível de preços aumenta. Mankiw (2015) aponta que existem vários índices para medir a inflação, mas o que mais afecta o cidadão comum é o IPCN (Índice de Preços ao Consumidor Nacional).

Entretanto, a teoria monetária sustentava que a oferta de moeda é um instrumento exógeno de política monetária, sua escolha determinaria o nível de preços que deveriam estar sob o controle da autoridade monetária.

Tendo em conta que o principal objectivo da política monetária, é a estabilidade de preços, as economias têm procurado adoptar através do Banco Central, estratégias de política monetária para prevenção de pressões inflacionárias futuras, justificando-se a redução do custo social associado às limitações no controlo da inflação, adoptando assim, mecanismos de transmissão da política monetária.

Abreu *et al.* (2018, p. 441) definem mecanismos de transmissão da política monetária como “o processo através do qual as decisões de política monetária são transmitidas para o produto real e a inflação”; consistindo em diferentes canais interligados e constituindo uma teia através da qual a política monetária poderá operar.

Vasconcelhos (2001, p.353) refere que os principais canais de transmissão da política monetária são: taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos activos, crédito e expectativas, tais mecanismos exercem um impacto sobre os níveis de poupança, investimento e gastos das famílias e das empresas, que, por sua vez, afectam a demanda agregada e, por último, a taxa de inflação; produzindo efeitos apenas a curto e médio prazo e não a longo prazo, isto porque, a

longo prazo, a moeda é neutra e o impacto é sobre os níveis de preços da economia.

Abreu *et al.* (2012, p.250) salientam que estes mecanismos, apesar de analisados isoladamente, produzem os seus efeitos em conjunto, dependendo da relevância de cada uma das estruturas económicas e dos mecanismos de financiamento das diferentes economias; admitindo-se sempre uma política monetária expansionista, sendo válido o oposto quando a política monetária tiver uma orientação restritiva. Assim, Nabais e Ferreira (2012 p.246) apontam que ao subir a taxa de juros, a moeda doméstica é valorizada, e a valorização da taxa de câmbio tem efeitos sobre a política monetária: a taxa de câmbio tem impacto directo sobre o nível de preços através do preço doméstico dos bens comercializáveis internacionalmente; exerce também efeitos indirectos sobre o nível de preços por meio dos bens produzidos internamente em que se utilizam matérias-primas importadas, isto é, quando a taxa de câmbio é valorizada, diminui o custo de produção desses bens, levando a uma queda de seus preços.

Por outro lado, a taxa de câmbio tem impacto indirecto sobre o nível de preços através da demanda agregada, isto é, ao valorizar-se, a taxa de câmbio torna os produtos importados mais baratos, deslocando a demanda dos bens domésticos por similares importados, diminuindo a demanda agregada e a pressão sobre o nível de preços.

Um efeito relevante para Angola é o impacto da taxa de câmbio na inflação, isto é, quando são incorporados custos associados a insumos importados e bens comercializáveis nos preços. Isto porque a *commodities* de Angola, o petróleo, exerce um papel muito importante na determinação da taxa de câmbio. Desta forma, sectores com maior participação de bens importados em seus insumos estariam mais expostos à restrição monetária.

De acordo com Vasconcelhos (2001, p.353), o impacto de uma alteração das taxas de juros sobre a taxa de câmbio depende das expectativas relativas à inflação, das taxas de juros domésticas e externas que podem ser afectadas pela medida de política. Todavia, a corrente de transmissão desenvolve-se da taxa de juro para a taxa de câmbio através da condição da “paridade não coberta da taxa de juro”; esta condição relaciona os diferenciais de taxa de juro com as alterações esperadas na taxa de câmbio.

Assim, uma política monetária expansionista fará diminuir a taxa de juro doméstica, em relação à taxa de juro externa, conduzindo a uma depreciação da moeda doméstica, tornando os bens nacionais mais baratos em relação aos bens internacionais, originando um aumento das exportações líquidas e do produto. Já do lado da oferta, a depreciação provocada pela política

monetária expansionista, aumenta o preço dos bens importados, aumentando assim a inflação.

Abreu *et al.* (2018, p.443), por outro lado, apresentam um segundo meio do canal do preço dos activos que afecta as decisões de consumo das famílias pela variação da sua riqueza, pois uma redução da riqueza presente e futura das famílias é compensada por uma redução no seu consumo presente; este canal é relevante para o consumo das famílias quando a participação dos consumidores no mercado de acções for relevante, o que não é o caso de Angola.

De acordo com Mishkin (1998), as expectativas de inflação constituem um papel importante na determinação da dinâmica inflacionária, actuando sobre o processo de formação de preços de três formas distintas:

1. Directamente, por intermédio de sua incorporação aos preços de produtos e serviços;
2. Via salários, pela sua incorporação aos salários nominais em negociação, que representam importante item de custo para as empresas;

Quanto aos efeitos das variáveis descritas acima, verifica-se que a taxa de juros serve de êmbolo para a transacção de todas as operações financeiras, pois, a inflação e a taxa de câmbio incidem nas decisões de compra das moedas/procura, afectando drasticamente o volume de transacções demandadas. Entretanto, Até 2014 a política monetária implementada pelo BNA, foi expansionista, sendo que nos anos seguintes se adoptou a política Monetária contracionista, com objectivo principal de controlar a taxa de inflação.

Crescimento económico

Quando se aborda o crescimento económico, os indicadores que estão presentes na memória do pesquisador é a elevação no nível do produto produzido e apresentado nos diferentes momentos do período de referência. Isto significa que ao se declarar que um dado país ou economia de um país cresceu 2% em um ano de referência, compreende-se que foi produzido no ano em análise volumes ou valores monetários superiores a anterior a este ou de comparação, comumente designado de base.

Nabais e Ferreira (2012, p.351) apontam ainda que o crescimento económico é um conceito de natureza quantitativa, que define a evolução da actividade económica e que traduz a expansão da produção, incluindo a inovação tecnológica, modificando estruturas económicas, implicando maiores investimentos e sendo medido pelos indicadores económicos.

Existem autores que trazem discussões comparativas de ser mais produtiva a população actual ou do tempo dos nossos ancestrais! Para esta interjeição, o que se pode depreender é que actualmente aproveitando-se da inovação tecnológica leva ao entendimento, *coeterisparibus* de que a produtividade registada ou contabilizada chega a ser maior do que do período em que não existia a tecnologia. Por exemplo, no ramo da construção civil constroem-se grandes edifícios ou projectos que seriam impensáveis sem o apoio da tecnologia. O que seria do projecto do Novo Aeroporto Dr. António Agostinho Neto? Outros exemplos podem ser trazidos como a construção da ponte sobre o rio Catumbela, o projecto Angosat2, para citar apenas estes.

Certamente, pode ser questionável, em termos de crescimento económico, mas, no que se refere à produtividade, possivelmente não seja.

Krugman e Obstfeld (2010, p.72) apontam que o crescimento económico significa um deslocamento para direita da fronteira de possibilidades de produção.

Para Soares (2010, p.65), crescimento económico é o aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia num determinado período. A sua avaliação faz-se através da análise de indicadores tradicionais com expansão do PIB (o valor de todos os bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras geográficas do país num período, usualmente um ano) ou ainda pelo PNB (o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos em território nacional ou não durante um período, usualmente um ano).

Análise e Discussão dos Resultados

Nesta secção, estabeleceremos a relação funcional entre as variáveis, a tabela nº1 apresenta os valores em milhões de Kwanzas da produção nacional (PIB), Inflação durante o período de 2008 a 2024.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto e Inflação

Anos	Taxa de Crescimento do PIB (%)	Inflação
2008	11,2	13,18
2009	0,9	13,99
2010	4,9	15,31
2011	3,5	11,38
2012	8,5	9,02
2013	5	7,69
2014	4,8	7,48
2015	0,9	14,27

2016	-2,9	41,95
2017	-0,1	23,67
2018	-1,3	18,6
2019	-0,7	16,9
2020	-5,6	25,1
2021	1,2	27
2022	3	13,9
2023	1,1	20,01
2024	4,4	27,5

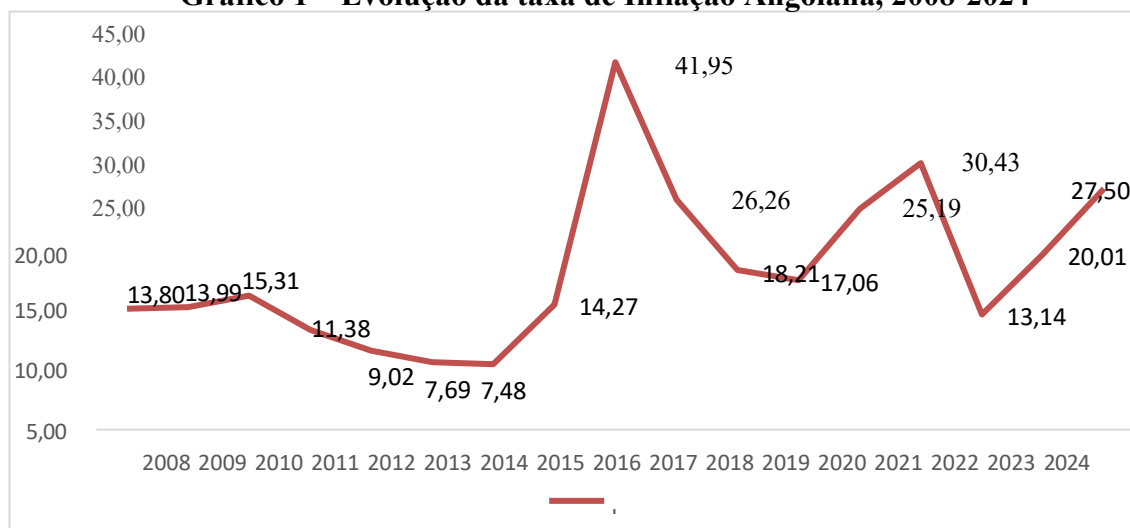
Fonte: INE & BNA (2024).

Evolução da taxa de inflação e de crescimento

Este subcapítulo reservou-se a analisar a tendência inflacionária em Angola, como base de referência, o índice de preços no Consumidor de Luanda, que permitiu cobrir com resultados dos anos anteriores a 2015, uma vez que a nível nacional apenas começou a sua elaboração naquele ano.

Por outro lado, o índice de preço no consumidor da cidade de Luanda representa, na média nacional, um pouco mais de 44% do peso da cesta básica.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de Inflação Angolana, 2008-2024



Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do INE-IPCL, 2024

Os valores inflacionários mostram que os anos de melhor situação económica foram 2008 a 2014. Porquanto, os demais anos começaram a apresentar ou registar taxas elevadas chegando ao pico de 41,95% no ano de 2016.

Relacionando o exposto no gráfico 1, pode se observar que os anos referidos no ponto anterior, como de logro, podem ser confirmados na trajetória da inflação. Os anos apresentados acima, como de altas taxas de Inflação, para a economia nacional, reflectem os seus efeitos no

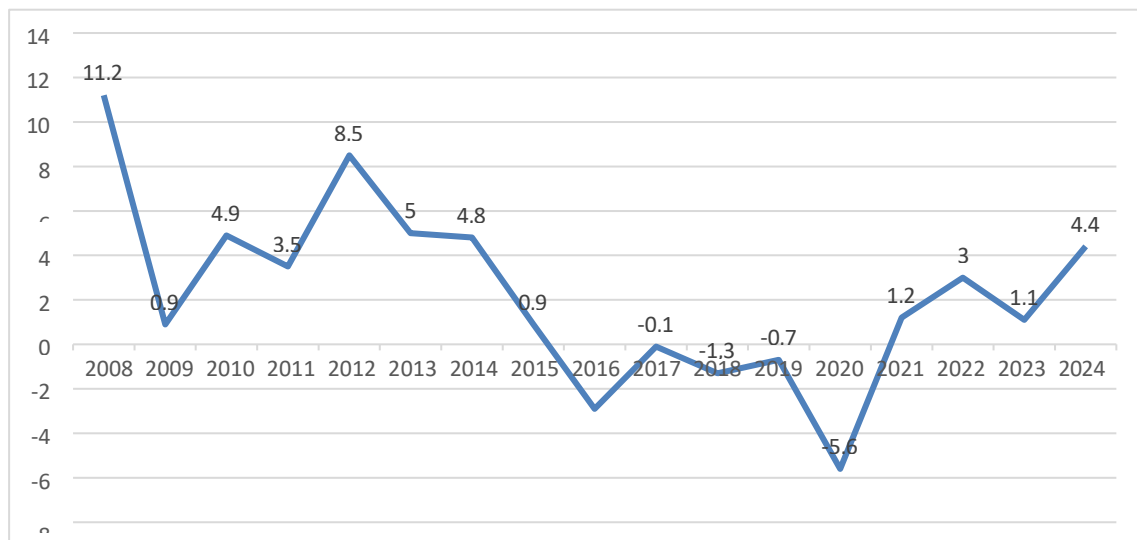
crescimento da economia real.

Desde 2015 que a tendência da inflação tem sido crescente, atingindo o máximo em 2016 na ordem de 41,95%, entretanto em 2022 assistiu-se uma pequena melhora, mas em 2023 e 2024 voltou a crescer, atingindo mesmo os 27,50%, ultrapassando a meta definida pelo BNA (15,3), tentando ao máximo ajustar através de instrumentos de política monetária, isto é, a taxa de juros básica, que determina o custo de dinheiro na economia, mas sem sucesso.

A questão da inflação em Angola consubstancia-se essencialmente no facto da oferta nacional não conseguir dar respostas a procura, pois a produção Nacional é cada vez mais fraca, existindo uma forte dependência de produtos importados, ficando a situação cada vez mais difícil devido a depreciação da moeda estrangeira; um dos outros motivos e certamente a redução de subsídios aos combustíveis, tendo impacto directo sobre a produção e consumo.

A situação económica adversa mundial não tem poupado a alta de preços no conjunto de bens e serviços consumidos, nem tão-pouco esfriou a queda no poder de compra dos cidadãos e as famílias viram os seus rendimentos a valerem pouco e, obviamente, isto também se reflectiu no desempenho da economia nacional, pois mesmo com aumento dos salários a situação prevalece.

Gráfico 2 – Taxa de Crescimento do PIB (%) da economia angolana, 2008 – 2024



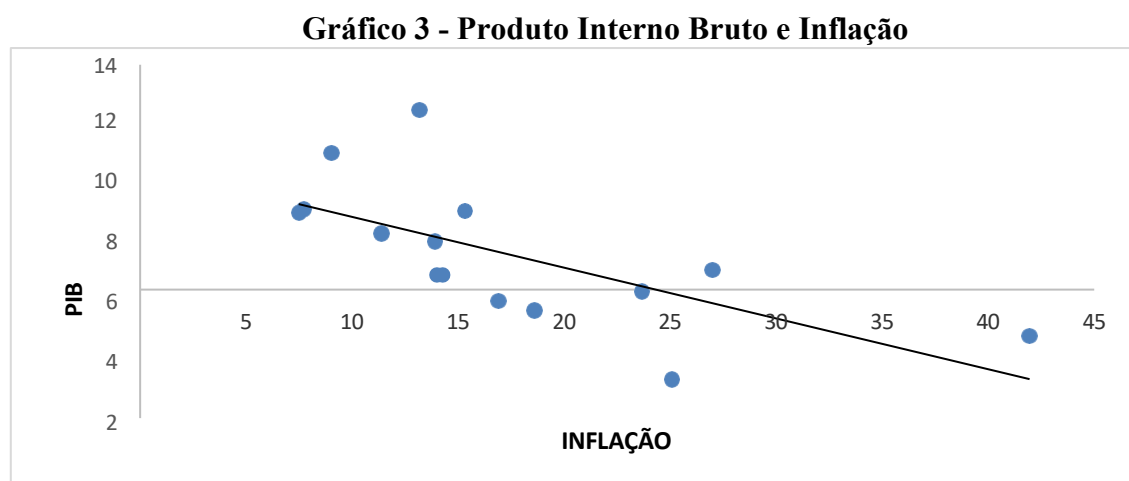
Fonte: BNA, 2025

A queda no nível da produção da economia angolana teve o seu início em 2008 a 2009, houve uma pequena recuperação, e voltou a cair 2014, continuando até 2020, mas ao longo do período várias foram as recessões económicas registadas.

Logo, se por um lado a economia estava a ser assolada por uma pressão inflacionária, tal como referido nas análises anteriores, a queda no nível da produção das duas economias, obviamente não podiam ser diferentes. A recessão económica esteve presente, degradando certamente a actividade e não dando espaço aos agentes económicos em busca de alternativas. É possível verificar que nos anos subsequentes a tendência das taxas de crescimento da economia nacional é crescente, isto é, apesar de registar uma queda em 2023 na ordem de 1.1%, o Instituto Nacional de Estatística (INE), estimou um crescimento na ordem de 4,4% em 2024, suportado pelo aumento da contribuição do sector não petrolífero.

Relação funcional entre as variáveis, produção e inflação

O gráfico abaixo apresenta a relação funcional existente entre as variáveis: “produto interno bruto” e “Inflação”. A tendência é decrescente, observada através das nuvens de ponto, revelam uma associação Negativa.



O gráfico acima apresenta a relação funcional existente entre as variáveis: “produto interno bruto” e “Inflação”. A tendência é decrescente, observada através das nuvens de ponto, revelam uma associação indirecta e negativa. O que significa que existe correlação linear entre as variáveis, embora que negativa.

Analisando com alguma atenção a relação das referidas variáveis no gráfico de tendência e nuvens de ponto, pode-se concluir que há um aumento nas taxas de Inflação; o produto interno bruto será estimulado em sentido Contrário, restando apenas quantificar a intensidade da relação que será feita através do cálculo do coeficiente de correlação.

Calculado os coeficientes de correlação entre as variáveis, pode-se observar que a produção se correlaciona de forma positiva e fortemente com a variável Inflação. Isto é, a

relação entre as duas variáveis corresponde a 60%.

Modelo estimado da relação entre produto interno bruto, dinheiro em poder do público e depósitos à vista

O objectivo desta secção é tentar dispor de um modelo que permita constatar a contribuição da Inflação no Crescimento económico de Angola e analisar a possibilidade de definir um modelo que explique a relação entre as variáveis.

A análise que se propõe realizar se revela na identificação da relação funcional entre as variáveis PIB e Inflação representadas em milhões de Kwanzas.

De acordo a Gujarati (2011), a função econométrica geral é explicitada ou denotada conforme a expressão abaixo:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \varepsilon_i$$

Os coeficientes expressos na equação são identificados ou legendados a seguir:

β_0 : representa o coeficiente angular, economicamente significa que na ausência da Inflação a economia estará a operar de forma autónoma nesta dimensão ou valor;

β_1 : constitui o efeito da Inflação no variável produto interno bruto, quando ou se está a aumentar (variar) em x ou y unidades monetária;

X1: corresponde à inflação expresso em milhares de Kwanzas. Por outro, também é conhecida como variável independente;

Y: produto interno bruto, designado por variável dependente ou de resposta;

ε_i : assume os erros amostrais aleatórios que não são determinados ou explicados pelo modelo.

Com o recurso à ferramenta de Análise de dados do Excel e pacote regressão linear múltipla, determinaram-se ou estimaram-se os coeficientes denotados acima e obteve-se a expressão abaixo:

$$\hat{Y} = 7,26094 - 0,27573 \text{Inflação}$$

A interpretação dos resultados ou estimativas obtidas na equação acima para além do valor autónomo, indicam com clareza os respectivos efeitos.

Coeterisparibus a economia terá um aumento no valor de sete milhões duzentos e seis mil e noventa e quatro- Kwanzas.

Quanto à inflação, a economia nacional, mediante a proposta do modelo, terá um efeito negativo no valor de 0,27573. O que se pode compreender é o facto de os resultados estarem expressos em milhões de Kwanzas e, neste sentido, o valor da perda será de 275 730 mil Kwanzas por cada um milhão de unidades de Kwanzas aumentados. Esta estimativa representa devidamente a sugestão de uma economia normal, porque a relação entre as duas variáveis é negativa, quando relacionados no gráfico nº8, (Relação linear entre Produção com Inflação) sugere uma associação no sentido negativo da tendência, que coincide com a determinação do cálculo matemático no mesmo sentido.

Considerações Finais

A revisão documental realizada mostra que os diferentes autores alinham no mesmo diapasão sobre as principais definições do produto e, o capítulo da análise e discussão dos resultados mostra que as relações funcionais entre as variáveis em estudo estão presentes. O que significa que, em termos económicos, uma movimentação ou variação no sentido positivo da variável de estímulo resultará, mantendo todo o resto constante, em redução no nível da produção.

O que foi confirmado na estimação dos coeficientes no modelo de regressão linear simples que apresenta sinal esperado no diagrama de nuvens de ponto, pois assume o mesmo (negativo). Para este ponto concreto, o que indicia a uma relação inversa quando se estimula a inflação face à resposta no produto.

Tanto a inflação como o PIB analisados registaram variações ao longo dos 17 anos. As decisões de política monetária foram de grande importância para controlo da taxa de Inflação, que foi vista como ameaça para a economia. Nesta conformidade, os anos 2008 a 2012 foram de logro no desempenho da economia no facto de que as taxas de inflação estiveram baixas.

Por um lado, observa-se, no período de 2012 a 2014, o melhor intervalo para a economia angolana, de acordo com as evidências presentes nos dados estudados para as taxas de Inflação. Por outro lado, a partir de 2014 inicia-se o período difícil para actividade económica, onde se registam elevadas taxas de inflação e conseqüentemente quedas nas taxas de crescimento da economia. assinalando-se assim, registos de taxas de inflação altas e quedas significativas no crescimento económicos no período homólogo.

A inflação tem reduzido o valor real dos salários, levando os angolanos cada vez mais a pobreza, confirmando que a questão da alta de preços não é apenas pela questão da procura, mas sim da oferta.

Aumentar os salários não resolve o problema da inflação, é necessário que os salários estejam ajustados ao custo de vida, e que as políticas económicas (Monetárias e Fiscal) estejam alinhadas de modo a garantir um controle eficaz desta variável, porque não adianta aplicar uma política monetária restritiva ou de redução da quantidade de dinheiro em circulação, enquanto a política de gasto é expansiva, certamente não haverá equilíbrio.

Quanto ao modelo estimado é confirmado o efeito da Inflação observado na teoria do gráfico de nuvens de pontos.

Feita a discussão dos resultados, o coeficiente de determinação mostra que 36% das variações na variável de resposta são explicadas pelo modelo e grande parte (64%) que são à custa de outros factores.

Portanto, a pesquisa permite responder ao problema levantado, que apresenta a seguinte questão: “Qual é o efeito da Inflação no crescimento económico no produto interno Bruto de Angola ao longo do período de 2011 a 2020?” A equação estimada responde que a inflação contribui negativamente com 0,27573. Desta forma é possível constatar o efeito negativo da inflação no crescimento económico de Angola no período em estudo.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. *et al.* Economia Monetária e Financeira. 2ª ed. Lisboa: Escolar editora, 2007;2012.

ABREU, M. *et al.* Economia Monetária e Financeira. 3ª edição. Lisboa: Escolar editora, 2018.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7ª ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2017.

BNA. Relatório Anual de Contas. Disponível em: <https://www.bna.ao/#/pt/banco/governanca-transparencia-corporativa/relatorio-contas/Relat%25C3%25B3rio%2520Anual%2520e%2520Contas%25202024/2024/6>. 58... Acesso em: 24 de Abril de 2025.

ROCHA, M. J. A. Introdução à Economia Internacional e integração regional. 2ª ed. Luanda: UCAN, 2008.

GUJARATI, N. D.; PORTER, C. D. Econometria Básica. 5ª ed. São Paulo: McGraw-Hill editora, 2011.

INE. Contas nacionais. Disponível em:

<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MzI1MQ%3D%3D>. Acesso em: 15 de Abril de 2025.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia Internacional. 8ª ed. S. Paulo: Pearson, 2010.

MISHKIN, F. S. Moeda, Banco e Mercados Financeiros. 5ª ed. Boston: Addison Wesley, 1998.

NABAIS, C.; FERREIRA, R. V. Macroeconomia: lições e exercícios. 1ª ed. Lisboa-Porto: Lidel, 2012.

SOARES, J. C. Dicionário de Economia. 1º ed. Portugal: Plátano Editora, 2008.

VASCONCELHOS, M. A. S. Economia, Micro e Macro. 4ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO COMO CONDIÇÃO PARA UM CAPITAL HUMANO ANGOLANO DE QUALIDADE: UMA ANÁLISE DE TENDÊNCIA DO PIB PER CAPITA (2002-2003) COM PROJECCÃO PARA 2027, 2030 E 2050

Lubanza Pedro

Centro de Estudos e Investigação Científica
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola
pedrolubanza@hotmail.com

Introdução

O presente estudo pretende demonstrar como o crescimento económico sustentável e inclusivo - expresso pelo PIBpc ou Rendapc - constitui uma condição para o desenvolvimento económico sustentável traduzido pelo índice de desenvolvimento humano cujo capital humano representa o objectivo essencial tanto para o Plano de Desenvolvimento de Angola (PDN 2023-2027), quanto à Agenda 2030 da ONU e na Estratégia de Longo Prazo (ELP-ANGOLA 2050). Nele são discutidos os conceitos e principais termos relacionados ao tema, tais como: crescimento económico sustentável e inclusivo; PIB ou Renda per Capita; IDH e Capital Humano. Atrelados a esses pontos, foram apresentados, de forma breve, o PDN, o Agenda 2030 da ONU e a ELP- ANGOLA 2050.

Sendo a expressão do Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes de um país, a renda /pc, um indicador do padrão de vida de cada pessoa, e essencial na formação do IDH. Os valores absolutos foram convertidos em variações percentuais homólogas ($\Delta\%$) que proporcionam maior acurácia ou precisão no diagnóstico de uma determinada variável económico-financeira micro ou macro. Pois, muitas vezes, os valores absolutos nos mostram o real problema ou doença desta variável.

Os resultados da pesquisa indica que existe uma correlação negativa fraca expressam pelo $r=-0,384$ ente o PIBpc e o Tempo, confirmando um coeficiente de determinação com impacto não significativo ($R^2=14,7\%$): Observa-se também que o coeficiente angular negativo ($\beta_1=-1,646$) indica que o PIB pc apresenta uma tendência decrescente , a uma taxa de $\pm 1,6\%$ em cada ano , ate atingir de forma cumulativa o nível, respectivamente de $-10,5\%$ em 2027; $-15,3\%$ EM 2030 2 $-48,3\%$ no horizonte de 2050,

ceteris paribus, o que torna o PIB/pc insustentável, ou seja incapaz de contribuir para o melhoramento do IDH em Angola, alavanca essencial do capital humano.

Definição de termos

Agenda 2030

Para transformar o Mundo em nome dos Povos e do Planeta, a 1 de Janeiro de 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas, que foi aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de Setembro de 2015, numa cimeira memorável na sede da ONU, em Nova Iorque (EUA).

Trata-se de uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes. Tais ODS são (i) Erradicar a pobreza; (ii) Erradicar a fome; (iii) Saúde de qualidade; (iv) Educação de qualidade; (v) Igualdade de género; (vi) Água potável; (vii) Energias renováveis e acessíveis; (viii) Trabalho digno e Crescimento económico; (ix) Indústria, Inovação e Infra-estruturas; (x) Reduzir as desigualdades; (xi) Cidades e Comunidades sustentáveis; (xii) Produção e Consumo sustentáveis; (xiii) Acção climática; (xiv) Proteger a vida marinha; (xv) Proteger a vida terrestre; (xvi) Paz, Justiça e Instituições eficazes; e (xvii) Parcerias para implementação dos objectivos.

Capital humano

Theodore Schultz, nos anos 60 do século XX, teve como exemplo o Japão para a criação da sua Teoria do Capital Humano. Schultz percebeu que apesar da destruição do Japão na II Guerra Mundial, a sua recuperação económica foi muito rápida, tendo provado que este facto se deveu ao elevado nível educacional da população.

A Teoria do Capital Humano defende que investimentos na Educação e na Saúde conseguem melhorar as aptidões e as habilidades dos indivíduos que, consequentemente, se tornam mais produtivos, que de forma abrangente consegue influenciar as taxas de crescimento dos países.

A UNESCO, em 2005, vinculou a Educação aos níveis de renda mais elevada, o que confere uma melhoria da condição social.

Jacob Mincer orientou a sua avaliação para um estudo econométrico e aliou a “função salário ao capital humano” e permitiu de concluir que “a distribuição entre os rendimentos nas diferentes actividades esta directamente ligada ao incentivo do capital humano disposto nelas”. Tornou possível a conclusão de que as “diferenças salariais” estão directamente ligadas ao número de anos de escolaridade.

De acordo com Eng^o Benedito Paulo Manuel, “as empresas são formadas por pessoas, tecnologias e recursos. O mais importante é o capital humano e não as pessoas em si, mas, o capital que há nas pessoas.” (Cf. I^a Conferência de Desenvolvimento Pessoal de Catoca de 23 de Janeiro de 2024/ Lunda Sul).

Peter Drucker insiste na necessidade de ser garantida a prioridade a “uma instrução de alto nível” que consiga agregar os conhecimentos dos jovens para poderem actuar melhor no mercado de emprego.

Simplesmente, o capital humano é o conjunto de conhecimento, habilidades (competências) e atitudes que favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor económico. São os atributos adquiridos por um trabalhador por meio da educação, perícia e experiência.

Como conclusão, fica garantida a certeza de que o capital humano e o crescimento económico estão condenados a existir de forma recíproca, quantitativa e qualificativa.

Crescimento económico sustentável e inclusivo

O crescimento sustentável e inclusivo é uma abordagem que visa equilibrar o progresso económico com a protecção ambiental e a inclusão social. Envolve criar oportunidades para todos, garantindo o uso responsável dos recursos naturais e promovendo a equidade (ONU, Agenda, 2030).

Estratégia Angola 2050 e Índice de Desenvolvimento Humano

A estratégia Angola 2050 apresenta cinco eixos prioritários de desenvolvimento, tais como: (i) Valorização e potencialização do capital humano; (ii) Infra-estrutura moderna e competitiva (ex. habitação); (iii) Diversificação e prosperidade económica; (iv) Ecossistema resiliente e sustentável; e (v) Justiça (social), igualdade de oportunidades.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano vai de 0 a 1. É calculado todos os anos com base em três critérios: (i) Renda per capita; (ii) Saúde (expectativa de vida) e (iii) Educação (anos previstos e média de anos de escolaridade).

Quanto maior mais próximo de 1, melhor o IDH; quanto mais próximo de 0, pior o IDH. O topo é da Suíça com, 0,967 e no último lugar está a Somália, com 0,380.

PDN 2023-2027

O Plano de Desenvolvimento Nacional contempla os projectos e actividades de desenvolvimento a serem implementadas nos 5 anos (de 2023 a 2027), baseando-se nos dois pilares a seguir: (i) Desenvolver o capital humano (elevando o nível de qualificação); (ii) Elevar os níveis de segurança alimentar / aumentando a produção nacional, emprego; reduzir as desigualdades sociais; melhorar a qualidade de vida.

Os objectivos do PDN, não apenas financiar e implementar projectos, mas questiona-se sobre o impacto socioeconómico sustentável.

PIBpc ou RENDApC

O PIBpc, bem distribuído, é o indicador social que evidencia um bom IDH. O PIB per capita ou PIB por pessoa ou Renda per capita é o indicador que representa o que cada pessoa teria do total de riquezas que são produzidas no país. Sendo assim, o PIB é dividido pelo número de habitantes deste país.

Vulnerabilidade económica

Relaciona-se ao resultado de qualquer processo acentuado de exclusão, discriminação ou enfraquecimento de indivíduos ou grupos, provocado por factores, tais como pobreza, crises económicas, nível educacional deficiente, localização geográfica precária e baixos níveis de capital social, humano ou cultural.

Uma pessoa vulnerável é aquela que está desprotegida, que não tem apoio, que pode não ter as necessidades mínimas cobertas. Por exemplo, uma pessoa que ficou sem casa, que não pode ir à escola ou ao hospital, é uma pessoa vulnerável.

Avaliação do desempenho económico da variável PIBpc ou Rendapc (2001-2023)

Tabela 1- Comportamento do PIB_{pc} 2002-2023 (EM USD)

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB _{pc}	509	691	762	1024	1429	2053	2883	3898	3394
Δ%	-	35,8	10,3	34,4	39,6	43,7	40,4	35,2	-12,9

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB _{pc}	3599	4412	4745	4989	4916	3876	3485	4401	4763
Δ%	6,1	22,6	7,5	5,1	-1,5	-21,2	11,2	26,3	8,2

Anos	2019	2020	2021	2022	2023	\bar{X}
PIB _{pc}	4692	1451	1927	3000	2566	3020
Δ%	-1,5	-69,1	32,8	55,7	-14,5	13,1

Fonte: BNA- FMI, Wold Economic Outlook, 2023

Gráfico 1: Evolução do PIBpc 2001-2023 (EM USD)

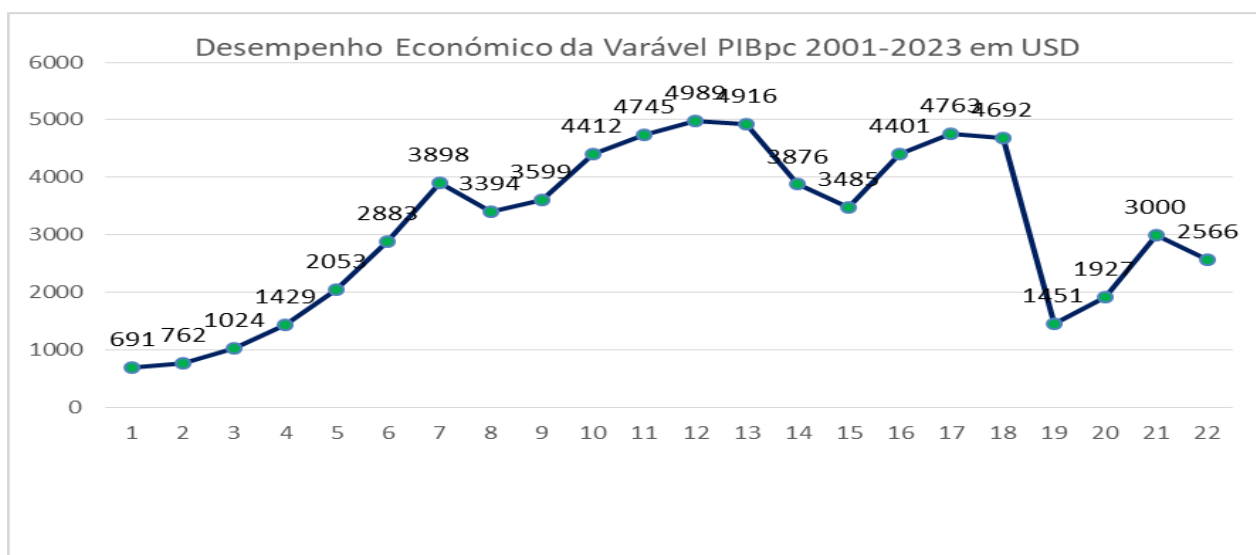


Gráfico 2-Evolução do PIBpc 2002-2023 em variações homólogas percentuais ($\Delta\%$)

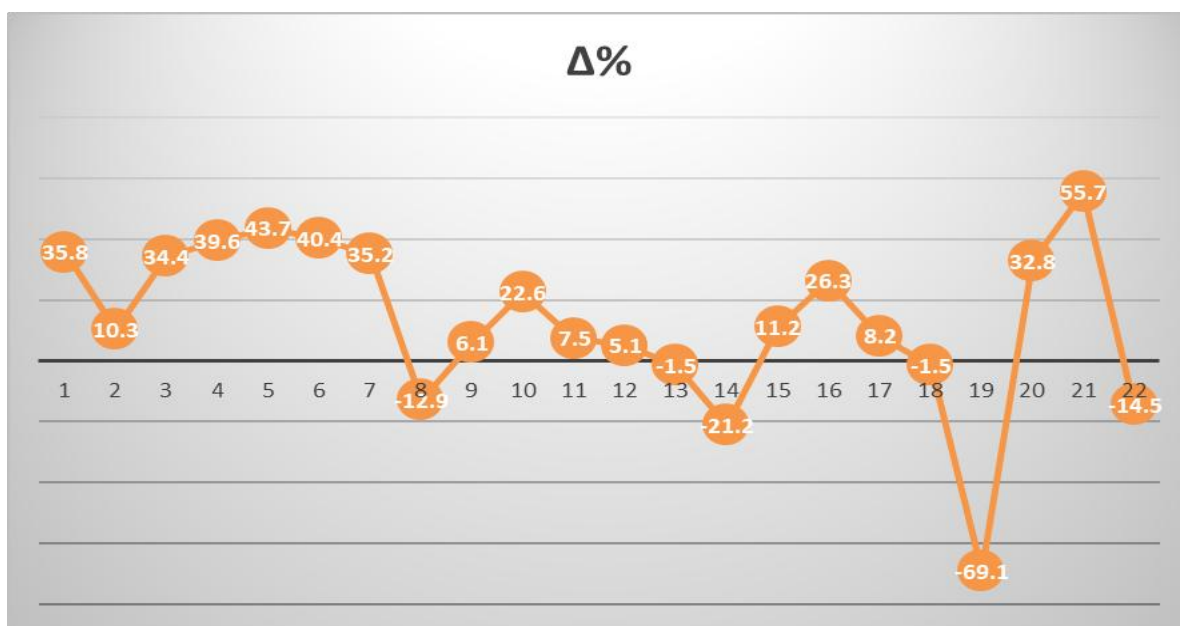


Gráfico 3 – Recta de tendência com base em $Y_t = 32,306 - 1,646 t$



Considerações finais

Depois de ter usado o instrumento econométrico para medir o desempenho do PIB ou Renda per capita de Angola desde o alcance da paz em 2002 até 2023, conclui-se que a tendência decrescente desta variável macroeconómica apresenta uma variação acumulada, respectivamente de $-10,5\%$ no fim do prazo do PDN 2027; de $-15,4\%$ em 2030 (fim do prazo da agenda 2030 da ONU) e de $-48,3\%$ no fim do prazo da Estratégia Angola 2050.

Assim sendo, há um risco real com que este negativo desempenho do PIB per capita faz permanecer o capital humano angolano no contexto de vulnerabilidade prolongada mantendo tudo o resto constante.

Deste modo, sugere-se o aumento do crescimento económico (PIB) de Angola, através das medidas e / ou políticas conjunturais e estruturais a ser adoptadas pelo Governo:

- a. Promover o sector privado (atração do IDE);
- b. Investir em infra-estruturas públicas, factor de mão-de-obra intensiva;
- c. Investir em capital humano (Saúde, Educação, Salários mínimos economicamente sustentáveis);
- d. Melhorar a qualidade da saúde e da educação (nível tradicional e profissional);
- e. Criar condições para reter capital humano existente, evitando a fuga de quadros qualificados para outros países;
- f. Promover a Investigação e Desenvolvimento (desenvolver novos produtos, novas tecnologias e investigação aplicada);
- g. Promover a boa governação e a eficiência dos mercados, isto é, implementar políticas de promoção de concorrência, fornecimento de bens e serviços públicos de qualidade, eliminar efeitos negativos provocados pela intervenção do Estado)
- h. Promover a poupança nacional;
- i. Promover a produção (indústria transformadora, agro-indústria) nacional, o consumo e a diversificação económica;
- j. Implementar de forma eficaz as políticas económicas conjunturais (orçamental, monetária, cambial, fiscal, salarial.);
- k. Implementar efectivamente os diversos Planos de Desenvolvimento Nacional à médio e longo prazo, nomeadamente o PDN 2023-2027; a Agenda 2030 da ONU, a Estratégia Angola 2050 e a Agenda 2063 da União Africana (constituída por 7 Aspirações).

Referências Bibliográficas

ANGOLA-MINISTERIO DE ECONOMIA E PLANEAMENTO: Estratégia de Longo Prazo – Angola 2050, Luanda: 2024.

ANGOLA-MINISTERIO DE ECONOMIA E PLANEAMENTO: Plano de Desenvolvimento Nacional, 2023-2027. Impacto Socioeconómico Sustentável, Luanda: 2022.

CEIC-UCAN, Estudos Sobre a Diversificação da Economia Angolana, 1ª edição, Luanda: 2018.

CEIC-UCAN, Relatório Económico de Angola 2021, Universidade Católica de Angola, 2023.

CEIC-UCAN, Relatório Social de Angola 2019/2020, Universidade Católica de Angola, 2022.

IFM, World Economic Outlook, June 2021.

Lexique d'Économie. 12ª é, Dalloz, Paris: 2012.

ONU, Agenda 2030, Nova Yorke, 2015.

SALVATORE, Dominick e REAGLE, Derrick. Statistics and Econometrics. McGraw-Hill, 2002.

SHULTZ, Theodore William: O Valor Económico da Educação, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

UNDP, Human Development Report 2020- Explanatory Note on 2020 HDR Composite Indexes- Angola.

UNIÃO AFRICANA (UA), Agenda 2063, Addis-Abeba, 2016.

WORLD BANK, Doing Business, 2021.

ECONOMIA POLÍTICA NA CONSOLIDAÇÃO DA JUSTIÇA ECONÓMICA EM CONTEXTOS DE TENSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CASO DE LUANDA, ANGOLA (2025)

Carlos António Coa

Departamento de Ciências Económicas e Gestão
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola
coadocente@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa as respostas institucionais e as políticas públicas implementadas pelo Governo angolano face às manifestações de julho de 2025 em Luanda, interpretando-as no quadro mais amplo da economia política contemporânea. O objectivo consiste em compreender as tensões entre crescimento económico e justiça distributiva, identificando as suas causas estruturais, bem como propor alternativas para um modelo de desenvolvimento inclusivo orientado à justiça económica. Metodologicamente, recorreu-se a uma abordagem qualitativa, exploratória e propositiva, sustentada em pesquisa bibliográfica e documental, análise crítica de discursos oficiais e confronto com experiências internacionais relevantes. Foram mobilizados referenciais teóricos clássicos (Hobbes, Smith, Polanyi) e contemporâneos (Sen, Stiglitz, Piketty), bem como contribuições de pesquisadores angolanos, nomeadamente Paxe e Brás, articulados com dados contextuais e evidências empíricas. Como resultado, propõe-se o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), um enquadramento inovador que integra oito proposições estratégicas, distribuídas em três eixos: institucionalização inclusiva, ampliação do capital humano e diversificação produtiva com justiça distributiva. Conclui-se que a superação das crises cíclicas de tensão social em Angola exige reformas estruturais baseadas na concertação social, na modernização do sistema educativo, na formalização gradual da economia informal e na implementação de políticas redistributivas robustas, articulando crescimento económico com inclusão social e justiça distributiva.

Palavras-chave: Crescimento inclusivo; Economia política; Fortalecimento institucional; Justiça económica; Modelo ACE.

Abstract

This article critically analyzes the institutional responses and public policies implemented by the Angolan State in the aftermath of the July 2025 demonstrations in Luanda, situating them within the broader framework of contemporary political economy. The study aims to understand the tensions between economic growth and distributive justice, identifying their structural causes and proposing alternatives for an inclusive development model oriented toward economic justice. Methodologically, it adopts a qualitative, exploratory, and propositional approach, grounded in bibliographic and documentary research, critical analysis of official discourses, and comparison with relevant international experiences. The theoretical framework mobilizes both classical references (Hobbes, Smith, Polanyi) and contemporary contributions (Sen, Stiglitz, Piketty), as well as insights from Angolan scholars such as Paxe and Brás, articulated with contextual data and empirical evidence. As a result, the study proposes the ACE Model (Angola – Growth with Equity), an innovative framework comprising eight strategic propositions distributed across three axes: inclusive institutionalization, human capital enhancement, and productive

diversification with distributive justice. The findings indicate that overcoming the cyclical crises of social tension in Angola requires structural reforms grounded in social dialogue, modernization of the education system, gradual formalization of the informal economy, and the implementation of robust redistributive policies, effectively integrating economic growth with social inclusion and distributive justice.

Keywords: Inclusive growth; Political economy; Institutional strengthening; Economic justice; ACE Model.

Introdução

O presente artigo parte da convicção de que a *“A voz do povo é um indicador económico tão importante quanto o crescimento do PIB”*. Essa nossa convicção constitui o fio condutor do argumento central aqui desenvolvido: a necessidade de reconhecer a participação cidadã e as dinâmicas sociais como indicadores estruturantes da economia política, com impacto equivalente ao dos tradicionais agregados macroeconómicos. Esta perspectiva permite compreender que a economia, para além de um sistema de produção e distribuição de recursos, é igualmente um espaço de construção de legitimidade, de justiça e de coesão social.

As manifestações de julho de 2025 em Luanda, marcadas por convulsões sociais e pela reação das forças da ordem, revelam a existência de uma fratura crescente entre o poder político e a sociedade civil. A mensagem subsequente do governo, dirigida à nação dias após os protestos, evidencia o esforço de contenção da crise, mas também levanta questões fundamentais no domínio da economia política, sobretudo no que concerne ao papel do Estado na promoção do bem-estar comum, na redistribuição de oportunidades e na garantia da justiça social.

O objectivo deste estudo é, portanto, analisar as respostas institucionais e as políticas adotadas no contexto dessas tensões, identificando as suas insuficiências e potencialidades, e propor um enquadramento alternativo — o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade) — como base para a formulação de políticas públicas orientadas para a justiça económica e a inclusão social.

A presente investigação justifica-se por múltiplas ordens de razões, de natureza académica, política e social. Em primeiro lugar, no plano académico-científico, este estudo contribui para o debate contemporâneo sobre economia política em contextos de tensão social, ao propor uma abordagem inovadora que combina teoria clássica (Hobbes,

Smith, Polanyi) e perspectivas contemporâneas (Sen, Stiglitz, Piketty) na análise das dinâmicas entre crescimento económico, justiça distributiva e estabilidade política. Trata-se de um contributo relevante para a literatura, uma vez que articula o diagnóstico das desigualdades estruturais angolanas com um modelo teórico próprio — o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), orientado para a consolidação de políticas públicas mais inclusivas.

Em segundo lugar, no plano prático e político, a relevância deste estudo reside na sua capacidade de transformar a análise crítica em propostas operacionais, fornecendo subsídios concretos para a formulação de políticas públicas que respondam às causas profundas do descontentamento social, como o desemprego juvenil, a carestia de vida, a informalidade económica e a crise de confiança institucional. Ao fazê-lo, este artigo oferece um instrumento de diálogo entre governo, sociedade civil e academia, promovendo a reflexão sobre alternativas viáveis para uma economia mais equitativa, participativa e resiliente.

Por fim, este estudo assume especial pertinência para o contexto angolano, onde a ausência de mecanismos eficazes de concertação social e a insuficiência de políticas redistributivas têm alimentado ciclos recorrentes de instabilidade. A construção do Modelo ACE, fundamentado em evidências empíricas e inspirado em boas práticas internacionais adaptáveis à realidade nacional, apresenta-se como um marco conceptual e operacional para repensar a economia política de Angola em direção a um desenvolvimento sustentável, inclusivo e centrado no ser humano.

Metodologia

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e propositiva, estruturada a partir de um processo metodológico em quatro etapas interdependentes: (i) diagnóstico crítico, (ii) análise teórica, (iii) comparação internacional e (iv) formulação de um modelo integrado de economia política.

a) Diagnóstico crítico (análise contextual)

Realizou-se uma leitura sistemática dos acontecimentos que marcaram as manifestações de julho de 2025 em Luanda, utilizando fontes primárias (comunicados oficiais, discursos públicos, dados estatísticos nacionais) e secundárias (relatórios de organizações internacionais, estudos académicos e análises de políticas). Esta etapa teve

como objectivo identificar os factores estruturais de tensão social — como desemprego juvenil, carestia de vida, informalidade económica e défices de governança —, bem como avaliar a resposta governamental à crise.

b) Análise teórica (referenciais clássicos e contemporâneos)

Com base no método dedutivo, procedeu-se a um diálogo crítico entre teorias clássicas da economia política (Hobbes, Smith, Polanyi) e abordagens contemporâneas do desenvolvimento (Sen, Stiglitz, Piketty), articulando conceitos como justiça distributiva, expansão das liberdades, diversificação produtiva e fortalecimento institucional. Este enquadramento permitiu compreender as tensões entre crescimento económico, inclusão social e legitimidade política, servindo como base para a formulação de proposições estruturais.

c) Comparação internacional (benchmarking)

Foi conduzida uma análise comparativa de experiências internacionais bem-sucedidas (como os Conselhos de Concertação Social no Brasil e África do Sul, o sistema educativo da Finlândia, a diversificação produtiva do Botswana e as políticas redistributivas da Dinamarca e Suécia), seleccionadas por relevância contextual e potencial de adaptação à realidade angolana. Esta etapa visou identificar mecanismos replicáveis e práticas inovadoras que possam orientar reformas no país.

d) Formulação do Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade)

Com base no cruzamento entre os dados contextuais, os referenciais teóricos e as práticas internacionais, procedeu-se à sistematização das oito proposições estratégicas (Quadro 4), organizadas em três eixos estruturantes: institucionalização inclusiva, capital humano ampliado e diversificação produtiva com justiça distributiva. O processo metodológico adotou a lógica de sistemas adaptativos complexos, permitindo integrar as proposições em um modelo retroalimentado e dinâmico, representado graficamente no Diagrama de Impacto das Proposições (Figura 1).

Optou-se por uma metodologia qualitativa e exploratória, adequada para compreender fenómenos complexos e formular propostas normativas que dialoguem com a realidade política e socioeconómica angolana. A abordagem propositiva justifica-se pelo objectivo central do estudo: transformar o diagnóstico das tensões sociais em plataforma para a construção de políticas públicas estruturais.

Reconhecimento e base para o diálogo

Importa, num primeiro momento, reconhecer aspectos positivos da abordagem governativa, face aos acontecimentos das manifestações de julho de 2025. Foram reafirmados o direito à manifestação e greve como conquistas constitucionais, e anunciadas medidas de apoio às empresas atingidas pelos distúrbios, sinalizando preocupação com a recuperação económica. Destacou-se ainda a importância da educação, criticando o uso irresponsável das redes sociais por parte dos jovens, e apelou-se à formação cívica como caminho para um futuro mais sólido.

Estas são observações valiosas que, se articuladas com políticas estruturais adequadas, podem constituir um ponto de partida para uma nova abordagem de governação económica e social. No entanto, a abordagem careceu de aprofundamento sobre os factores estruturais que deram origem ao descontentamento popular.

A retórica da culpa externa: o erro clássico do leviatã

As manifestações ocorridas em julho de 2025 em Luanda foram, no discurso oficial, classificadas como “actos de vandalismo instigados por organizações antipatrióticas nacionais e internacionais”¹⁰. Esta construção narrativa está longe de ser inédita no panorama das democracias em tensão ou em transição. Historicamente, a figura do inimigo externo — real ou fabricado — tem sido instrumentalizada como mecanismo de deslegitimação das reivindicações internas e justificação da repressão, deslocando para fora das fronteiras institucionais do Estado a responsabilidade pelas crises internas.

Hobbes (1651), na sua obra clássica *Leviatã*, advertia que um Estado, ao não conseguir garantir segurança mediante justiça e coesão interna, tende a recorrer ao medo como instrumento primário de controlo. Para o autor, embora o medo possa funcionar como motor da obediência, o seu uso desproporcionado compromete a legitimidade do próprio soberano. A repressão justificada por discursos que invocam culpas externas pode, desse modo, provocar disfunções na arquitectura democrática, sobretudo quando as causas profundas da insatisfação popular se situam em factores estruturais como o

¹⁰ Discurso à Nação do Presidente João Lourenço (2025, 1 de agosto) sobre as manifestações em Luanda, proferido na sequência dos acontecimentos de Julho de 2025. Presidência da República de Angola. Disponível em: <https://rstp.st/2025/08/01/pr-de-angola-condena-atos-criminosos-e-assegura-que-a-ordem-foi-restabelecida-em-luanda/>.

desemprego juvenil, a carestia de vida, o déficit de acesso a serviços públicos essenciais, a corrupção sistémica e a exclusão socioeconómica.

Neste contexto, a retórica da sabotagem externa reflecte aquilo a que Popper (1945) chamou de “fechamento da sociedade”. Em vez de fomentar um debate aberto, plural e fundado em dados empíricos, adopta-se uma retórica encerrada sobre si própria, impermeável à crítica e avessa à diversidade de pensamento. Tal atitude enfraquece os canais de diálogo, debilita a participação cidadã e compromete os fundamentos de uma economia política democrática.

A leitura proposta por Hirschman (1970), em *Exit, Voice, and Loyalty*, revela-se particularmente pertinente para a análise deste fenómeno. Quando os cidadãos perdem confiança nas instituições e não vislumbram canais legítimos de manifestação (*voice*), tendem a recorrer ao êxodo (*exit*) — quer em termos físicos, através da emigração, quer em termos simbólicos, por meio da apatia cívica, da radicalização ou do protesto. A repressão de manifestações populares legítimas contribui, por conseguinte, para o alargamento do fosso entre governantes e governados, aumentando o potencial de instabilidade sociopolítica.

A insistência na culpabilização externa, ao escamotear as causas internas do descontentamento, compromete igualmente o que de mais fundamental se espera numa ordem democrática: a escuta activa das necessidades e aspirações da população. Tal abordagem colide com os princípios de *accountability*, transparência e inclusão que sustentam as bases normativas da economia política contemporânea.

A teoria dos sistemas adaptativos complexos — amplamente explorada por Ostrom (1990) e outros autores da tradição da governação policêntrica — reforça esta visão. Sistemas políticos que negligenciam os mecanismos de *feedback* provenientes das suas bases sociais tendem à rigidez institucional e, em última instância, ao colapso funcional. A repressão, ao invés de pacificar, actua frequentemente como catalisador da insatisfação, perpetuando círculos viciosos de crise e desconfiança pública.

É, pois, imperativo ultrapassar a lógica da intimidação e da transferência de culpas. Impõe-se uma leitura rigorosa e integrada da realidade social, assente na escuta qualificada, na revisão das políticas públicas e na promoção de uma economia política orientada para a dignidade humana, a equidade e a justiça distributiva.

A economia existe para servir o povo

O debate contemporâneo sobre o papel da economia tem sido reconfigurado desde a publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990. Nesse relatório pioneiro, consagrou-se a ideia de que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação — não apenas como beneficiárias do desenvolvimento, mas sobretudo como arquitetas do seu próprio desenvolvimento” (PNUD, 1990, p. 9). Essa formulação alterou profundamente a compreensão do desenvolvimento, afastando-o de um paradigma puramente economicista e aproximando-o de um enfoque centrado na expansão das liberdades, capacidades e oportunidades humanas.

Essa visão dialoga com a concepção de Amartya Sen (1999), para quem o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, abarcando dimensões que transcendem a renda, como saúde, educação, participação política e segurança. Assim, o desenvolvimento humano passa a ser concebido como um projecto coletivo, onde os cidadãos não são apenas receptores de políticas, mas agentes activos na construção do seu destino.

Desde os primórdios, a economia política buscou compreender as necessidades humanas e promover o bem-estar coletivo. Adam Smith (1776) já advertia que nenhuma sociedade pode ser verdadeiramente próspera se a grande maioria dos seus membros for pobre e miserável, apontando para a necessidade de políticas que equilibrem a busca por riqueza com a justiça social. Richard Cantillon (1755) destacou que a riqueza de uma nação resulta da interação entre trabalho, produção e circulação, e que essa não pode ser dissociada das condições concretas da população.

No início do século XX, Thorstein Veblen (1899) criticou o consumo conspícuo e a “classe ociosa”, denunciando que os sistemas económicos que privilegiam a ostentação e o acúmulo improdutivo perdem sua função social. Da mesma forma, John Commons (1934), no campo da economia institucional, sustentou que a economia deve ser vista como um conjunto de instituições interdependentes, moldadas pelas relações sociais, políticas e culturais. Por sua vez, Karl Polanyi (1944) defendeu que os mercados não operam no vácuo, mas precisam estar ancorados em instituições sociais que assegurem coesão, proteção e estabilidade.

A perspectiva do desenvolvimento humano encontra eco nas conclusões de Daron Acemoglu e James Robinson (2012), que, em *Why Nations Fail*, defendem que o desenvolvimento sustentável depende de instituições inclusivas — aquelas que garantem participação ampla, direitos de propriedade e poder de decisão distribuído. Em contraste, instituições extrativas concentram poder e recursos, bloqueando o potencial económico da maioria da população. Assim, para que o desenvolvimento seja sustentável e participativo, é necessário um ambiente institucional que valorize a cidadania activa e a justiça distributiva.

Essa abordagem institucional reforça a visão do RDH: as pessoas não devem ser vistas como meros beneficiários, mas como protagonistas do desenvolvimento. Economias que despersonalizam a população — tratando manifestações sociais como mera “desordem” e ignorando suas causas estruturais, como desemprego, inflação e exclusão social — rompem com a essência da economia política e falham em seu objectivo de servir ao povo.

Neste contexto, os protestos, mesmo que apresentem elementos de violência, são frequentemente expressões extremas de exclusão económica e social. Reduzir essas manifestações a actos de vandalismo sem reconhecer seus determinantes estruturais despersonaliza o povo e despolitiza a pobreza. Uma resposta política eficaz deveria envolver autocrítica governativa, diálogo social e revisão das políticas públicas, reconhecendo que a economia só cumpre seu propósito quando gera emprego, estabilidade, justiça social e oportunidades equitativas.

A economia existe para servir o povo, e não o contrário. As lições do RDH (1990), as contribuições de Sen, Smith, Polanyi, Veblen, Cantillon e as evidências de Acemoglu e Robinson convergem para um ponto central: o desenvolvimento deve ser inclusivo, institucionalmente ancorado e centrado nas pessoas como agentes activos da transformação social.

Portanto, reafirma-se nesta abordagem que a economia deve refletir-se na estabilidade macroeconómica, na justiça social e na criação de oportunidades para todos, pois somente assim cumprirá o seu papel como instrumento de promoção da dignidade humana, da coesão social e do desenvolvimento sustentável.

Ajuda às empresas: solução curativa, não preventiva

O anúncio de apoio governamental às empresas afetadas por protestos revela um viés tecnocrático: embora útil no curto prazo, foca excessivamente na oferta e pouco atende às necessidades da população vulnerável. A economia política contemporânea nos lembra que políticas eficazes devem ser preventivas e participativas, não apenas reativas.

a) Prioridade à produção em detrimento da demanda social

Como apontado por Stiglitz (2002), muitas políticas são formuladas por tecnocratas desconectados da realidade social, beneficiando elites e perpetuando desigualdades. Revelam-se como:

- Políticas voltadas a favorecer empresas sem considerar mecanismos redistributivos directos;
- Ausência de diálogo com os grupos afetados pela pobreza e desemprego.

Essa abordagem privilegia o suprimento (empresas, produção) mas negligencia o lado da demanda — os cidadãos, a coesão social e o bem-estar coletivo.

b) Falta de medidas estruturais e de longo prazo

A resposta pode ser considerada curativa e limitada: apoia empresas danificadas, mas não altera as estruturas que causam exclusão, como:

- Alta informalidade económica;
- Ineficiência do acesso ao crédito produtivo;
- Desigualdade persistente e baixa produtividade nacional.

Stiglitz (2002) critica o apoio técnico sem consideração pelas reais condições sociais, defendendo que reformas devem ser ajustadas à realidade local e construídas com participação da sociedade civil — não simplesmente impostas a partir de um conhecimento abstrato e exterior.

c) Falta de transparência sobre financiamento

Se não forem apresentadas informações claras sobre a origem dos recursos, poderá abrir espaço para questionamentos, tais como: haverá redirecionamento orçamental? Endividamento público? Parcerias público-privadas? Sem critérios explícitos de elegibilidade e fontes, aumenta o risco de captura por grupos privilegiados e uso

demagógico da medida - um padrão frequentemente denunciado por Stiglitz (2002) na gestão de crises financeiras e resgates bancários.

Nesta perspetiva, o apoio às empresas, embora necessário, revela-se insuficiente como política económica. A inexistência de programas de renda mínima, de iniciativas consistentes para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, de mecanismos eficazes de controlo dos preços dos bens essenciais e de políticas redistributivas compromete significativamente o alcance das medidas anunciadas. Sem uma participação efetiva da sociedade na formulação e implementação dessas políticas, corre-se o risco de favorecer interesses restritos e perpetuar desigualdades - um efeito amplamente identificado por Stiglitz (2002) em análises sobre crises anteriores, nas quais políticas tecnocráticas, concebidas à margem do diálogo social, aprofundaram assimetrias estruturais e fragilizaram a coesão social.

Portanto, considera-se que a política anunciada falha em dois aspectos fundamentais:

- Ignora a dimensão social dos protestos, perdendo a oportunidade de transformá-los em diálogo democrático e revisão das políticas públicas.
- Recupera perdas materiais, mas não aborda a injustiça económica — que é a verdadeira base da instabilidade social.

É fundamental manter a perspetiva de que a paz e a ordem duradoura dependem da justiça social e de políticas comprometidas com o bem-estar humano. A economia deve servir ao povo de forma preventiva, redistributiva e participativa — não apenas como mecanismo de resgate emergencial.

Para melhor visualizar as limitações das medidas anunciadas e contrastá-las com alternativas preconizadas na literatura económica contemporânea, apresenta-se, no Quadro 1, uma síntese comparativa entre os compromissos governamentais e as recomendações formuladas por Stiglitz (2002; 2012; 2024).

Quadro 1 – Compromissos Governamentais vs. Recomendações de Stiglitz

Eixo	Compromissos Anunciados pelo Governo	Recomendações de Joseph Stiglitz	Análise Crítica
Objectivo central	Apoio financeiro às empresas afetadas pelos protestos (mitigação de perdas materiais).	Políticas centradas em pessoas, com participação social, garantindo que a recuperação beneficie a sociedade como um todo (<i>Globalization and Its Discontents</i> , 2002).	Foco tecnocrático em empresas; ausência de medidas voltadas diretamente à população afetada.

Alcance	Medida pontual, restrita a empresas danificadas.	Políticas estruturais: programas de renda mínima, inclusão juvenil, controle de preços e expansão de oportunidades (<i>The Price of Inequality</i> , 2012).	Falta de abordagem preventiva e redistributiva; política curativa de curto prazo.
Participação social	Não foi anunciado diálogo ou consulta pública.	Inclusão de atores sociais no desenho e execução das políticas, para maior legitimidade e eficácia.	Risco de elitização do benefício e desconexão com as reais necessidades da população.
Fonte de financiamento	Não divulgada (aguarda decreto).	Transparência orçamental: identificação clara das fontes (realocação de recursos, novos impostos progressivos, etc.).	Ausência de critérios e projeções aumenta riscos de opacidade e favoritismo.
Efeito esperado	Recuperar capacidade produtiva das empresas impactadas.	Gerar coesão social e reduzir desigualdades, promovendo estabilidade política e económica (<i>The Road to Freedom</i> , 2024).	Medida pode reduzir perdas no setor privado, mas não aborda as causas da crise social.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na mensagem presidencial (2025) e em Stiglitz (2002, 2012 e 2024).

A análise apresentada no Quadro 1 evidencia que, embora os compromissos anunciados pelo Executivo demonstrem sensibilidade aos danos sofridos pelo setor empresarial, permanecem marcados por um viés tecnocrático e de curto prazo, distante das recomendações de Stiglitz, que enfatizam a centralidade das pessoas, a redistribuição equitativa e a participação social no desenho das políticas económicas. Ressalta-se que o decreto que formalizará essa política só será publicado na segunda-feira, o que torna esta análise preliminar e suscetível a revisões.

Será crucial avaliar, após a publicação, os critérios de elegibilidade (quais empresas terão acesso), os mecanismos de monitoramento (como evitar favoritismo) e as fontes de financiamento (realocação orçamental, endividamento ou parcerias), a fim de aferir a transparência, a efetividade e a coerência da medida com as boas práticas de política económica inclusiva.

Quadro 2 – Compromissos Governamentais vs. Recomendações de Stiglitz vs. Cenário Ideal

Eixo	Compromissos Anunciados pelo Governo	Recomendações de Joseph Stiglitz	Cenário Ideal (Política com Recomendações de Stiglitz)
Objectivo central	Apoio financeiro às empresas afetadas pelos protestos (mitigação de perdas materiais).	Políticas centradas em pessoas, com participação social e que promovam equidade.	Medida mista: apoio a empresas + transferências diretas às famílias afetadas (ex.: subsídio temporário de renda mínima).
Alcance	Medida pontual, restrita a empresas danificadas.	Políticas estruturais: programas de renda mínima, inclusão juvenil, controle de preços e expansão de oportunidades.	Plano integrado: auxílio emergencial + programas estruturais (formação profissional, linhas de crédito inclusivas, estímulo à formalização).

Participação social	Não foi anunciado diálogo ou consulta pública.	Inclusão de atores sociais no desenho e execução das políticas.	Criação de um conselho consultivo (sociedade civil, empresários, sindicatos) para acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos.
Fonte de financiamento	Não divulgada (aguarda decreto).	Transparência orçamental: identificação clara das fontes (realocação de recursos, novos impostos progressivos, etc.).	Publicação prévia do plano orçamental com: fonte dos recursos (ex.: impostos sobre setores de maior lucro), valores totais e critérios de distribuição.
Efeito esperado	Recuperar capacidade produtiva das empresas impactadas.	Gerar coesão social e reduzir desigualdades, promovendo estabilidade política e económica.	Estabilização económica com justiça social: reconstruir empresas e restaurar a confiança da população, reduzindo tensões sociais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na mensagem presidencial (2025) e em Stiglitz (2002, 2012 e 2024).

O Quadro 2 permite identificar como a incorporação das recomendações de Stiglitz poderia transformar a política anunciada em uma resposta mais abrangente e inclusiva. Ao combinar apoio às empresas com medidas redistributivas, como programas de transferência de renda e iniciativas de inclusão produtiva, além de assegurar participação social e transparência nas fontes de financiamento, o cenário ideal delineado reflete uma abordagem preventiva e estruturante, em contraste com a lógica meramente compensatória do compromisso governamental. Tal desenho não apenas mitigaria os efeitos imediatos da crise, mas também contribuiria para fortalecer a coesão social, reduzir desigualdades e promover uma recuperação económica sustentável, alinhando-se às melhores práticas internacionais de política económica inclusiva.

Nesta linha, Piketty (2014), em *Capital in the Twenty-First Century*, demonstra que a desigualdade tende a aprofundar-se em economias nas quais os retornos do capital superam o crescimento económico, fenómeno que, sem correções, perpetua a concentração de riqueza e limita a mobilidade social. Aplicada ao contexto angolano, esta reflexão evidencia a urgência de políticas redistributivas robustas, incluindo sistemas fiscais progressivos e mecanismos de valorização salarial, capazes de ampliar o poder de compra da população e fortalecer o mercado interno. Tal abordagem reforça a necessidade de que o crescimento económico esteja intrinsecamente associado a metas explícitas de justiça distributiva, condição indispensável para a estabilidade social e a coesão comunitária.

Educação, juventude e o sistema educativo

Nesta secção, propõe-se uma reflexão crítica sobre a adequação do sistema educativo atual às necessidades reais da juventude angolana, destacando a urgência de políticas que unam qualidade, equidade e participação social.

A crítica governamental ao uso das redes sociais por jovens só adquire validade se acompanhada de uma reflexão mais profunda: que sistema educativo temos construído para essa juventude? Salas de aula precárias, professores desvalorizados e a ausência de recursos básicos - como bibliotecas, laboratórios e acesso à tecnologia - contradizem qualquer apelo à formação cívica. É necessário reconhecer que jovens bem formados, com oportunidades reais de inserção social e produtiva, não recorrem à vandalização, mas contribuem activamente para o desenvolvimento social e económico, ao contrário da lógica redutora que associa manifestações à criminalidade.

Neste contexto, há uma necessidade urgente de redefinir o conceito de escola em Angola, superando a visão restrita de mero espaço físico destinado a aulas. É fundamental concebê-la como um centro moderno de aprendizagem, que integre bibliotecas, laboratórios, serviços de apoio psicopedagógico, formação técnico-profissional e mecanismos de articulação directa com o mercado de trabalho e a cidadania activa. Essa perspectiva corresponde à abordagem de Schultz (1971), economista distinguido com o Prémio Nobel e autor da obra *Investment in Human Capital*, que defende a educação como investimento produtivo capaz de gerar retornos sociais e económicos, considerando que uma população saudável e escolarizada constitui elemento central para o progresso sustentado. Essa visão encontra ressonância nas contribuições de Becker (1964), economista da Escola de Chicago que sistematizou a teoria do capital humano em *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis*, enfatizando que a aprendizagem deve refletir os desafios locais e preparar os jovens para uma participação crítica e produtiva na sociedade contemporânea.

Nesta mesma linha, Brás (2022), pesquisador angolano especialista em políticas públicas educacionais, ao analisar as políticas implementadas em Angola durante as Primeira e Segunda Repúblicas, sustenta que essa redefinição requer uma mudança de paradigma na formulação das políticas públicas. Segundo o autor, o sistema educativo angolano permanece excessivamente dependente de agendas internacionais — como as do Banco Mundial e da UNESCO — e fortemente centralizado, o que compromete a capacidade de resposta às necessidades locais. Brás (2022) defende a descentralização

das decisões, o fortalecimento da autonomia escolar e a participação comunitária como bases para a construção de políticas que reflitam as realidades culturais, linguísticas e socioeconómicas do país. Em estudo complementar sobre o Projecto de Escolas de Referência, o autor destaca que essa iniciativa foi concebida de modo *top-down*, com forte influência de atores estatais e internacionais, o que evidencia a urgência de adotar uma abordagem que privilegie o protagonismo local na definição das prioridades educacionais.

Nesse mesmo sentido, Paxe (2017), também pesquisador angolano e especialista em políticas públicas educacionais, denuncia os déficits estruturais do sistema, destacando a existência de escolas sem água canalizada, sem saneamento básico e com precária gestão, especialmente nas zonas rurais e periurbanas. Para o autor, uma educação transformadora deve se fundamentar nos “4 As”: disponibilidade, acesso, aceitação e adaptabilidade, assegurando que o direito à educação seja efetivamente concretizado com respeito às especificidades culturais e regionais.

Relacionar essa redefinição da escola ao papel da juventude no desenvolvimento e na prevenção de tensões sociais é imperativo. Jovens formados em sistemas educativos inclusivos e contextualizados tornam-se agentes activos da coesão social, contribuindo para a redução de tensões e afastando-se de comportamentos violentos frequentemente rotulados como vandalismo. O relatório *Change Makers: Empowering Youth for Inclusive Societies* (World Bank, 2024) destaca que a inclusão significativa dos jovens - por meio de voz activa, acesso equitativo à educação e envolvimento em processos de mudança - é essencial para a construção de sociedades coesas e sustentáveis.

Relatórios da UNESCO, em particular aqueles associados ao trigésimo aniversário da Declaração de Salamanca (1994), reforçam que a educação inclusiva promove coesão social e estabilidade política ao garantir o acesso de grupos marginalizados - como crianças com deficiência, minorias étnicas e jovens de zonas rurais - a ambientes escolares adaptados às suas necessidades. A instituição sublinha que sistemas de ensino que incorporam princípios de inclusão produzem efeitos duradouros na redução da exclusão social, de protestos e de futuros conflitos.

O Banco Mundial, ao analisar a situação atual da África Subsaariana, conclui que a transformação educativa é determinante para o crescimento económico inclusivo e para a paz social. A ausência de investimentos adequados em educação, saúde e infraestrutura coloca as populações jovens em situação de vulnerabilidade, traduzindo-se em

instabilidade social e baixa produtividade laboral. Casos como o da Papua-Nova Guiné ilustram claramente esse risco: com um elevado número de jovens fora da escola e do mercado de trabalho, aumenta significativamente a probabilidade de conflitos urbanos e violência.

No plano teórico africano, Mamdani (2020) defende que a construção de comunidades políticas igualitárias só é possível através de uma educação que forme cidadãos participativos e conscientes, capazes de resistir à violência identitária ou social. Embora não trate directamente do contexto angolano, suas reflexões sobre o papel da educação na formação de uma cidadania activa e pacífica oferecem uma base teórica robusta: uma juventude bem informada, educada de forma inclusiva e valorizada exerce um verdadeiro “freio moral” aos impulsos de ruptura social.

Experiências internacionais fortalecem essa tese. Modelos como os da Coreia do Sul, do Japão e de Botswana demonstram que investimentos robustos e sustentados em educação - associados a políticas de equidade territorial e inclusão social - reduzem tensões sociais e promovem crescimento económico inclusivo.

Portanto, a literatura internacional e africana converge ao apontar que sistemas educativos inclusivos, adaptados às realidades locais e dotados de autonomia, não apenas fortalecem o capital humano, como também previnem a exclusão e a violência, transformando os jovens em vetores do desenvolvimento nacional. Esses contributos conduzem a uma conclusão inequívoca: sem políticas estruturais que reposicionem a escola como centro de inovação, cidadania e oportunidades, o sistema continuará incapaz de responder às demandas da juventude e de evitar que tensões sociais se expressem em protestos que o governo tende a rotular como actos de vandalismo. Uma educação de qualidade, inclusiva e contextualizada constitui, portanto, o caminho mais seguro para transformar a juventude em protagonista do desenvolvimento, e não em mero alvo de repressão política.

Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que as manifestações de julho de 2025 não foram eventos isolados, mas a expressão visível de tensões estruturais profundas — ligadas ao desemprego juvenil, à carestia de vida, à exclusão social e à centralização política. Tais elementos revelam a urgência de repensar o modelo de desenvolvimento angolano, articulando crescimento económico, justiça social e

participação cidadã. Com base nas contribuições de autores clássicos e contemporâneos - de Hobbes (1651) a Stiglitz (2012), de Sen (1999) a Piketty (2014), de Schultz (1971) a Acemoglu e Robinson (2012), bem como nos contributos de pesquisadores angolanos como Isaac Paxe (2017) e Chocolate Brás (2022) - e à luz das experiências internacionais, delineiam-se as seguintes proposições, que podem constituir um quadro de referência para reformas estruturais e futuras agendas de pesquisa:

a) Institucionalizar o Diálogo Social como Pilar da Governação

A retórica do inimigo externo, analisada por Hobbes e Popper, enfraquece a coesão interna e marginaliza o “voice” dos cidadãos (Hirschman, 1970). Propõe-se a criação de plataformas permanentes de concertação que integrem juventude, sindicatos, empresariado e sociedade civil, com a reforma e dinamização do Conselho Nacional de Concertação Social. Um diálogo institucionalizado, baseado em escuta activa e responsabilização mútua, poderá reconstruir a confiança entre governo e sociedade.

b) Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão e Desenvolvimento

Conforme Schultz (1971) e Becker (1964), a educação é o principal investimento em capital humano. Retomando as críticas de Paxe (2017), que denuncia défices estruturais como a falta de água potável, saneamento e gestão adequada nas escolas, e de Brás (2022), que defende a descentralização das políticas educacionais e a participação comunitária, propõe-se a valorização docente, a modernização de infraestruturas, a revisão curricular alinhada aos “4 As” (disponibilidade, acesso, aceitação e adaptabilidade) e a descentralização das decisões educacionais. Tal modelo deve conectar-se ao mercado de trabalho e preparar os jovens para a cidadania activa, fortalecendo a coesão social e prevenindo tensões.

c) Redefinir a Economia para Servir o Povo

Inspirados em Sen (1999) e no Relatório do PNUD (1990), propõe-se que políticas económicas sejam avaliadas não apenas pelo crescimento do PIB, mas pela sua contribuição para expansão das capacidades e liberdades das pessoas. Isso implica mecanismos de redistribuição justa, com políticas fiscais progressivas, programas de renda mínima, controle de preços essenciais e ampliação do acesso ao microcrédito — criando condições para que a população seja protagonista do desenvolvimento.

d) Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento

Com base no modelo de Kuznets (1955), sugere-se a reorganização produtiva do país: fortalecer o sector primário (agricultura), dinamizar o sector secundário (indústrias de transformação) e consolidar um sector terciário inovador, promovendo um crescimento equilibrado. Essa estratégia deve evitar a dependência de *commodities* e enfrentar o padrão de crescimento assimétrico que perpetua desigualdades.

e) Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva

Piketty (2014) demonstrou que economias marcadas por grande concentração de renda tendem à estagnação e à instabilidade. Propõe-se a implementação de políticas salariais que garantam remunerações dignas e reduzam a desigualdade, inspirando-se em modelos dos países nórdicos que aliam prosperidade económica a justiça social.

f) Integrar a Economia Informal como Activo Estratégico

Seguindo experiências de sucesso na Colômbia e Ruanda, propõe-se a integração progressiva da economia informal por meio de hubs estatísticos, concessão de crédito, capacitação técnica e extensão de proteções sociais, conforme argumenta De Soto (2000), em *The Mystery of Capital*, a economia informal não deve ser vista apenas como um problema a ser eliminado, mas como um ativo estratégico que, quando formalizado de modo inclusivo, pode ampliar a base produtiva e gerar novas oportunidades económicas. Para Angola, esta perspectiva implica adotar políticas graduais de formalização que assegurem acesso ao crédito, simplificação de processos burocráticos e proteção social aos pequenos empreendedores, evitando sufocar a dinâmica que sustenta a subsistência de grande parte da população. Essa abordagem transformaria a informalidade em vector de dinamismo económico, ampliando receitas fiscais e formalizando postos de trabalho.

g) Redefinir a Função Pública como Serviço

Conforme Mamdani (2020), instituições inclusivas dependem de servidores públicos comprometidos com o bem comum. Propõe-se a despartidarização da administração pública, com mandatos avaliados por critérios de desempenho social e ético, resgatando a função do Estado como provedor de justiça e não como instrumento de perpetuação do poder.

h) Institucionalizar a Assistência Social como Pilar da Coesão

A assistência social, quando integrada a escolas, empresas e parlamentos, pode atuar como mecanismo preventivo de exclusão e conflito. Sugere-se a criação de uma rede nacional de assistentes sociais, vinculada a políticas de proteção e desenvolvimento comunitário, fortalecendo o tecido social e promovendo a inclusão.

Estas proposições configuram um quadro normativo para uma nova economia política angolana, que se afasta do tecnocratismo de curto prazo e adota uma abordagem preventiva, redistributiva e participativa. Elas sintetizam a convergência entre a literatura clássica e contemporânea e os contributos de pesquisadores angolanos como Paxe e Brás, oferecendo um caminho para transformar tensões sociais em oportunidades de reconstrução nacional - em que a economia existe para servir o povo, e não o contrário.

Quadro 3 – Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

Proposição	Objectivo	Base Teórica (Autores)	Exemplo Internacional	Implicações para Angola
1. Institucionalizar o Diálogo Social	Reconstruir a confiança entre governo e sociedade por meio de concertação permanente.	Hobbes (1651); Popper (1945); Hirschman (1970).	Conselhos de Concertação Social na África do Sul e no Brasil.	Reduzir tensões sociais e criar canais legítimos para manifestações e negociação.
2. Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão	Modernizar o sistema educativo para gerar capital humano e coesão social.	Schultz (1971); Becker (1964); Paxe (2017); Brás (2022).	Modelo descentralizado do sistema educativo da Finlândia.	Reduzir desemprego juvenil, melhorar empregabilidade e fortalecer cidadania activa.
3. Redefinir a Economia para Servir o Povo	Tornar o crescimento económico inclusivo e centrado nas capacidades humanas.	Sen (1999); PNUD (1990); Polanyi (1944).	Experiência do “Buen Vivir” no Equador e modelo de desenvolvimento humano na Costa Rica.	Transformar o PIB em instrumento de bem-estar e ampliar liberdades e oportunidades.
4. Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento	Diversificar a economia, reduzindo a dependência de <i>commodities</i> .	Kuznets (1955); Acemoglu & Robinson (2012).	Estratégia de industrialização do Botswana e da Malásia.	Estimular a agricultura, indústria e serviços, promovendo crescimento equilibrado.
5. Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva	Reduzir desigualdades e aumentar o poder de compra da população.	Piketty (2014); Smith (1776).	Políticas salariais progressivas da Dinamarca e Suécia.	Ampliar o consumo interno, reduzir tensões sociais e estimular produtividade.
6. Integrar a Economia Informal como Activo Estratégico	Formalizar gradualmente a economia informal sem	Stiglitz (2012); De Soto (2000).	Experiências de formalização na Colômbia e Ruanda.	Aumentar receitas fiscais, gerar empregos formais e

	sufocar sua dinâmica.			dinamizar a base produtiva.
7. Redefinir a Função Pública como Serviço	Tornar a administração pública eficiente, ética e voltada ao bem comum.	Mamdani (2020); Commons (1934).	Sistema de avaliação de desempenho público no Canadá e em Ruanda.	Melhorar a prestação de serviços e reduzir a partidarização do Estado.
8. Institucionalizar a Assistência Social como Pilar de Coesão	Prevenir exclusão social e fortalecer a coesão comunitária.	Sen (1999); PNUD (1990).	Rede de proteção social integrada do Chile e programas de assistência no Brasil.	Reduzir vulnerabilidades, prevenir conflitos e promover inclusão social.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 3 apresenta uma sistematização de oito proposições estratégicas concebidas para a configuração de uma nova economia política em Angola, estruturadas de modo a contemplar: (i) a definição da intervenção proposta e os respetivos objetivos, explicitando a natureza e o alcance de cada medida; (ii) os fundamentos epistemológicos e referenciais teóricos que lhes conferem sustentação, ancorados em contributos de autores clássicos e contemporâneos do pensamento económico, político e social; (iii) experiências internacionais paradigmáticas, que servem como evidência empírica da viabilidade e aplicabilidade das medidas em contextos diversos; e (iv) as implicações operacionais para o contexto angolano, enfatizando as transformações institucionais, económicas e sociopolíticas decorrentes da sua implementação.

De forma abrangente, as proposições evidenciam a necessidade de reformas estruturais de carácter multidimensional, compreendendo, entre outras, a institucionalização do diálogo social como mecanismo de concertação democrática, a reconfiguração do sistema educativo como vetor de inclusão e desenvolvimento do capital humano, a diversificação produtiva com vistas à mitigação da dependência de *commodities*, a integração gradual da economia informal como ativo estratégico e a redefinição da função pública orientada ao interesse coletivo. Tais proposições, inspiradas em referenciais teóricos consolidados e corroboradas por práticas internacionais exitosas, convergem para a formulação de um modelo de desenvolvimento cujo propósito é reduzir assimetrias socioeconómicas, ampliar as liberdades substantivas e promover um crescimento económico inclusivo, sustentável e socialmente orientado.

Quadro 4 – Diagrama de Impacto das Proposições para uma Nova Economia Política em Angola

Cód.	Proposição	Resultado Esperado (Efeitos Directos – Curto Prazo)	Impacto no Desenvolvimento (Efeitos Sistêmicos – Médio/Longo Prazo)	Dimensão
P1	Institucionalizar o Diálogo Social	Criação de canais permanentes de concertação entre governo, juventude, sindicatos e sociedade civil.	Aumento da confiança institucional, redução de tensões sociais e fortalecimento da governabilidade democrática.	Fortalecimento Institucional
P2	Reconfigurar a Educação como Vector de Inclusão	Modernização das escolas, valorização docente e currículos adaptados às realidades locais.	Elevação do capital humano, redução do desemprego juvenil e maior coesão social.	Justiça Social
P3	Redefinir a Economia para Servir o Povo	Implementação de políticas redistributivas, programas de renda mínima e microcrédito.	Expansão das capacidades humanas, redução da pobreza e estímulo à participação cidadã.	Justiça Social
P4	Adotar um Modelo Estrutural Integrado de Crescimento	Diversificação produtiva: fortalecimento da agricultura, indústria e serviços.	Crescimento económico sustentável, menor vulnerabilidade externa e geração de empregos de qualidade.	Desenvolvimento Sustentável
P5	Promover Salários Dignos e Justiça Distributiva	Estabelecimento de políticas salariais progressivas e combate à concentração de renda.	Aumento do consumo interno, redução das desigualdades e maior estabilidade social.	Justiça Social
P6	Integrar a Economia Informal como Ativo Estratégico	Formalização gradual da economia informal com crédito, capacitação e proteção social.	Ampliação da base fiscal, dinamização do setor produtivo e inclusão econômica.	Desenvolvimento Sustentável
P7	Redefinir a Função Pública como Serviço	Despartidarização e avaliação por desempenho ético e social na administração pública.	Maior eficiência estatal, fortalecimento das instituições e prestação de serviços de qualidade.	Fortalecimento Institucional
P8	Institucionalizar a Assistência Social como Pilar de Coesão	Criação de redes integradas de assistência em escolas, empresas e parlamentos.	Redução da vulnerabilidade social, prevenção de conflitos e promoção de inclusão comunitária.	Justiça Social

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O Quadro 4 sistematiza oito proposições estratégicas para a construção de uma nova economia política em Angola, estruturadas em três variáveis centrais: (i) a proposição, que define a natureza e o objectivo da intervenção (P1 a P8); (ii) os resultados esperados, representando os efeitos directos e mensuráveis no curto prazo; e (iii) os impactos no desenvolvimento, que traduzem os efeitos sistêmicos no médio e longo prazo. Tais proposições foram ainda classificadas segundo três dimensões analíticas — Desenvolvimento Sustentável, Justiça Social e Fortalecimento Institucional — que se entrecruzam e fundamentam a lógica do modelo.

A relação entre as variáveis revela que as proposições não operam isoladamente, mas articulam-se em uma dinâmica interdependente. Assim, o cruzamento entre

proposições e dimensões evidencia que reformas institucionais (P1 e P7) criam condições para a implementação de políticas sociais (P2, P3 e P8) e económicas (P4, P5 e P6). O cruzamento entre resultados esperados e impactos sistémicos, por sua vez, evidencia a cadeia causal que transforma efeitos imediatos em mudanças estruturais: por exemplo, a criação de canais permanentes de diálogo social (P1) projecta-se na elevação da confiança institucional e na redução de tensões sociais; a modernização do sistema educativo (P2) produz efeitos directos sobre a qualificação da força de trabalho e impactos mais amplos sobre a coesão social e o capital humano.

A partir desse cruzamento de variáveis, é possível formular três premissas estruturantes que orientam a construção do modelo de uma nova economia política em Angola:

- a) Premissa 1 – Condicionalidade Institucional: As reformas institucionais (P1 e P7) constituem pré-condição para a sustentabilidade das políticas sociais e económicas, garantindo legitimidade, previsibilidade e governabilidade democrática.
- b) Premissa 2 – Expansão das Capacidades Humanas: As reformas sociais (P2, P3 e P8) ampliam o capital humano e fortalecem a coesão social, criando as bases para um crescimento inclusivo e para a participação cidadã activa.
- c) Premissa 3 – Diversificação com Justiça Distributiva: As reformas económicas (P4, P5 e P6), ancoradas em políticas distributivas, permitem a diversificação produtiva e a redução da dependência de *commodities*, promovendo maior estabilidade macroeconómica e social.

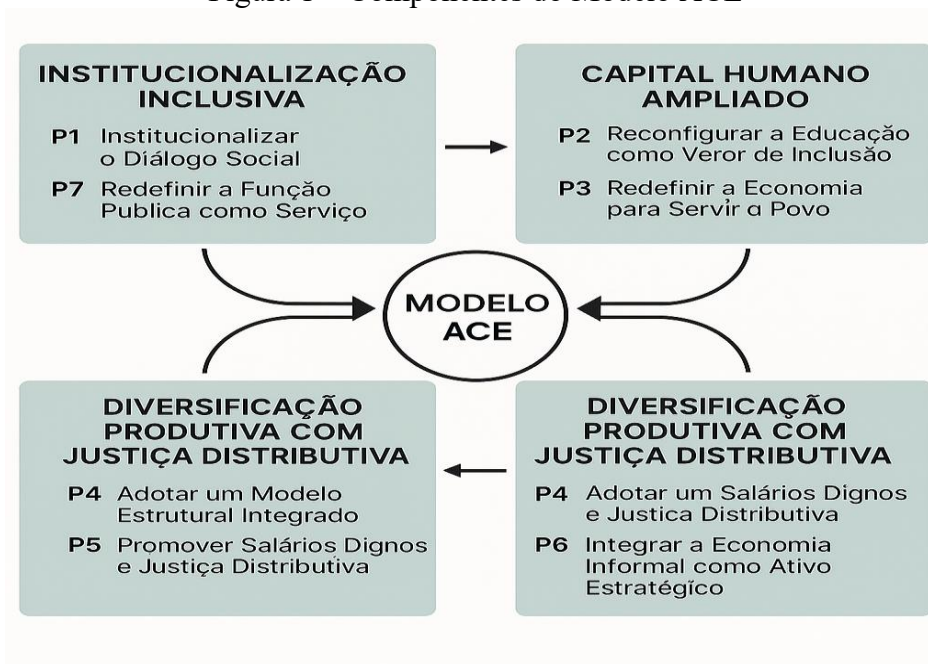
Estas premissas não apenas explicitam o raciocínio lógico subjacente ao quadro, mas também fundamentam a formulação de um modelo teórico inovador.

Proposta Teórica: Modelo ACE (Angola – Crescimento Com Equidade)

Com base na análise anterior, propõe-se o Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), definido como:

Uma abordagem integrada de economia política que articula simultaneamente reformas institucionais (legitimidade e eficiência), reformas sociais (inclusão e capacitação) e reformas económicas (diversificação e distribuição), transformando resultados imediatos em impactos sistémicos de longo prazo, com vistas à construção de um crescimento inclusivo, sustentável e orientado para o bem-estar coletivo.

Figura 1 – Componentes do Modelo ACE



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Desta forma, como ilustra a figura 1, o modelo ACE comporta os seguintes Componentes:

- Institucionalização Inclusiva (P1 e P7): Consolidação de mecanismos de diálogo social, governança participativa e administração pública orientada ao interesse público.
- Capital Humano Ampliado (P2, P3 e P8): Expansão do acesso à educação de qualidade, políticas redistributivas e redes de proteção social para fortalecer as capacidades humanas e reduzir vulnerabilidades.
- Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva (P4, P5 e P6): Desenvolvimento de sectores estratégicos (agricultura, indústria e serviços), aliado a políticas salariais e de formalização da economia informal, garantindo maior dinamismo produtivo e equidade socioeconómica.

O Modelo ACE baseia-se em uma lógica cíclica e retroalimentada:

- Reformas institucionais criam o ambiente de legitimidade e estabilidade necessário para a implementação das reformas sociais e económicas.
- Reformas sociais ampliam as capacidades humanas, que, por sua vez, potenciam a produtividade e reforçam a coesão social, condições essenciais para a diversificação económica.

- c) Reformas económicas aumentam os recursos e fortalecem a base fiscal, retroalimentando as instituições e viabilizando investimentos adicionais em políticas sociais, formando um círculo virtuoso de desenvolvimento.

A lógica circular do diagrama evidencia a dinâmica retroalimentada do modelo, em que reformas institucionais (P1 e P7) criam legitimidade e governabilidade para a implementação de políticas sociais (P2 e P3), as quais expandem capacidades humanas e fortalecem a coesão social, potencializando, por sua vez, as reformas econômicas (P4, P5 e P6). Estas últimas diversificam a base produtiva e ampliam a justiça distributiva, reforçando a sustentabilidade do sistema e retroalimentando as instituições. Assim, o modelo traduz uma abordagem holística de desenvolvimento, que conecta eficiência institucional, inclusão social e dinamismo económico, orientando-se para um crescimento sustentável e equitativo em Angola.

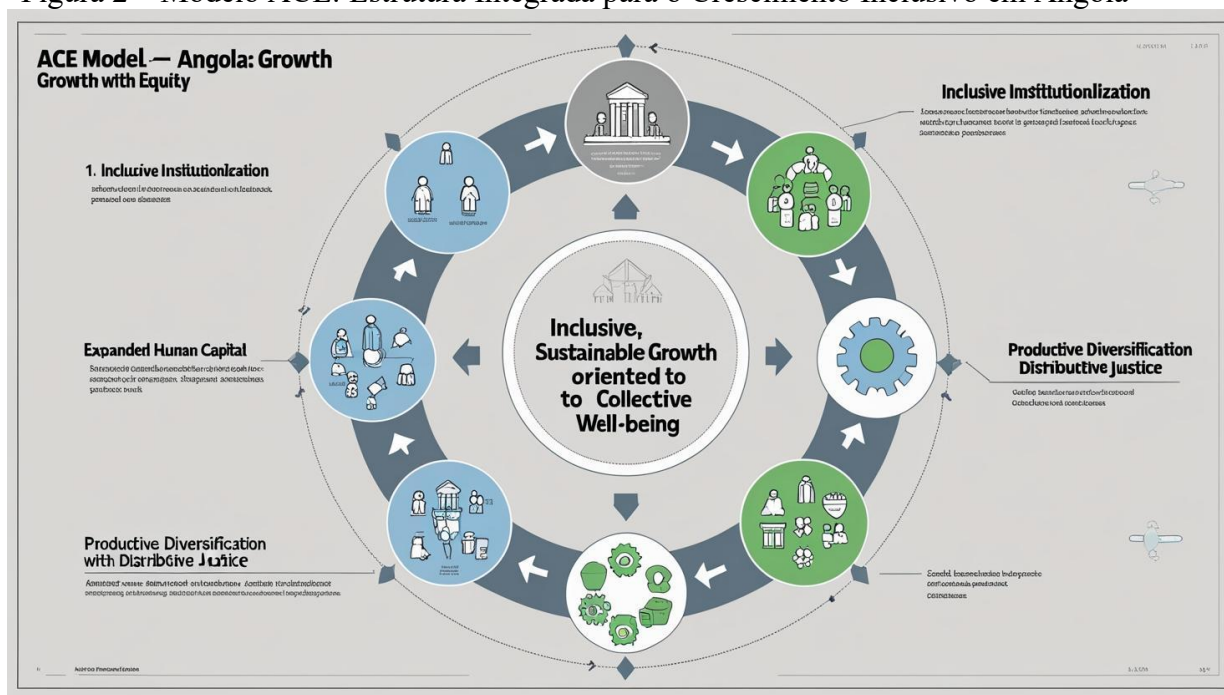
Nesta perspectiva, a contribuição científica desta abordagem materializa-se no Modelo ACE, que propõe um enquadramento inovador para a economia política angolana, ao articular simultaneamente:

- a) Reformas institucionais (para legitimidade e governabilidade);
- b) Reformas sociais (para inclusão e fortalecimento do capital humano);
- c) Reformas económicas (para diversificação produtiva e justiça distributiva).

Diferente de abordagens fragmentadas, o modelo assume uma natureza holística e interdependente, propondo um caminho teórico e prático para a construção de um desenvolvimento inclusivo, sustentável e socialmente orientado. Sua utilidade transcende a descrição: serve como ferramenta analítica para avaliar políticas públicas e como referência estratégica para a formulação de planos de desenvolvimento a médio e longo prazo.

Portanto, o cruzamento das variáveis do Quadro 4 permitiu não apenas interpretar as proposições como medidas isoladas, mas compreendê-las como partes de um sistema articulado, que forma a base do Modelo ACE — um referencial inovador para a reconstrução da economia política angolana.

Figura 2 – Modelo ACE: Estrutura Integrada para o Crescimento Inclusivo em Angola



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A figura 2 representa o Modelo ACE, concebido para orientar o crescimento de Angola com equidade. Estrutura-se em três pilares interdependentes: Institucionalização Inclusiva, Capital Humano Ampliado e Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva. A Institucionalização Inclusiva assegura mecanismos participativos e transparentes de governação, fundamentais para a legitimação das políticas públicas. O Capital Humano Ampliado enfatiza a educação e a capacitação como vectores de inclusão socioeconómica. Por sua vez, a Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva promove um modelo económico sustentável, apoiado na equidade salarial e na integração da economia informal. Em conjunto, estes eixos convergem para um objectivo central: crescimento inclusivo e sustentável orientado para o bem-estar coletivo.

Portanto, embora o Modelo ACE apresente um enquadramento robusto para promover o crescimento inclusivo em Angola, a sua implementação enfrenta desafios estruturais significativos. A Institucionalização Inclusiva requer não apenas vontade política, mas também a consolidação de instituições transparentes e eficazes, o que pressupõe superar práticas clientelistas e défices de confiança pública. O reforço do Capital Humano Ampliado depende de investimentos consistentes em educação e saúde, frequentemente condicionados pela volatilidade das receitas do sector petrolífero e pela alocação eficiente dos recursos disponíveis. Por fim, a Diversificação Produtiva com Justiça Distributiva exige um ambiente regulatório previsível, capaz de estimular a iniciativa privada e integrar a economia informal sem aumentar desigualdades. Assim, o

modelo configura-se como uma proposta ambiciosa, mas cuja viabilidade depende de reformas profundas e de uma execução política sustentada a longo prazo.

Considerações finais

O presente artigo procurou analisar criticamente o papel da economia política na consolidação da justiça económica em contextos de tensão social, tomando como estudo de caso as manifestações de julho de 2025 em Luanda. Partindo do pressuposto de que *“a voz do povo é um indicador económico tão importante quanto o crescimento do PIB”*, demonstrou-se que as convulsões sociais recentes são expressão de um défice estrutural de diálogo, inclusão e redistribuição, agravado por respostas governativas predominantemente reativas e por uma retórica que, ao privilegiar a culpabilização externa, negligencia as causas internas do descontentamento.

Ao longo da análise, sustentada por referenciais clássicos e contemporâneos - de Hobbes a Sen, de Hirschman a Stiglitz -, foi evidenciado que a ausência de canais legítimos de concertação social e a ineficácia de políticas públicas inclusivas amplificam a fratura entre governantes e governados, minando a coesão social e a governabilidade democrática. Nesse contexto, a crítica formulada transcende a mera denúncia, propondo um enquadramento propositivo para a reconfiguração da economia política angolana.

Este enquadramento materializa-se no Modelo ACE (Angola – Crescimento com Equidade), resultado da sistematização das oito proposições estratégicas apresentadas no Quadro 4. Assente em três pilares — institucionalização inclusiva, capital humano ampliado e diversificação produtiva com justiça distributiva —, o modelo propõe um ciclo dinâmico e retroalimentado, no qual reformas institucionais criam as condições para políticas sociais efetivas, estas ampliam as capacidades humanas e fortalecem a coesão, e, por sua vez, as reformas económicas diversificam a base produtiva e redistribuem oportunidades, alimentando novas margens de estabilidade e confiança institucional.

Desta forma, a contribuição científica do presente estudo reside na formulação de um modelo teórico inovador, simultaneamente analítico e propositivo, que permite repensar a economia política angolana como um sistema interdependente e orientado para a dignidade humana, a equidade e a sustentabilidade. A análise aqui desenvolvida oferece, assim, um referencial conceptual que poderá orientar futuras investigações e apoiar a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de converter tensões sociais em oportunidades de reconstrução democrática e de crescimento inclusivo.

Em síntese, reafirma-se que a economia existe para servir o povo, e que o verdadeiro desenvolvimento só se materializa quando o crescimento económico se traduz em liberdades substantivas, justiça social e fortalecimento institucional, pilares indispensáveis para a construção de uma Angola mais coesa, próspera e justa.

Como desdobramento do Modelo ACE, apresentam-se recomendações dirigidas aos principais atores sociais, visando a operacionalização do quadro proposto:

1. Para o Governo:

- Institucionalização de canais permanentes de diálogo social, como Conselhos Nacionais e Provinciais de Concertação, com participação efetiva de sindicatos, juventude, empresários e sociedade civil (P1).
- Reforma do sistema educativo, com descentralização administrativa, valorização docente e currículos adaptados à realidade sociocultural das comunidades (P2).
- Diversificação produtiva, com políticas industriais que combinem incentivos ao sector privado e mecanismos de redistribuição, priorizando a agricultura familiar e a economia verde (P4).
- Reforma da função pública, adotando critérios de desempenho e despartidarização, para restaurar a confiança nas instituições (P7).

2. Para a Sociedade Civil e Organizações Comunitárias:

- Promoção da cidadania ativa, com fortalecimento de associações juvenis e comunitárias que atuem como mediadoras no diálogo social.
- Participação em mecanismos de monitoria social de políticas públicas, aumentando a transparência e a *accountability*.
- Projectos de capacitação e empreendedorismo, especialmente voltados para mulheres e jovens do setor informal (P6).

3. Para a Academia e Centros de Pesquisa:

- Produção de dados e evidências sobre desigualdades, informalidade e impacto das políticas públicas, subsidiando a tomada de decisão.
- Fomento de estudos interdisciplinares sobre desenvolvimento sustentável, integrando dimensões económicas, sociais e ambientais.
- Criação de observatórios de políticas públicas, em parceria com a sociedade civil e órgãos governamentais, para avaliar a implementação das reformas propostas.

Estas recomendações pretendem transformar o Modelo ACE em plataforma prática de acção, promovendo um diálogo construtivo entre os diversos atores sociais e viabilizando políticas capazes de concretizar a justiça económica como fundamento de uma Angola democrática e inclusiva.

Referências bibliográficas

Acemoglu, D., & Robinson, J. A. *Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty*. New York, NY: Crown Business, 2012.

Becker, G. S. *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1964.

Brás, C. A. *Políticas educativas implementadas em Angola na Primeira e Segunda Repúblicas*. Luanda, Angola: ResearchGate. 2022.

Cantillon, R. *Essai sur la nature du commerce en général*. Londres: Fletcher Gyles, 1755.

Commons, J. R. *Institutional economics: Its place in political economy*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1943.

De Soto, H. *The mystery of capital: Why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else*. New York, NY: Basic Books, 2000.

Lourenço, J. *Discurso à Nação sobre as manifestações em Luanda, proferido na sequência dos acontecimentos de Julho de 2025*. Presidência da República de Angola. <https://rstp.st/2025/08/01/pr-de-angola-condena-atos-criminosos-e-assegura-que-a-ordem-foi-restabelecida-em-luanda/>.

Mamdani, M. *Neither settler nor native: The making and unmaking of permanent minorities*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2020.

Paxe, I. P. V. *Políticas educativas em Angola: Um desafio do direito à educação*. Luanda, Angola: WhereAngola, 2017.

Piketty, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2014 <https://doi.org/10.4159/9780674369542>

Polanyi, K. *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Boston, MA: Beacon Press, 1944.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 1990*. Nova Iorque, NY: PNUD. <https://hdr.undp.org/>

Schultz, T. W. *Investment in human capital: The role of education and of research*. New York, NY: Free Press, 1971.

Sen, A. *Development as freedom*. Oxford, England: Oxford University Press, 1999.

Smith, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Londres: W. Strahan and T. Cadell, 1776.

Stiglitz, J. E. *Globalization and its discontents*. New York, NY: W. W. Norton & Company, 2002.

Stiglitz, J. E. *The price of inequality: How today's divided society endangers our future*. New York, NY: W. W. Norton & Company, 2012.

Stiglitz, J. E. *The road to freedom: Economics and the good society*. New York, NY: W. W. Norton & Company, 2024.

UNESCO. *The Salamanca statement and framework for action on special needs education*. Paris, France: UNESCO, 1994.

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>

Veblen, T. *The theory of the leisure class: An economic study of institutions*. New York, NY: Macmillan, 1899.

World Bank. *Change makers: Empowering youth for inclusive societies*. Washington, DC: World Bank Group, 2024. <https://www.worldbank.org/>

PERCEÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO DE ANGOLA PÓS-INDEPENDÊNCIA

César João Baptista

Departamento de Ciências Económicas e Gestão
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola
Email:

Resumo

O presente artigo analisa a percepção do crescimento económico de Angola no período pós-independência (1975–2010), identificando os principais factores que explicam o desempenho económico nacional, com destaque para o papel estratégico dos sectores petrolífero e diamantífero. A investigação seguiu uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas a especialistas, permitindo compreender, deste modo, como diferentes agentes percebem os avanços e entraves do crescimento económico angolano. Os resultados evidenciam que a economia permaneceu fortemente dependente de dois recursos naturais: petróleo e diamantes, e fragilizada, no plano institucional, o que limitou a transformação do crescimento em desenvolvimento humano sustentável. Conclui-se que a diversificação produtiva, a melhoria da governação e o reforço das instituições económicas pressupõem condições indispensáveis para consolidar um modelo de crescimento inclusivo e sustentável em Angola.

Palavras-chave: Crescimento económico; Percepção; Angola; Pós-independência.

Abstract

This article analyzes the perception of Angola's economic growth in the post-independence period (1975–2010), identifying the main factors that explain the country's economic performance, with particular emphasis on the strategic role of the oil and diamond sectors. The research adopted a qualitative approach, combining literature review, documentary analysis, and expert interviews, which allowed for an understanding of how different stakeholders perceive the progress and obstacles of Angola's economic growth. The findings reveal that the economy remained highly dependent on natural resources and institutionally fragile, which limited the transformation of growth into sustainable human development. It concludes that productive diversification, improved governance, and the strengthening of economic institutions are essential conditions for consolidating an inclusive and sustainable growth model in Angola.

Keywords: Economic growth; Perception; Angola; Post-independence; Sustainable development.

Introdução

Desde a proclamação da independência, em 1975, Angola percorreu um caminho económico complexo, caracterizado por intensos desafios estruturais e conjunturais. O país enfrentou, nas primeiras décadas, um prolongado conflito armado, que condicionou o desenvolvimento das suas instituições e a reconstrução das infra-estruturas produtivas. Com o alcance da paz, registou-se um período de crescimento económico acelerado, alicerçado, fundamentalmente, na exploração intensiva dos recursos naturais, com destaque, para o petróleo e os diamantes.

Apesar das elevadas taxas de crescimento registadas, este desempenho não se reflectiu, de forma proporcional, na melhoria dos indicadores sociais e na diversificação da base produtiva nacional. Persistem profundas assimetrias regionais, fragilidades institucionais e uma acentuada dependência do sector extractivo, factores que limitam a transformação do crescimento económico em desenvolvimento sustentável.

O presente artigo tem por objectivo analisar a percepção do crescimento económico angolano, no período pós-independência, identificando os principais factores que condicionaram a sua trajectória e propondo estratégias que permitam orientar o país para um modelo de crescimento mais inclusivo, sustentável e alinhado aos desafios contemporâneos do desenvolvimento.

A escolha do tema justifica-se, pela relevância que o crescimento económico assume, no contexto angolano, sobretudo, num país, cuja trajectória pós-independência foi marcada por períodos de conflito, reconstrução e profundas transformações estruturais. Apesar das elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, verificadas nas últimas décadas, persiste uma acentuada discrepância, entre os indicadores macroeconómicos e a realidade social da população, revelando uma desconexão entre crescimento e desenvolvimento.

A concentração da actividade económica nos sectores petrolífero e diamantífero, embora tenha constituído um motor fundamental do crescimento, expôs a economia a vulnerabilidades externas e reduziu o potencial de diversificação produtiva. Ao mesmo tempo, as fragilidades institucionais e a desigual distribuição dos recursos limitam o impacto positivo desse crescimento na redução da pobreza e promoção do bem-estar.

Do ponto de vista científico, a abordagem do tema permite contribuir para a compreensão crítica das especificidades do modelo de crescimento angolano, oferecendo elementos para a reflexão, sobre as reformas necessárias à construção de uma economia mais resiliente, inclusiva e sustentável. Do ponto de vista prático, a análise das percepções de especialistas acerca dos factores que potenciam e restringem o crescimento económico oferece subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas que promovam, não apenas, o crescimento, mas, sobretudo, o desenvolvimento humano.

Enquadramento teórico

O crescimento económico é, tradicionalmente, definido como o aumento sustentado da capacidade produtiva de uma economia, medido, em regra, pelo Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, este conceito distingue-se do desenvolvimento económico, que pressupõe transformações estruturais mais profundas, reflectidas na melhoria da qualidade de vida, na redução das desigualdades, no acesso equitativo a serviços básicos e na expansão das liberdades individuais. Tal distinção é enfatizada por Sen (2000), ao conceptualizar o desenvolvimento como um processo de expansão das capacidades humanas, e por Furtado (2007), que compreende o desenvolvimento como a superação de estruturas sócio-económicas que perpetuam a dependência e o subdesenvolvimento.

Teorias Clássicas e Estruturalistas: Poupança, Investimento e Estrutura Produtiva

Os primeiros modelos de crescimento procuraram explicar as bases do processo de acumulação. O modelo Harrod-Domar (Harrod, 1939; Domar, 1946) estabeleceu a relação directa, entre poupança, investimento e crescimento, sendo, particularmente, relevante, para economias em reconstrução ou com insuficiência de capital. Para países como Angola, que dependem, fortemente, da exploração de recursos naturais, este modelo evidencia a necessidade de canalizar as receitas provenientes dos sectores extractivos para investimentos produtivos capazes de estimular o crescimento sustentável.

Por outro lado, a abordagem estruturalista, representada por Furtado (1961), acrescenta uma leitura histórica e sociopolítica, argumentando que o crescimento em economias periféricas, baseadas na exportação de matérias-primas, reproduz desigualdades e mantém a dependência externa. Neste sentido, o desenvolvimento não é automático: exige transformações estruturais que diversifiquem a base produtiva e ampliem as oportunidades sociais.

Complementando esta perspectiva, Kuznets (1955) introduziu a “curva de Kuznets”, relacionando o crescimento económico e a desigualdade. Segundo este autor, o crescimento inicial tende a acentuar disparidades de rendimento, podendo estas reduzir-se apenas em fases posteriores, à medida que as instituições amadurecem e as políticas redistributivas se consolidam.

Modelos Neoclássicos e Endógenos: Tecnologia, Capital Humano e Inovação

O modelo neoclássico de Solow (1956) trouxe uma importante contribuição ao introduzir o progresso tecnológico, como factor exógeno, reconhecendo que a acumulação de capital físico apresenta retornos decrescentes. Assim, o crescimento sustentado depende, em larga medida, a incorporação de tecnologia e da melhoria da produtividade.

Superando algumas limitações desta abordagem, os modelos de crescimento endógeno (Romer, 1986; Lucas, 1988) colocaram no centro do debate o papel do capital humano, da inovação e da aprendizagem tecnológica. Estes elementos tornam-se fundamentais para economias em desenvolvimento, pois explicam como políticas de educação, investigação e empreendedorismo podem gerar crescimento contínuo e autónomo, reduzindo à vulnerabilidade externa.

Teorias da Inovação e Desenvolvimento Contemporâneo

A visão schumpeteriana, desenvolvida por Aghion e Howitt (1992) e aprofundada por Aghion (2002) associa o crescimento à “destruição criativa”, em que novas tecnologias e processos substituem os antigos, promovendo avanços de produtividade. Para países em industrialização tardia, como Angola, esta abordagem evidencia a necessidade de políticas que fomentem a inovação, o empreendedorismo e a integração em cadeias produtivas globais.

Na mesma linha, Howitt e Mayer-Foulkes (2002) destacam a investigação e o desenvolvimento (I&D) como motores essenciais da modernização económica, permitindo romper com a dependência de sectores tradicionais e estimular a competitividade.

Armadilha dos Recursos Naturais: Crescimento sem Desenvolvimento

Autores, como Bresser-Pereira (2007) e Sachs e Warner (2001) alertam para a chamada “armadilha dos recursos naturais”, ou “maldição dos recursos”, em que países ricos em commodities enfrentam dificuldades em transformar as suas receitas em desenvolvimento diversificado. Esta dependência tende a gerar fenómenos como a “doença holandesa”, a volatilidade macro-económica e o enfraquecimento institucional. Estudos recentes (Cust & Mihalyi, 2017; Collier & Venables, 2021) confirmam que a qualidade da governação e a gestão eficaz das rendas dos recursos são factores decisivos para evitar que a riqueza natural se converta em entrave ao progresso económico e social.

Aplicação ao Contexto Angolano: Entre o Crescimento Rápido e a Fragilidade Estrutural

No caso angolano, o crescimento económico observado, sobretudo, no período pós-conflito foi impulsionado pelo sector petrolífero, que representou mais de 90% das exportações nacionais, e, em menor escala, pelo sector diamantífero. Contudo, a ausência de políticas robustas de diversificação, a centralização das decisões económicas e a fragilidade institucional limitaram a capacidade do país em converter este crescimento em desenvolvimento inclusivo e sustentável (Alves Da Rocha, 2011).

Ao aplicar os modelos clássicos, neoclássicos e endógenos ao contexto angolano, constata-se que a dependência dos recursos naturais, sem mecanismos adequados de redistribuição e investimento produtivo, coloca o país na armadilha descrita por Sachs e Warner (2001). Assim, compreender a trajectória de Angola requer integrar a análise económica com abordagens da economia política, que considerem as dinâmicas de governação, as reformas institucionais e os desafios de diversificação produtiva.

Tabela 1. Principais Modelos e Teorias do Crescimento Económico

Autor(es)	Teoria / Modelo	Ano	Principais contribuições
Roy Harrod & Evsey Domar	Modelo Harrod-Domar	1939 / 1946	Relação entre poupança, investimento e crescimento; importância do capital na reconstrução pós-guerra.
Simon Kuznets	Curva de Kuznets	1955	Relação entre crescimento económico e desigualdade; tendência inicial de aumento das disparidades com posterior redução.
Robert Solow	Modelo Neoclássico de Crescimento	1956	Introdução do progresso tecnológico como factor exógeno; retornos decrescentes do capital físico.
Paul Romer	Modelo Endógeno de Crescimento	1986	Papel da inovação, capital humano e retornos crescentes no crescimento sustentado.

Robert Lucas	Modelo Endógeno de Lucas	1988	Ênfase na acumulação de capital humano e na aprendizagem como motores do desenvolvimento.
Philippe Aghion & Peter Howitt	Crescimento Schumpeteriano / Destruição Criativa	1992 / 2002	Inovação como motor de crescimento; processos de destruição criativa para ganhos de produtividade.
Celso Furtado	Teoria Estruturalista	1961 / 2007	Desenvolvimento como transformação estrutural; crítica à dependência das economias periféricas.
Amartya Sen	Desenvolvimento como Expansão das Capacidades	2000	Desenvolvimento entendido como expansão das liberdades individuais e capacidades humanas.
Bresser-Pereira	Armadilha dos Recursos / Doença Holandesa	2007	Impactos negativos da dependência de commodities; necessidade de políticas de diversificação e gestão macro-económica.
Sachs & Warner	Maldição dos Recursos Naturais	2001	Evidência de que países ricos em recursos enfrentam desafios para diversificar e crescer de forma inclusiva.
Cust & Mihalyi; Collier & Venables	Gestão de Rendias de Recursos	2017 / 2021	Importância da boa governação na conversão de rendias extractivas em desenvolvimento sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na revisão bibliográfica.

A Tabela 1 apresenta uma síntese cronológica das principais contribuições teóricas sobre crescimento económico, evidenciando a evolução do pensamento económico desde as primeiras formulações keynesianas e estruturalistas até aos modelos contemporâneos de crescimento endógeno e abordagens críticas à dependência de recursos naturais.

A organização temporal permite compreender como cada modelo acrescentou novos elementos – desde a ênfase na poupança e investimento (Harrod-Domar), ao papel do progresso tecnológico (Solow), à importância do capital humano e inovação (Romer, Lucas), até às interpretações sobre armadilhas de recursos (Sachs&Warner, Bresser-Pereira). Esta sistematização fornece um quadro de referência para aplicar tais teorias à análise do caso angolano.

Metodologia

O presente estudo adoptou uma abordagem qualitativa, de carácter exploratório e descritivo, por se mostrar adequada à compreensão de percepções e interpretações sobre fenómenos complexos como o crescimento económico angolano e os entraves à sua transformação em desenvolvimento sustentável.

Estratégias de Investigação

Foram combinadas três estratégias metodológicas complementares:

- a) Revisão bibliográfica: levantamento e análise de literatura nacional e internacional, sobre crescimento e desenvolvimento económico, com ênfase nos principais modelos teóricos (clássicos, neoclássicos, endógenos e schumpeterianos) e na sua aplicação a contextos dependentes de recursos naturais.
- b) Análise documental: consulta a dados secundários provenientes de fontes oficiais, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que permitiram contextualizar a evolução macro-económica de Angola no período pós-independência.
- c) Entrevistas semi-estruturadas: conduzidas com 12 especialistas (acadêmicos, decisores públicos e empresários), seleccionados intencionalmente com base na sua experiência comprovada em economia angolana, políticas públicas e gestão empresarial.

Tratamento e Análise dos Dados

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Foi adoptada uma codificação temática, com três categorias principais: (i) factores impulsionadores do crescimento, (ii) entraves estruturais e institucionais, e (iii) propostas para um crescimento económico inclusivo e sustentável.

Validação e Limitações

A triangulação, entre bibliografia, dados documentais e entrevistas aumentou a robustez e validade dos resultados. No entanto, reconhece-se como limitações a dimensão reduzida da amostra de entrevistados e a ausência de análises quantitativas complementares, o que recomenda cautela na generalização dos achados.

Resultados

Esta secção apresenta, interpreta e analisa os resultados obtidos, demonstrando como os objectivos propostos foram atingidos. Sendo esta uma pesquisa de natureza qualitativa, os resultados reflectem as percepções, falas e observações dos entrevistados, analisadas à luz da informação obtida na revisão bibliográfica e documental.

Caracterização dos Entrevistados

A amostra foi composta por 12 participantes, incluindo acadêmicos, decisores públicos, empresários e um representante político. A maioria exerce cargos de chefia ou direção; três dedicam-se à docência e à carreira acadêmica e um integra a carreira política. Todos possuem nível superior, sendo um mestre e dois doutores. Predominam participantes com idade superior a 40 anos e ampla experiência profissional. A Tabela 2 resume as características principais.

Tabela 2. Caracterização dos Entrevistados

Categoria Profissional	Nº Entrevistados
Chefia/Direção Empresarial	5
Acadêmicos	3
Empresários	3
Político	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Percepção do Crescimento Económico Pós-Independência

A análise das percepções dos entrevistados sobre a evolução da economia angolana no período pós-independência permite compreender como diferentes fases políticas e económicas moldaram o desempenho do país.

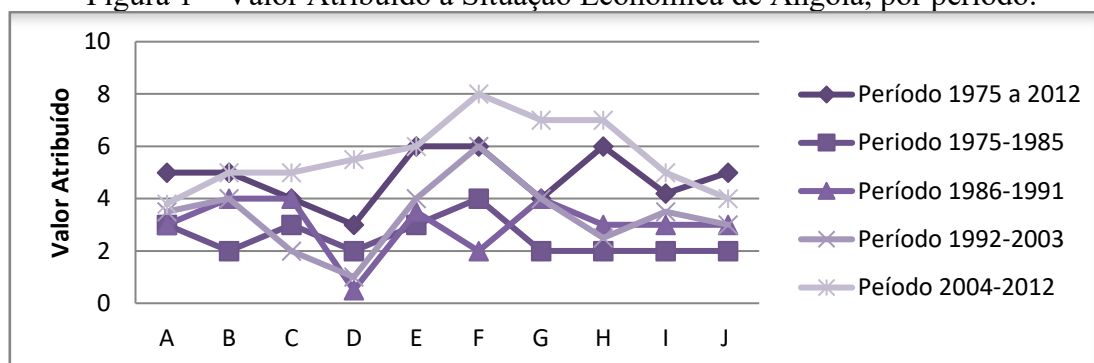
Tabela 3. Percepções Sobre a Situação Económica por Período

Período	Principais Características	Percepções dos Entrevistados
1975–1985	Economia centralizada, guerra, estagnação	"Modelo fracassado, sem espaço para sector privado"
1986–1991	Reformas iniciais, resistência à transição	"Fracasso de reformas, dependência de importações"
1992–2003	Programas de recuperação e apoio social	"Iniciativas corroídas pela corrupção"
2004–2012	Estabilização financeira inicial	"Melhoria cambial e apreciação do Kwanza"

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A tabela 2, revela que, apesar de avanços pontuais, o crescimento económico não se traduziu em melhorias expressivas para o bem-estar social, sendo sistematicamente comprometido por problemas estruturais como corrupção, dependência do petróleo e fraca diversificação económica. A estabilização observada no período mais recente foi percebida como positiva, mas insuficiente para gerar desenvolvimento sustentável.

Figura 1 – Valor Atribuído à Situação Económica de Angola, por período.



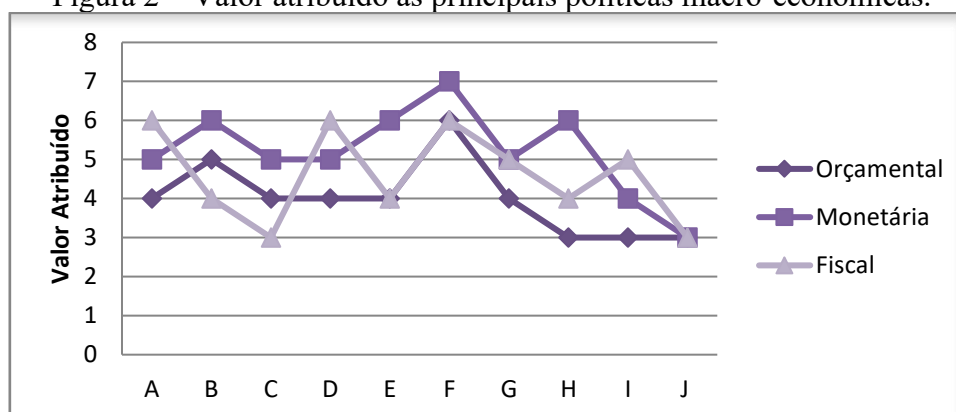
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A figura 1 ilustra a progressão percebida da economia angolana, entre 1975 e 2012, destacando a transição de um modelo centralizado e estagnado para uma abertura gradual ao mercado, com avanços ainda considerados insuficientes pelos entrevistados.

Principais Políticas Macro-económicas

A análise das percepções dos entrevistados evidencia que, embora programas como o SEF (Saneamento Económico e Financeiro), PREA (Programa de Reforma Administrativa), PR (Programa de Recuperação) e PEG (Programa de Emergência do Governo) tenham representado tentativas relevantes de estabilização e reestruturação da economia angolana, a sua implementação não foi suficiente para blindar a economia nacional contra choques internos e externos. Os participantes destacaram avanços pontuais, mas ressaltaram falhas estruturais e limitações na eficácia dessas políticas.

Figura 2 – Valor atribuído às principais políticas macro-económicas.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

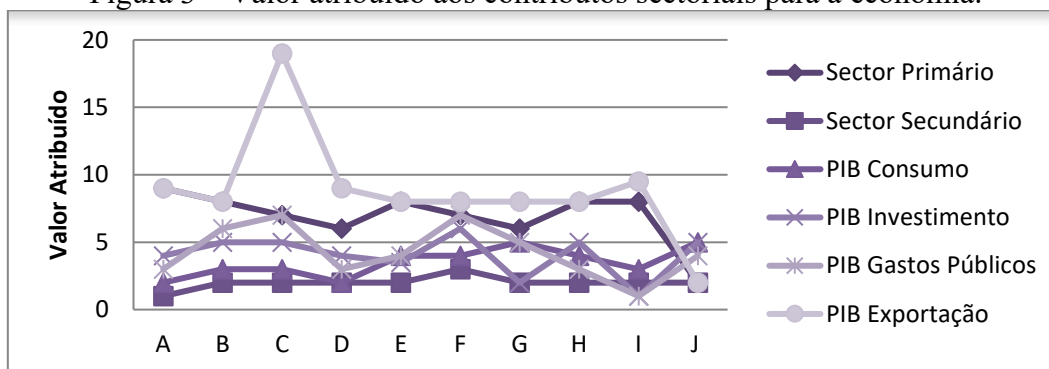
A Figura 2 apresenta a avaliação dos entrevistados sobre as principais políticas macro-económicas implementadas em Angola, destacando-se programas como o SEF, PREA, PR e PEG. De forma geral, a política monetária foi percebida como a mais impactante para a estabilidade económica, sobretudo, pelo seu papel no controlo da

inflação e na valorização da moeda nacional. No entanto, os entrevistados salientaram que, apesar de alguns avanços, essas políticas tiveram eficácia limitada na promoção de um crescimento económico sustentável e inclusivo, permanecendo fragilidades estruturais na economia angolana.

Contributos Sectoriais para a Economia

O petróleo (52% do PIB) e os diamantes (3,5%) lideram como pilares da economia. A falta de políticas robustas de diversificação foi amplamente criticada.

Figura 3 – Valor atribuído aos contributos sectoriais para a economia.



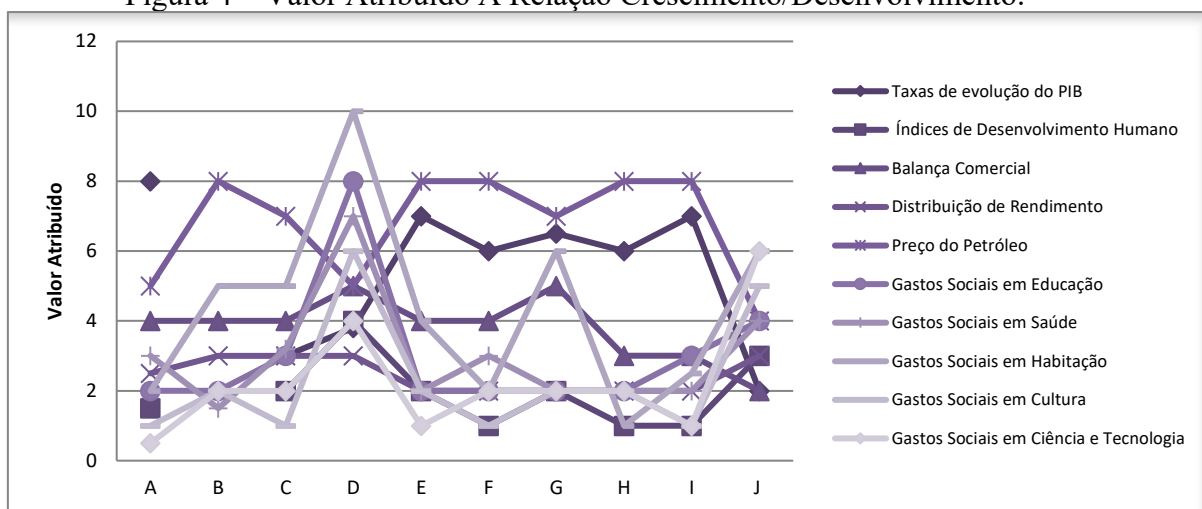
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

A figura 3 mostra a predominância do sector petrolífero e diamantífero no PIB nacional, evidenciando a fraca diversificação económica e a dependência de recursos naturais.

Relação entre Crescimento e Desenvolvimento

Os entrevistados destacam que, o crescimento económico só pode ser considerado verdadeiro motor de desenvolvimento quando resulta em justiça social, redução das desigualdades e melhoria efectiva do bem-estar da população. Embora reconheçam o crescimento do PIB, apontam que os benefícios desse crescimento não se têm reflectido, de forma proporcional, nos indicadores sociais, que permanecem entre os mais baixos da região.

Figura 4 – Valor Atribuído À Relação Crescimento/Desenvolvimento.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

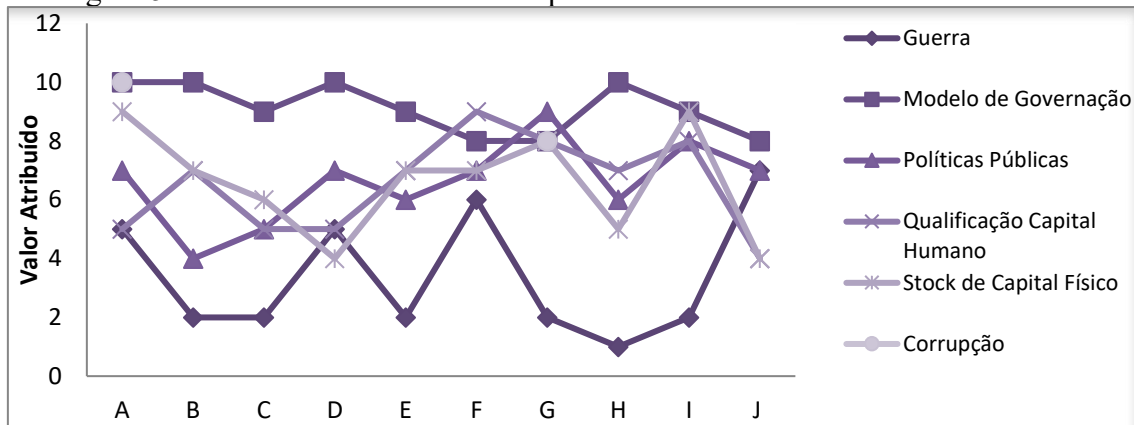
A Figura 4 evidencia essa percepção ao mostrar que, para os participantes, o crescimento só se transforma em desenvolvimento quando acompanhado por políticas sociais robustas e mecanismos redistributivos capazes de assegurar melhores condições de vida e maior equidade entre os cidadãos.

Principais Entraves ao Crescimento Económico

Os entrevistados identificam a governação como o principal entrave ao crescimento económico, destacando falhas na transparência, responsabilização e eficácia das instituições públicas. Em seguida, apontam as políticas públicas ineficazes, que não têm conseguido responder de forma consistente aos desafios estruturais do país. A baixa qualificação do capital humano surge como outro obstáculo relevante, reflectindo deficiências nos sistemas de educação e formação profissional, enquanto a corrupção endêmica é percebida como factor transversal que compromete a implementação de políticas e mina a confiança social.

A Figura 5 ilustra essas percepções, evidenciando como esses elementos interligados limitam o potencial de crescimento sustentável de Angola.

Figura 5 – Valor Atribuído Aos Principais Entraves Ao Crescimento Económico



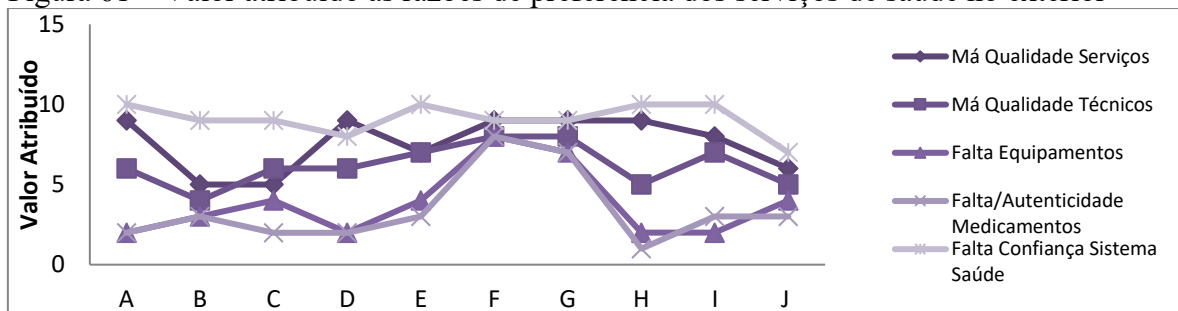
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Saúde e Educação: Percepções Específicas

As percepções dos entrevistados revelam que a falta de confiança no sistema de saúde nacional, aliada à baixa qualidade dos serviços e dos profissionais, é o principal motivo que leva muitos angolanos com maior poder aquisitivo a procurar assistência médica no exterior. A figura 6 ilustra claramente essa tendência, reflectindo um sistema de saúde percebido como incapaz de responder às necessidades da população.

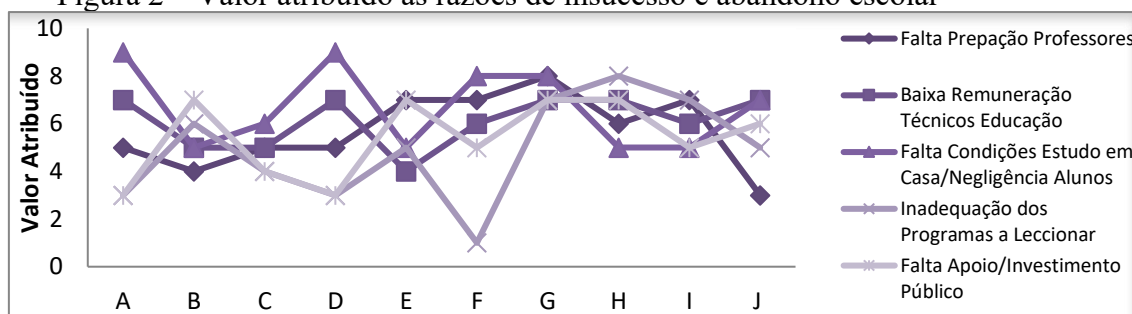
No sector da educação, os entrevistados destacam a fraca preparação dos docentes, a insuficiência de condições adequadas de estudo no ambiente familiar e escolar e a baixa fiscalização das instituições de ensino como as causas centrais do insucesso e do abandono escolar. A figura 7 evidencia como essas fragilidades estruturais impactam directamente o aproveitamento e a permanência dos estudantes, comprometendo a formação do capital humano necessário para o desenvolvimento do país.

Figura 61 – Valor atribuído às razões de preferência dos serviços de saúde no exterior



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Figura 2 – Valor atribuído às razões de insucesso e abandono escolar



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Factores Potenciadores e Entraves

O desenvolvimento económico de Angola tem sido moldado por uma combinação de factores que tanto impulsionam como limitam o crescimento. A Tabela 4 sintetiza as percepções dos entrevistados sobre os principais potenciadores, como a abundância de recursos naturais, a população jovem e os preços do petróleo; os entraves, que incluem a corrupção endêmica, a má governação, a dependência do petróleo e das importações, além do elevado índice de analfabetismo.

Tabela 4. Factores Potenciadores e Entraves ao Crescimento

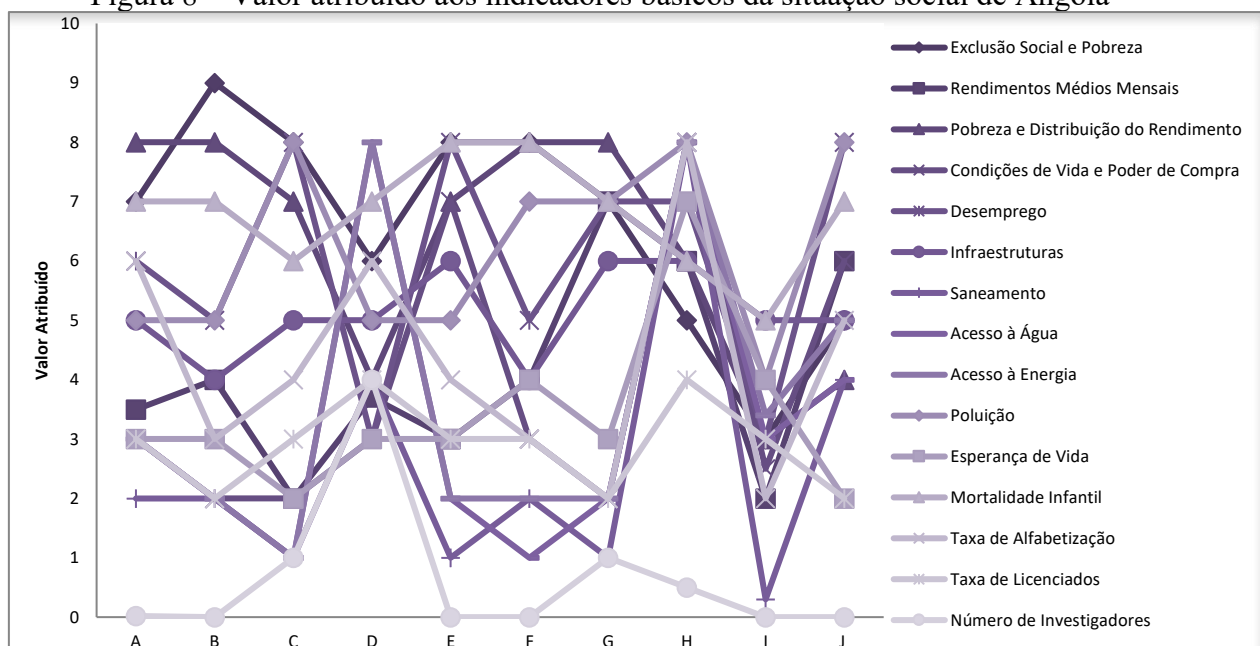
Categoria	Principais Factores
Potenciadores	Recursos naturais, população jovem, preços do petróleo
Entraves	Corrupção, má governação, dependência do petróleo e importações, analfabetismo

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A análise evidencia que, embora Angola possua condições favoráveis ao crescimento – destacando-se a sua riqueza em recursos naturais e o potencial demográfico –, esses factores têm sido insuficientes para gerar desenvolvimento sustentável. Os entrevistados sublinham que a exploração inadequada desses recursos, aliada à fragilidade institucional e à persistente dependência externa, compromete o aproveitamento pleno do potencial do país.

Esses entraves estruturais reflectem-se nos indicadores sociais, sintetizados na Figura 8, que revela, como exclusão, pobreza e desigualdade permanecem como barreiras significativas ao desenvolvimento inclusivo em Angola.

Figura 8 – Valor atribuído aos indicadores básicos da situação social de Angola



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A tabela 5 sintetiza a percepção dos entrevistados sobre factores potenciadores e entraves ao crescimento económico de Angola. Nos potenciadores, destacam-se:

- Abundância de recursos naturais diversificados (citada por 7 dos 10 entrevistados), confirmando a visão de que Angola possui grande potencial em petróleo, diamantes, terras aráveis e biodiversidade;
- População jovem (mencionada por 7 entrevistados), vista como um activo estratégico de longo prazo, com potencial para dinamizar a economia se houver investimentos adequados em educação e capacitação;
- Preço do petróleo (mencionado por 9 entrevistados), reforçando a dependência deste recurso como principal motor do crescimento económico recente.

Nos entraves, sobressaem:

- Corrupção e falta de transparência na gestão pública (9 entrevistados), evidenciando a percepção de que a má governação limita a eficácia das políticas públicas e o aproveitamento dos recursos;
- Má governação (7 entrevistados), associada a políticas inconsistentes e fraca implementação de reformas estruturais;
- Dependência das importações (7 entrevistados), que fragiliza a economia e pressiona a balança de pagamentos;
- Analfabetismo e má qualificação técnico-profissional (6 entrevistados), que limitam a produtividade e dificultam a diversificação económica;

- Dependência do petróleo e diamantes (6 entrevistados), que expõe o país à volatilidade externa e mantém a economia pouco diversificada.

Esse cenário revela um paradoxo evidente: o país possui grandes vantagens comparativas, mas entraves estruturais e institucionais anulam parte de seu potencial, comprometendo o crescimento sustentável e inclusivo.

Tabela 5. Unidades de Descrição e Unidades de Registo

Entrevistados	Unidade de Descrição	Unidade de Registo
A, B, C, G, H, I, J	Abundância de recursos naturais diversificados	Potenciador
C, D, E, F, G, H, I	População bastante jovem	Potenciador
A, B, D, E, F, G, H, I, J	Preço do petróleo	Potenciador
A, B, G, H, I, J	Analfabetismo e má qualificação técnico-profissional	Entrave
A, B, C, D, E, F, G	Dependência das importações	Entrave
A, B, C, D, E, F, H, I, J	Corrupção e falta de transparência da gestão pública	Entrave
A, C, D, F, H, J	Dependência do petróleo e diamantes	Entrave
A, B, C, G, H, I, J	Má governação	Entrave

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A Tabela 6 apresenta uma visão consolidada das percepções dos entrevistados, sobre o crescimento económico angolano, entre 1975 e 2012, estruturada por categorias que abrangem a evolução da situação económica, políticas macro-económica, contributos sectoriais, factores potenciadores e entraves.

Tabela 6. Síntese dos Resultados da Pesquisa

Categoria	Subcategoria	Principais Constatações (Percepção dos Entrevistados)	Peso Relativo (Menções)
Situação Económica (1975–2012)	1975–1985 – Economia centralizada	Fase de estagnação, dependência total do Estado e importações; guerra civil como factor bloqueador.	8/10
	1986–1991 – Reformulação e transição	Início de medidas para economia de mercado; reformas vistas como ineficazes.	7/10
	1992–2003 – Programas de recuperação	Programas sociais e de ajuste económico (SEF, redimensionamento); corrupção como obstáculo à eficácia.	8/10
	2004–2012 – Estabilização e crescimento	Controle cambial, recuperação pós-guerra, apreciação do Kwanza; ainda dependente do petróleo.	9/10
Políticas Macroeconómicas	Principais programas	SEF, PREA, PR, PEG; política monetária como a mais relevante.	8/10
Contributos Sectoriais	Petróleo	Representa ~52% do PIB, motor principal da economia.	10/10
	Diamantes	Contribuição de ~3,5% do PIB; segundo sector estratégico.	8/10
	Outros sectores	Agricultura, turismo e serviços pouco desenvolvidos.	5/10
Relação Crescimento/Desenvolvimento	Percepção	Crescimento visto como meio para o desenvolvimento; progresso social ainda limitado.	9/10
Potenciadores	Recursos naturais	Grande abundância de petróleo, diamantes, terras férteis e água.	7/10

	População jovem	Potencial de dinamização económica, se houver políticas adequadas.	7/10
	Preço do petróleo	Elemento-chave para crescimento, mas causa dependência.	9/10
Entraves	Corrupção e falta de transparência	Percebido como entrave central ao crescimento sustentável.	9/10
	Má governação	Políticas inconsistentes e fraca implementação de reformas.	7/10
	Dependência das importações	Fragilidade estrutural e pressão cambial.	7/10
	Analfabetismo e má qualificação profissional	Reduz produtividade e dificulta diversificação económica.	6/10

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

No plano histórico, os entrevistados reconhecem quatro fases distintas:

- 1975–1985: uma economia centralizada, dependente do Estado e paralisada pela guerra, percebida como um modelo fracassado;
- 1986–1991: reformas iniciais, vistas como insuficientes e ineficazes, mantendo o país dependente das importações;
- 1992–2003: programas de recuperação e apoio social (SEF e redimensionamento empresarial), cujo impacto foi limitado pela corrupção endêmica;
- 2004–2012: uma fase de estabilização cambial e crescimento, marcada pela apreciação do Kwanza, mas ainda fortemente dependente do petróleo.

As políticas macroeconómicas, embora reconhecidas — especialmente o SEF, PREA, PR e PEG —, foram criticadas pela sua fraca eficácia na protecção da economia e no alcance de resultados sustentáveis.

No plano sectorial, os entrevistados destacam o petróleo como pilar absoluto da economia (52% do PIB), seguido pelos diamantes (3,5%), confirmando a carência de políticas de diversificação. Agricultura, turismo e serviços permanecem subdesenvolvidos, apesar do seu potencial estratégico.

Quanto aos potenciadores, a abundância de recursos naturais, a população jovem e os preços favoráveis do petróleo são vistos como activos importantes. No entanto, a presença de entraves estruturais — corrupção, má governação, dependência das importações e baixa qualificação da mão-de-obra - compromete a transformação desses activos em desenvolvimento inclusivo.

Síntese dos desafios sociais: os entrevistados destacam problemas como exclusão social, pobreza, desigualdade de rendimentos, desemprego juvenil, mortalidade infantil

elevada e fragilidades nos sistemas de saúde e educação. Esses elementos reforçam a ideia de que o crescimento económico não se traduziu em progresso social efectivo.

Portanto, os resultados evidenciam um paradoxo central: Angola experimentou crescimento económico expressivo, mas este não se reflectiu em avanços proporcionais nos indicadores sociais. A dependência excessiva do petróleo, combinada com corrupção sistémica e falhas de governação, configura os principais bloqueios ao desenvolvimento sustentável. Conclui-se que a diversificação económica, o fortalecimento institucional e políticas efectivas de combate à corrupção são condições indispensáveis para converter o crescimento em bem-estar colectivo.

Desafios e Perspectivas

Desde a independência, Angola tem vivido diferentes fases de crescimento económico, profundamente marcadas pelos contextos políticos e pela dependência dos recursos naturais. A análise das percepções dos entrevistados evidencia avanços relevantes, sobretudo nos períodos de estabilização e reconstrução, mas também revela desafios estruturais persistentes, como a excessiva dependência do petróleo, a frágil diversificação produtiva e as falhas na governação. A tabela seguinte sintetiza, de forma dinâmica, a evolução percebida do crescimento económico angolano, dividida em três grandes fases históricas, destacando os principais entraves, avanços e tendências futuras para um modelo de crescimento mais sustentável.

Tabela 7. Evolução do Crescimento Económico de Angola: Pós-Independência, Actualidade e Perspectivas Futuras

Período / Presidência	Modelo Económico Percebido	Principais Características	Resultados (Percepção dos Entrevistados e Dados)	Tendências / Desafios	Modelo Ideal de Crescimento
1975–2002 (Agostinho Neto / José E. dos Santos – 1ª fase)	Economia Centralizada e Reconstrução em Meio à Guerra	<ul style="list-style-type: none"> - Forte intervenção estatal - Economia planificada - Dependência quase exclusiva do petróleo e diamantes - Desindustrialização e destruição de infra-estruturas 	<ul style="list-style-type: none"> - PIB estagnado - Elevada pobreza e exclusão social - Infra-estruturas destruídas - Fracasso das primeiras reformas de abertura 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconstrução limitada - Economia de guerra inviabilizou desenvolvimento social 	Reconstrução institucional + fortalecimento da base produtiva
2003–2017 (José E. dos Santos – 2ª fase)	Economia de Mercado Parcial e	<ul style="list-style-type: none"> - Reabertura gradual ao mercado - Crescimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento robusto, mas pouco inclusivo 	- “Paradoxo do Crescimento sem Desenvolvimento”	Modelo de diversificação produtiva +

	Boom Petrolífero	acelerado do PIB (média 10%/ano até 2008) - Grandes obras de reconstrução - Parcerias estratégicas (China)	- Aumento da desigualdade - Corrupção endêmica - Dependência do petróleo acentuada	- Baixa diversificação económica	políticas redistributivas
2017–2025 (João Lourenço – fase atual)	Reformas Estruturais e Ajustamento	- Foco em combate à corrupção - Negociação com FMI - Tentativa de privatizações e liberalização - Crise cambial e inflação pós-choque petrolífero (2014–2016)	- PIB baixo e volátil - Desvalorização do Kwanza - Melhora da imagem internacional - Ajustes fiscais com impacto social negativo	- Reforma fiscal ainda lenta - Necessidade de acelerar diversificação e industrialização	Modelo de crescimento inclusivo e sustentável - Diversificação + industrialização verde - Fortalecimento institucional

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em entrevistas e dados secundários (INE, FMI, BNA), 2025.

Com base nos dados da tabela supra sobressai a seguinte interpretação:

- **Passado (1975–2002):** Economia marcada por centralização, guerra e destruição produtiva.
- **Transição (2003–2017):** Boom petrolífero trouxe crescimento robusto, mas sem inclusão social e com corrupção sistémica.
- **Actualidade (2017–2025):** Reformas estruturais visam estabilização, mas crescimento continua dependente do petróleo e vulnerável a choques externos.

Tendência Para o Futuro:

Os dados apontam que Angola precisa migrar de um modelo extractivista (centrado no petróleo e diamantes) para um modelo diversificado, sustentável e inclusivo, apostando em:

- Industrialização e agricultura moderna (reduzir dependência das importações);
- Investimento em capital humano (educação, saúde e formação técnica);
- Governança eficiente e transparente, reduzindo corrupção e melhorando o ambiente de negócios.

Com base nos resultados obtidos e na análise crítica das percepções dos entrevistados, recomenda-se a adopção de um Modelo de Crescimento Inclusivo e Sustentável, que possa romper com a dependência excessiva dos recursos naturais e garantir que os benefícios do crescimento económico sejam efectivamente partilhados pela sociedade. Este modelo assenta em três pilares principais:

1. **Diversificação Económica** – É imperativo reduzir a dependência do petróleo e dos diamantes, promovendo investimentos estratégicos em agro-indústria, energias renováveis, turismo e serviços, sectores que apresentam potencial de geração de emprego e dinamização das economias regionais. A diversificação permitirá também ampliar as exportações e estabilizar a balança de pagamentos, mitigando a vulnerabilidade às oscilações dos preços internacionais do petróleo.
2. **Reforço das Instituições e Combate Efectivo à Corrupção** – Um crescimento sustentável só é possível com instituições sólidas e transparentes. Isso inclui a implementação de políticas rigorosas de fiscalização, maior autonomia dos órgãos de controlo e mecanismos efectivos de responsabilização, garantindo a utilização eficiente dos recursos públicos. O combate à corrupção é apontado pelos entrevistados como elemento central para restaurar a confiança da população e dos investidores no Estado.
3. **Crescimento Orientado ao Bem-Estar** – O crescimento económico deve ter como finalidade a melhoria do bem-estar da população, integrando metas sociais concretas nas áreas de educação, saúde e emprego. Isso implica investimentos em capital humano, políticas inclusivas de redistribuição de rendimentos e acções direccionadas para reduzir a exclusão social e as desigualdades regionais, garantindo que o progresso económico se traduza em desenvolvimento humano efectivo.

Este modelo responde às fragilidades identificadas e aponta um caminho realista para que Angola alcance um crescimento económico sustentável, inclusivo e capaz de transformar os ganhos macro-económicos em avanços palpáveis na qualidade de vida dos cidadãos.

Considerações finais

O estudo permitiu compreender a evolução do crescimento económico de Angola, desde a independência, evidenciando avanços significativos, em termos de produto interno bruto e integração nos mercados internacionais, mas também revelando profundas fragilidades estruturais. As percepções dos entrevistados indicam que a economia angolana permanece excessivamente dependente dos recursos naturais, sobretudo, do petróleo e dos diamantes, carecendo de políticas eficazes de diversificação e de um modelo de crescimento que promova inclusão social e desenvolvimento humano.

Os desafios identificados – como a má governação, a corrupção, a dependência das importações, o analfabetismo, o desemprego e a exclusão social – comprometem a materialização do potencial económico do país. Há consenso de que o crescimento só se traduzirá em desenvolvimento quando for acompanhado de políticas públicas sólidas, que assegurem justiça social, valorização do capital humano e gestão transparente dos recursos.

Projecta-se, portanto, a necessidade urgente de um modelo económico baseado na diversificação produtiva, na industrialização e na redução das assimetrias regionais e sociais. Apenas com reformas estruturais e fortalecimento institucional será possível transformar o crescimento económico angolano em verdadeiro desenvolvimento sustentável, capaz de melhorar de forma consistente a qualidade de vida da população.

Referências bibliográficas

- Aghion, P. *Schumpeterian growth theory and the dynamics of income inequality*. *Econometrica*, 2002. 70(3), 855-882. <https://doi.org/10.1111/1468-0262.00314>
- Aghion, P., & Howitt, P. *A model of growth through creative destruction*. *Econometrica*, 1992. 60(2), 323-351. <https://doi.org/10.2307/2951599>
- Alves da Rocha, M. J. *Estabilização, reformas e desenvolvimento em Angola*. Luanda: Mayamba Editora, 2011.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo* (4.^a ed.). Lisboa: Edições 70, 2009.
- Bresser-Pereira, L. C. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- Collier, P., & Venables, A. J. *Greed is dead: Politics after individualism*. London: Penguin Books, 2021.

- Cust, J., & Mihalyi, D. *Evidence for a resource curse? Oil discoveries, elevated expectations, and growth disappointments*. Oxford Review of Economic Policy, 2017. 33(1), 1-23. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxrep/grx002>
- Domar, E. D. *Capital expansion, rate of growth, and employment*. Econométrica, 1946. 14(2), 137-147. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1905364>
- Furtado, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- Furtado, C. *Formação econômica do Brasil* (34.^a ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Harrod, R. F. *An essay in dynamic theory*. The Economic Journal, 1939. 49(193), 14-33. <https://doi.org/10.2307/2225181>
- Howitt, P., & Mayer-Foulkes, D. *R&D, implementation and stagnation: A Schumpeterian theory of convergence clubs*. Journal of Money, Credit and Banking, 2002. 34(2), 147-177. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/mcb.2002.0016>
- Kuznets, S. *Economic growth and income inequality*. The American Economic Review, 1955. 45(1), 1-28.
- Lucas, R. E. *On the mechanics of economic development*. Journal of Monetary Economics, 1988. 22(1), 3-42. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(88\)90168-7](https://doi.org/10.1016/0304-3932(88)90168-7)
- Romer, P. M. *Increasing returns and long-run growth*. Journal of Political Economy, 1986. 94(5), 1002-1037. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/261420>
- Sachs, J. D., & Warner, A. M. (2001). *The curse of natural resources*. European Economic Review, 2001. 45(4-6), 827-838. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0014-2921\(01\)00125-8](https://doi.org/10.1016/S0014-2921(01)00125-8)
- Sen, A. *Development as freedom*. New York: Anchor Books, 2000.
- Solow, R. M. *A contribution to the theory of economic growth*. Quarterly Journal of Economics, 1956. 70(1), 65-94. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1884513>.

INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL: A RECEITA ADEQUADA CONTRA A INSTABILIDADE DE PREÇOS?

Afonso Quiambi
Departamento de Ciências Económicas e Gestão
Email:

O banco central pode ser definido como a principal instituição monetária de um país ou zona de integração económica, se situando assim, no epicentro dos sistemas de pagamento, visando garantir os pagamentos e um controlo da massa monetária em circulação.

Para qualquer economia, o banco central dispõe entre outras atribuições, o monopólio da emissão da moeda nacional, a estabilidade de preços, banqueiro único do Estado (guarda as reservas internacionais do Estado) e banco dos bancos (concede créditos aos bancos em última instância).

1. Os dois modelos de banco central

Ao nível internacional existem dois modelos opostos de banco central: o banco central sob a tutela do Estado e o banco central independente. O primeiro, é um banco central que recebe instruções dos poderes públicos, e o segundo, a sua independência implica um banco central que executa a sua política monetária de maneira independente dos poderes legislativo e executivo.

Na Europa ocidental por exemplo, embora que existiam bancos centrais independentes, como o Bundesbank (Banco Central da Alemanha), o modelo de banco central sob tutela foi abandonado definitivamente no seio da União Europeia em 1993, quando conformemente ao Tratado de Maastricht, os países membros da futura União Económica e Monetária foram obrigados a “libertar” os seus bancos centrais da tutela governamental. É o caso por exemplo do Banco da França que alcançou a sua independência em 1993.

2. O modelo de banco central independente por excelência: o Bundesbank

Para muitos especialistas, como Mishkin (2010, p. 432) o Banco Central da Alemanha, que serviu de modelo aquando da elaboração dos estatutos do Banco central Europeu (BCE), é a ilustração clara que a independência de um banco central não se

decreta, ou mais precisamente, que a independência e a credibilidade de um banco central não constituem unicamente uma questão de leis ou estatutos. A mesma se constrói e é largamente determinada pela existência de uma atmosfera favorável. Certo, que atualmente o essencial das missões do Banco Central da Alemanha e de outros bancos centrais da zona Euro foram transferidas para o BCE, é interessante debruçar-se do mesmo.

A independência do Bundesbank (Buba¹¹) relativamente ao poder político é dupla:

1. A independência operacional: a sua missão é de “garantir o valor da moeda nacional”. O mesmo só pode sustentar a política económica geral do governo na medida em que não prejudica o cumprimento da sua missão primeira. Em consequência o Buba não recebe instruções do governo e no âmbito das suas relações com o governo, o banco central é soberano. O Buba é responsável que diante de si mesmo. Isto implica dizer que se trata de uma instituição que não rende contas a ninguém, nem ao parlamento, nem ao governo. Por esta razão, David Marsh, citando o Chanceler Konrad Adenauer, escreveu: «*O Bundesbank, um modelo difícil de imitar*», publicado no Financial Time (23 de Setembro de 1992).
2. A independência dos dirigentes (ou orgânica): o modo de designação dos membros do conselho de administração assegura a independência dos mesmos. Certo que os referidos membros são nomeados pelo presidente federal mediante a proposta do governo, mas após o parecer do conselho de administração. Por outro lado, os membros beneficiam de um mandato longo e irrevogável. Enfim, os membros do conselho não são responsáveis perante o parlamento.

3. O que é realmente a independência de um banco central?

É preciso reconhecer que em muitos países inúmeras pesquisas foram conduzidas sobre a independência do banco central, no entanto como explica Eric Monnet¹², não fornecem indicações claras por três razões:

1. A definição da independência não está estabelecida;

¹¹O Bundesbank é tratado carinhosamente pelos alemães por Buba (mas igualmente na Europa, segundo a gíria financeira).

¹² Eric Monnet, «The History of Central Banks», Oxford Research Encyclopedia of Economics and Finance, Oxford University Press, 23 de Agosto de 2023, London.

2. A relação causal no concernente a correlação entre a independência e a inflação é difícil a estabelecer rigorosamente;
3. O intervalo entre a independência legal e a independência real é muitas vezes importante.

Porém, para Mishkin¹³ (p.433, 2010), existem três critérios decisivos de independência. De acordo com este autor, a independência de um banco central é garantida quando as três condições seguintes são respeitadas:

1. A independência operacional: é a liberdade que dispõe o banco central para elaborar e executar a política da moeda.
2. A independência dos dirigentes: a mesma é avaliada examinando se os dirigentes, particularmente o governador, são nomeados unicamente pelo executivo ou se dispõe somente de um direito de proposta para o efeito, se tem um poder de exoneração (com ou sem a obrigação de justificação), se a renovação de mandatos é possível ou não, se os representantes do governo podem fazer parte e dispor de um direito de voto no seio dos órgãos de decisão do banco central, etc.
3. A independência financeira: a mesma é assegurada se o Estado não tem a possibilidade de financiar suas despesas públicas através do recurso directo ou indirecto aos créditos do banco central ou se esta possibilidade é de natureza muito limitada¹⁴.

É interessante antes de outras considerações, discutir em três dimensões os argumentos contra a independência do banco central:

1. Argumentos económicos: um banco central independente pode ser tentado a privilegiar de forma exagerada a luta contra a inflação (estabilidade de preços), em detrimento do aumento da produção e do emprego.
2. Argumentos políticos: coloca-se a questão por um lado, de saber se é conveniente de confiar a gestão da moeda e concentrar tanto poder a uma entidade livre de todo controlo político real. E por outro lado, porque confiar a política da moeda a uma estrutura independente e não eleita democraticamente. Assim por ser independente, o banco central pode ser tentado de implementar os seus próprios objectivos mesmo quando não são compatíveis com as prioridades do governo e

¹³Frederic Mishkin, «Monnaie, banque et marchés financiers», 8ª edição, Pearson Education France, 2010, Paris.

¹⁴É o caso por exemplo do BNA, referido nas disposições combinadas dos artigos 34º e 35º da Lei do BNA, onde a possibilidade de financiar o Estado angolano é muito limitada.

dos eleitores. É neste sentido que a independência do banco central pode ser considerada como contrária aos princípios da democracia representativa.

3. Argumentos técnicos: para esta categoria de argumentos, é interessante apresentar as teses de Milton Friedman, citadas por Mishkin (p. 435, 2010):

a) A um banco central independente nunca lhe é confiada a integralidade do poder monetário. O mesmo é partilhado mais ou menos com outras instituições (por exemplo aquelas encarregadas da gestão da dívida pública). E isto é susceptível de conduzir a uma diluição de responsabilidades, cada instituição tendo a tendência a rejeitar sobre uma outra a responsabilidade daquilo que corre mal e recusando de admitir a sua parte.

b) A independência pode levar a atribuir uma importância exagerada à personalidade dos banqueiros centrais. Neste caso, a mudança do governador seria uma fonte de incerteza e de instabilidade.

c) Um banco central independente teria tendência a acordar uma importância exagerada ao ponto de vista dos banqueiros. Na medida em que os mesmos se preocupam muito sobre o que se passa nos mercados financeiros, o banco central poderia ser conduzido a conferir uma atenção exagerada da incidência da sua política sobre os mercados e a negligenciar os outros efeitos.

Considera-se geralmente que os monetaristas são favoráveis a independência do banco central. No entanto, Milton Friedman, o “pai” da escola monetarista, manifestou-se sempre contra a esta independência. O seu pensamento relativamente a independência do banco central se resume com a seguinte frase “O dinheiro é uma coisa muito importante para ser confiada aos governadores dos bancos centrais”.

4. Independência do BNA e seus efeitos sobre a estabilidade da moeda nacional

É o debate polémico de muitos séculos e actual da teoria económica, no qual certos especialistas estimam que a independência do banco central seria nefasta para o crescimento económico. Outros pelo contrário, consideram que a independência representa a garantia contra o risco de politização da moeda. E como em muitos países, mesmo nas economias desenvolvidas¹⁵, a independência dos bancos centrais é ameaçada, fenómeno que levou a Directora geral do FMI¹⁶ a afirmar o seguinte em 21 de Março de

¹⁵ Existe um constante conflito entre o Presidente Donald Trump e o Presidente da FED Jerome Powell, portanto nomeado pelo mesmo presidente em 2017. O Presidente Trump exige frequentemente à Reserva Federal de baixar as taxas de referência para sustentar o crescimento económico, uma situação que leva muitos especialistas a questionarem a independência da Reserva Federal Americana.

¹⁶Kristalina Georgieva, de nacionalidade búlgara, doutorada em economia. Ex vice-presidente da Comissão Europeia (2014 – 2017). Foi igualmente diretora geral do Banco Mundial (2017 – 2019) e desde 2019 exerce o cargo de diretora geral do FMI (Fundo Monetário Internacional). Importa salientar que o FMI é favorável a independência dos bancos centrais e apoia os países membros, dispensando uma assistência técnica visando a melhoria de seus dispositivos de governança e de natureza jurídica.

2024: “A independência do banco central é um ingrediente essencial para ganhar a batalha contra a inflação e estabilizar o crescimento económico a longo termo”.

No que concerne ao BNA e partindo primeiramente das suas atribuições e de acordo com o artigo 3º da Lei do BNA¹⁷ «O Banco Nacional de Angola, como Banco Central e emissor da República de Angola, tem como missão principal garantir a estabilidade de preços de forma a assegurar a preservação do valor da moeda nacional, nos termos da Constituição e da lei e, como missão secundária, assegurar a estabilidade do sistema financeiro».

A leitura deste artigo indica que ao BNA lhe foram incumbidas duas principais atribuições: a preservação do valor da moeda nacional e a estabilidade do sistema financeiro. E em termos comparativos a FED (Reserva Federal Americana) tem igualmente dois principais objectivos a saber a garantia de um nível de emprego satisfatório e a estabilidade de preços, contrariamente ao Banco Central Europeu (BCE) que tem como principal missão a estabilidade de preços na zona Euro, com uma meta a 2%.

Com os dois principais objectivos, o BNA pode segundo as circunstâncias ou a conjuntura económica, colocar em prioridade¹⁸ um ou outro objectivo: a luta contra a inflação ou a estabilidade do sistema financeiro.

Nos termos do artigo 19º «O Banco Nacional de Angola é independente na prossecução das atribuições e no exercício dos poderes a si cometidos, cabendo-lhe, em especial:

- a) O direito institucional de livremente decidir a orientação das suas actividades;
- b) Decidir, nomeadamente, sobre a formulação e utilização dos instrumentos relevantes na condução, execução e gestão das políticas monetária, financeira, de crédito e cambial, bem como do sistema de pagamentos, no estrito respeito pela Constituição e pela lei.»

¹⁷Lei nº 24/21, de 18 de Outubro (Lei do BNA).

¹⁸Depois da crise de 2008 por exemplo, para a FED o regresso a uma taxa de desemprego baixa era uma condição *sine qua none* antes da normalização das taxas de juro. E contrariamente, em 2022, a luta contra a inflação tornou-se a prioridade, com a meta a uma taxa de inflação em torno de 2%.

E o artigo 53º da referida lei precisa que «O governador é nomeado pelo Presidente da República [...] e exerce as suas funções pelo período de 6 anos, podendo ser renovado, uma única vez, por igual período».

A leitura destas disposições legislativas, percebe-se que o BNA no cumprimento das suas atribuições é independente dos Poderes Legislativo e Executivo. De facto, trata-se de uma independência atribuída por determinação da lei.

A independência implica também uma interdição de financiamento directo da dívida pública e um governador do banco central cujo mandato é desconectado da agenda política do governo. A propósito do crédito ao Estado, a Lei do BNA no seu artigo 34º enuncia que «É vedado ao banco Nacional de Angola conceder, directa ou indirectamente, crédito ao Estado». No entanto, o artigo 35º refere-se a limites de concessão de crédito, estabelecendo o seguinte: «Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o Banco Nacional de Angola pode conceder ao Estado, anualmente crédito sob a forma de conta corrente até ao limite equivalente a 10% das receitas ordinárias do Orçamento Geral do Estado arrecadadas no último ano». E o mesmo artigo explica que o principal e os respectivos juros devem ser liquidados até 31 de Dezembro do ano a que respeite e que se aplica a taxa de juros do mercado. Constatase assim que não se trata de uma total interdição¹⁹.

Ao nível internacional existem estudos que revelam que a independência do banco central seria para uma determinada economia, o melhor meio para atingir o objectivo de estabilidade de preços. Contudo, é necessário analisar a questão com prudência e evitar tirar conclusões definitivas dos referidos estudos. No caso concreto de Angola, e mesmo para qualquer outro país, ao lado da independência formal, definida legalmente, muitos factores, nomeadamente a personalidade do governador, a comunicação apropriada sobre os objectivos e resultados das suas atribuições, contribuem ou não para garantir a independência do banco central. Por este facto, pode-se notar uma diferença entre a independência contida na lei e a realidade.

No actual contexto de Angola, um dos argumentos a favor da independência do BNA pode ser a necessidade imperiosa de evitar o “controlo político da moeda”, pois na

¹⁹Esta é uma das situações que permite questionar se os bancos centrais são realmente independentes. Em muitos casos, o conceito é mais fácil a definir em teoria que a constatar nos factos. A este efeito, o Banco Central da Argentina é citado como um caso de escola. O mesmo é independente nos termos da lei desde 1992, mas não foi de facto durante os governos Kirchner, financiando sistematicamente o défice orçamental com a emissão de moeda, situação que culminou com uma hiperinflação durante um longo período.

véspera das eleições os governos procuram não tomar medidas impopulares, mesmo quando a conjuntura económica assim o exige.

Para analisar a independência do BNA, pode-se tomar como exemplo a Alemanha, antes da entrada na zona Euro, onde os textos da lei e os estatutos do *Bundesbank* não eram suficientes para assegurar a independência do banco central. Por conseguinte, para o Bundesbank garantir a sua independência, apoiou-se da sua história e das relações de confiança estabelecidas com a população alemã²⁰. Partindo deste pressuposto, o sucesso do BNA não reside na independência que a lei lhe confere, mas sim na adesão significativa dos angolanos na política de estabilidade de preços. O apoio da opinião pública é indispensável para o BNA, particularmente na actual conjuntura económica na qual muitas das vezes a oportunidade das medidas que o banco central de Angola toma, é questionada.

De facto, a independência real do BNA é um factor decisivo para ganhar a batalha contra a inflação. A mesma aumenta a credibilidade do banco central e das medidas adoptadas. É evidente que a política monetária é o principal instrumento para controlar a inflação, mas não é o único para assegurar um resultado positivo.

E o que dizer sobre o conflito entre as decisões de política monetária do banco central e as medidas de apoio ao crescimento económico adoptadas pelo governo?

Muitos autores afirmam que o conflito entre as autoridades monetárias e orçamentárias pode-se revelar construtivo no longo termo no sentido da *performance* da economia em questão. E outros reclamam uma maior coordenação, advogando para que o banco central ceda. Os mesmos pretendem que como as autoridades políticas estão mais próximas das preferências dos eleitores, eles têm uma posição privilegiada para obrigar o banco central a coordenar suas políticas com as da autoria deles. Mas a experiência de outros países nomeadamente na Europa, mostra que uma tal visão é nefasta e revela a necessidade de um banco central independente que recusa tal coordenação desejada pela autoridade governamental.

²⁰Por este facto, antes da constituição da zona Euro, os alemães se revelavam sempre, como a população da Europa que mais confiança tinha pelo seu banco central e pela moeda nacional, o Marco. Nota-se que antes da entrada em vigor do Euro em 1 de Janeiro de 2002, o Marco da República Federal da Alemanha (*Deutsche Mark*) era uma das moedas mais fortes e estáveis da Europa. É neste contexto que David Marsh citado por Mishkin (p. 432, 2010), afirma: “Durante o regime Hitleriano, era o Estado a estabilizar a moeda nacional, com o Bundesbank é a moeda que deve estabilizar o Estado”.

Todavia, considerando o imenso poder que o Comité de Política Monetária do BNA e o seu Governador, dispõem na definição, condução e implementação da política monetária²¹e por uma questão de exigência de contrapartida, este último deveria ser regularmente auditado pelos representantes do povo (Parlamento) prestando contas, mas sempre com a interdição de receber instruções dos Poderes Legislativo e Executivo.

²¹Artigo 18º da Lei do BNA.

OBSERVATÓRIO DO DIAMANTE
2025 (I e II SEMESTRE)

OBSERVATÓRIO DO PETRÓLEO
2025 (I e II SEMESTRE)

